



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ROGÉRIO MARTINS MARLIER

**PREDISPOSIÇÃO AO AUTORITARISMO ENTRE
ESTUDANTES DO IFPR:
ESTUDO EXPLORATÓRIO COM CONTRIBUIÇÕES DA
ESCALA F DE ADORNO**

ROGÉRIO MARTINS MARLIER

**PREDISPOSIÇÃO AO AUTORITARISMO ENTRE
ESTUDANTES DO IFPR:**
ESTUDO EXPLORATÓRIO COM CONTRIBUIÇÕES DA
ESCALA F DE ADORNO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Lanza

Coorientador: Prof. Dr. Luis Gustavo Patrocino

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

M348p Marlier, Rogério Martins.
Predisposição ao autoritarismo entre estudantes do IFPR : estudo exploratório com contribuições da escala F de Adorno / Rogério Martins Marlier. - Londrina, 2026.
159 f.

Orientador: Fabio Lanza.
Coorientador: Luis Gustavo Patrocino.
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2026.
Inclui bibliografia.

1. Autoritarismo - Tese. 2. Cultura Política - Tese. 3. Ensino Médio - Tese. 4. Socialização - Tese. I. Lanza, Fabio . II. Patrocino, Luis Gustavo . III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. IV. Título.

CDU 316

ROGÉRIO MARTINS MARLIER

**PREDISPOSIÇÃO AO AUTORITARISMO ENTRE
ESTUDANTES DO IFPR:**
ESTUDO EXPLORATÓRIO COM CONTRIBUIÇÕES DA
ESCALA F DE ADORNO

Tese de Doutorado em Sociologia do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
do Centro de Letras e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Londrina – UEL,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Dr. Fabio Lanza
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Coorientador: Dr. Luis Gustavo Patrocino
Instituto Federal do Paraná – IFPR

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati
Universidade Federal de Goiás – UFG

Prof. Dr. Ronaldo Baltar
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr^a. Franciele Rodrigues
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Kaique Matheus Cardoso
Universidade da Beira Interior - UBI

Londrina, 02 de Junho de 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fábio Lanza, pela paciência e receptividade nas orientações, pelos conselhos pertinentes para o desenvolvimento da tese e, principalmente, por ter me incentivado a fazer o processo seletivo para o Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina.

Ao meu coorientador Prof. Dr. Luis Gustavo Patrocino, pelas sugestões para o desenvolvimento da pesquisa, pela importante ajuda nos processos estatísticos e pelas conversas que ajudaram na elaboração da tese.

Ao professor Dr. Flávio Munhoz Sofiati e ao professor Dr. Ronaldo Baltar, pelas importantes contribuições na qualificação e por aceitarem participar da banca de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UEL, pelos valiosos conhecimentos que me proporcionaram. Em especial, agradeço à professora Dr.^a Ileizi Fiorelli e ao professor Dr. Fernando Kulaitis, pelas valiosas contribuições que extrapolaram as aulas e foram muito importantes para essa tese.

À professora Dr.^a Líria Bettiol Lanza, pelas dicas sobre os procedimentos do comitê de ética.

Aos professores e amigos do Instituto Federal do Paraná, que me ajudaram na execução da pesquisa, em especial ao diretor do campus Londrina Reinaldo Nishikawa, à Diretora de Ensino Gleice Almeida, aos professores Guilherme Silveira, Reinaldo de Oliveira e Rafael Galvão, por me cederem as aulas e me ajudarem na realização da pesquisa.

Agradeço às equipes diretivas dos campus de Astorga e Jacarezinho, pela disponibilização da divulgação presencial da pesquisa, bem como aos demais campus, que se mostraram prestativos na sua divulgação *on-line*.

Um agradecimento especial para a minha companheira Cláudia Justus, pelo amor, companheirismo, paciência e incentivo que foram muito importantes em todos os momentos da elaboração desta tese.

Agradeço ao meu pai Wanderley J. Marlier e ao meu irmão Saulo M. Marlier, pela parceria e apoio nesses momentos decisivos.

Dedico esta tese em memória da minha mãe Deize M. Marlier, que esteve presente em toda a minha trajetória acadêmica, sempre me incentivando para não desistir.

É um momento essencial, um momento central da sociologia interpretar os fenômenos sociais como expressão da sociedade, assim como se pode interpretar um rosto como expressão dos processos psicológicos nele refletidos.

(Adorno apud Morelock; Sullivan, 2021, p. 14-15)

RESUMO

MARLIER, Rogério Martins. **Predisposição ao autoritarismo entre estudantes do IFPR**: estudo exploratório com contribuições da escala F de Adorno. 2026. 151 f. Tese (Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

A ascensão de movimentos de extrema direita no século XXI tem abalado as instituições políticas das democracias ao redor do mundo e provocado ampla discussão sobre seus efeitos autocráticos e autoritários. A adesão das massas a estes projetos políticos traz à tona o problema dos valores culturais que possibilitam a sua legitimação. Compreender a capacidade dos indivíduos em aderir aos seus princípios, se tornou premente. O objetivo deste trabalho, portanto, é investigar a predisposição ao autoritarismo entre estudantes matriculados em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Foram validadas 291 respostas obtidas por meio de questionário fechado, aplicado em formulário *on-line* em nove campus. A predisposição ao autoritarismo foi mensurada pela aplicação de um questionário elaborado em escala Likert, utilizando como parâmetro a escala F de Adorno, porém com adaptações nas afirmações utilizadas. Outras duas escalas foram adicionadas no instrumento, uma destinada a medir o apoio à democracia e outra voltada ao apoio à ideologia neoliberal e meritocrática. Os resultados indicaram uma elevada predisposição ao autoritarismo entre os jovens. Além disso, os dados permitiram compreender a existência de uma socialização autoritária que gera posicionamentos contraditórios, refletindo as tensões presentes na sociedade brasileira. A pesquisa foi fundamentada na teoria sociológica de Theodor Adorno, que entende a socialização de maneira relacional e dialética, o que permitiu identificar as dinâmicas da subjetividade autoritária juvenil.

Palavras-chave: cultura política; autoritarismo; Ensino Médio; socialização; juventudes.

ABSTRACT

MARLIER, Rogério Martins. **Predisposition to authoritarianism among IFPR students**: Exploratory study incorporating the Adorno's F scale. 2026. 151 p. Doctoral thesis in Sociology (Postgraduate Programme in Sociology) – Centre for Literature and Human Sciences, State University of Londrina, Londrina, 2026.

The rise of far-right movements in the 21st century has shaken the political institutions of democracies around the world and sparked widespread debate about their autocratic and authoritarian effects. The mass support for these political projects highlights the issue of the cultural values that enable their legitimisation. Understanding why individuals are drawn to their principles has become a pressing concern. The aim of this study, therefore, is to investigate the predisposition to authoritarianism among students enrolled in technical courses integrated with upper secondary education at the Federal Institute of Paraná (IFPR). A total of 291 responses were validated, obtained via a closed-ended questionnaire administered via an online form across nine campuses. Predisposition to authoritarianism was measured using a questionnaire based on a Likert scale, employing Adorno's F-scale as a parameter, albeit with adaptations to the statements used. Two further scales were added to the instrument: one designed to measure support for democracy and the other focused on support for neoliberal and meritocratic ideology. The results indicated a high predisposition to authoritarianism among young people. Furthermore, the data revealed the existence of authoritarian socialisation that generates contradictory positions, reflecting the tensions present in Brazilian society. The research was grounded in Theodor Adorno's sociological theory, which understands socialisation in relational and dialectical terms, enabling the identification of the dynamics of authoritarian youth subjectivity.

Key-words: political culture; authoritarianism; high school; far-right; youth.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Acessos diários distribuídos por mídias	115
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Valores Socioculturais (Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias – Submissão à autoridade)	96
Quadro 2 – Valores Políticos (Índice de Propensão à Democracia)	97
Quadro 3 – Valores Socioculturais (Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias – Agressividade Autoritária)	98
Quadro 4 – Valores Econômicos (Índice de apoio a posições economicamente neoliberais e à ideologia da meritocracia)	98
Quadro 5 – Valores Socioculturais (Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias – Convencionalismo)	99
Quadro 6 – Critério de Classificação Econômica Brasil.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de respostas divididas por Campus do IFPR	105
Tabela 2 – Percentual de estudantes matriculados em cursos técnicos.....	105
Tabela 3 – Percentual de cor e raça	107
Tabela 4 – Percentual de membros da família que recebem ou já receberam algum benefício governamental	108
Tabela 5 – Percentual de indivíduos que mantêm financeiramente a casa	110
Tabela 6 – Principal ocupação do estudante	111
Tabela 7 – Total de jovens divididos por classes sociais, segundo o Critério Brasil da ABEP	112
Tabela 8 – Frequência percentual de acessos em plataformas de mídias e redes sociais	114
Tabela 9 – Percentual de confiança em mídias e plataformas de digitais	116
Tabela 10 – Percentual de acessos em grupos de aplicativos de mensagem.....	117
Tabela 11 – Percentual de confiança em grupos de aplicativos de mensagem.....	118
Tabela 12 – Pontuação das escalas	119
Tabela 13 – Proporção da escala de propensão ao autoritarismo	119
Tabela 14 – Proporções das escalas de Propensão à Democracia e Propensão ao Neoliberalismo e Meritocracia	120
Tabela 15 – Percentual de concordância distribuído pelas assertivas da Escala de Propensão ao Autoritarismo	121
Tabela 16 – Percentual de concordância distribuído pelas assertivas da Escala de Propensão à Democracia	123
Tabela 17 – Percentual de concordância distribuído pelas assertivas da Escala de Propensão ao Neoliberalismo e à Meritocracia	124
Tabela 18 – Comparação dos índices de propensão à democracia com a propensão ao autoritarismo.....	126
Tabela 19 – Comparação entre propensão ao neoliberalismo/meritocracia e propensão ao autoritarismo.....	127
Tabela 20 – Comparação entre o índice de propensão ao autoritarismo e identidade de gênero	129
Tabela 21 – Comparação entre o índice de propensão ao autoritarismo e raça....	132
Tabela 22 – Comparação entre o índice de propensão ao autoritarismo e religião	133
Tabela 23 – Comparação entre o índice de propensão ao autoritarismo e classes sociais	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IFPR	Instituto Federal do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
ONU	Organização das Nações Unidas
INCT-DSI	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais
DF	Distrito Federal
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TFP	Associação de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
CGI.br	Comitê Gestor de Internet no Brasil
LAPOP	<i>Latin American Public Opinion Project</i>
WSV	<i>World Values Survey</i>
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	O NEXO AUTORITÁRIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	20
1.1	DO FASCISMO À EXTREMA DIREITA: CONTEXTOS E DEFINIÇÕES.....	21
1.2	A ESTRUTURA AUTORITÁRIA BRASILEIRA E O BOLSONARISMO.....	29
1.3	PROPAGANDA DESINFORMACIONAL E CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA	45
1.4	A DIMENSÃO RELIGIOSA NA FORMAÇÃO DA EXTREMA DIREITA.....	50
2	TEORIA CRÍTICA E PROPENSÃO AO AUTORITARISMO EM JOVENS.....	58
2.1	OS ESTUDOS SOBRE O AUTORITARISMO NA ESCOLA DE FRANKFURT.....	58
2.2	A SOCIOLOGIA RELACIONAL NA TEORIA CRÍTICA DE ADORNO	72
2.3	SUBJETIVIDADE AUTORITÁRIA ENTRE JOVENS	79
3	METODOLOGIA	90
3.1	O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	92
3.2	INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	96
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	101
4	O PERFIL AUTORITÁRIO DOS JOVENS DO IFPR.....	105
4.1	FORMAÇÃO DAS ESCALAS	119
4.2	AS DINÂMICAS DA PREDISPOSIÇÃO AO AUTORITARISMO	126
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS.....	144
	APÊNDICE.....	153
	APÊNDICE A: Instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados ...	154

INTRODUÇÃO

Os eventos políticos que culminaram com a hegemonia política da extrema direita a partir de 2018 contribuíram para formar a ideia central dessa tese. A ascensão de Bolsonaro à Presidência da República foi acompanhada pela eleição de políticos com discursos extremistas em todos os níveis do processo eleitoral daquele ano, incluindo governadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores. Esse cenário revelou a capacidade de legitimação popular alcançada por discursos violentos e extremistas junto a parcelas da população. Embora seja possível considerar que parte dos eleitores desses candidatos tenha feito sua escolha como forma de protesto contra o Partido dos Trabalhadores, que ocupou o governo federal desde o início dos anos 2000, é plausível supor que uma parcela significativa tenha expressado sua preferência nas urnas por convicção ideológica. Entender as motivações que geram o autoritarismo se tornou importante para mapear como valores antidemocráticos são assimilados por diferentes estratos da sociedade e de que forma essa base ideológica sustenta a longevidade e a resiliência de projetos políticos extremistas.

Nos últimos anos, o Brasil vivenciou uma profunda crise institucional que contribuiu para a ampliação da desconfiança em relação às instituições democráticas, e também proporcionou o ressurgimento de movimentos políticos de extrema direita que viram na crise uma oportunidade (Arruda, 2018; Limongi; Figueiredo, 2017; Gimenes, 2014). Alimentados pela perda da confiança na política e com um discurso antissistema, esses movimentos ganharam projeção e adesão popular, o que resultou em sucessos eleitorais consecutivos desde 2018. Alinhada a discursos moralistas, a extrema direita encontrou no desgaste institucional um terreno fértil para a mobilização, resultando na eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 e gerando um contínuo crescimento do movimento, mesmo depois da derrota de Bolsonaro para Lula em 2022 na disputa presidencial.

As crenças dos indivíduos, portanto, desempenham um papel importante no funcionamento de qualquer sistema político. Em sociedades democráticas, a confiança nas instituições públicas está atrelada à convicção na participação popular não só no processo eleitoral, mas na vida cidadã. A legitimidade da democracia, dessa forma, depende da confiança que os cidadãos depositam nela, bem como do compromisso de uma parte significativa dos agentes políticos com os princípios

democráticos.

No Brasil a cultura política é historicamente determinada por processos autoritários, que permanecem estruturados na memória e no padrão ideológico vigente. Ao mesmo tempo, a luta contra dinâmicas autoritárias esteve presente desde a colonização do Brasil, o que gerou conflitos que perpassam a história brasileira. Mesmo com a consolidação do regime democrático em 1988, a cultura política ainda manteve traços autoritários decorrentes das experiências antidemocráticas (Baquero, 2008). Dessa forma, o conjunto de crenças do brasileiro sobre a democracia é ambíguo, pois observa relações autoritárias na experiência concreta, ao mesmo tempo em que mantém regras formais da democracia liberal, como a tolerância e a pluralidade de ideias (Baquero, 2008). Essa ambiguidade inclina os indivíduos à desconfiança da democracia formal ao mesmo tempo que pode conduzir à identificação de agendas autoritárias, questionando, assim, o consenso democrático, as liberdades civis de grupos minoritários e a luta contra o preconceito.

Com isso em mente, este estudo buscou investigar as dinâmicas da predisposição ao autoritarismo entre jovens que frequentam o Ensino Médio Integrado do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a partir de uma amostra de 291 estudantes, por meio de questionário fechado distribuído em formulário *on-line*. A predisposição ao autoritarismo foi estudada por meio de uma escala Likert de concordância, desenvolvida a partir da escala F de Adorno, porém com adaptações nas assertivas utilizadas. Foram elaboradas no mesmo formulário, questões socioeconômicas, questões sobre uso de redes sociais na internet e outras duas escalas Likert, com assertivas sobre padrões culturais que indicaram o apoio a ideais democráticos e a inclinação a valores neoliberais e meritocráticos. O objetivo foi medir o potencial autoritário dos jovens e relacioná-lo com as demais escalas, bem como com as dimensões culturais e socioeconômicas dos jovens, para se aproximar do nexo relacional que forma a subjetividade autoritária. Foi possível, assim, estabelecer conexões entre diferentes variáveis para identificar as dinâmicas que formam a subjetividade autoritária.

Os resultados indicaram uma elevada predisposição ao autoritarismo entre os jovens, cuja personalidade ainda se encontra em processo de formação. Além disso, os dados permitiram compreender a existência de uma socialização autoritária que gera posicionamentos contraditórios, refletindo as tensões presentes na sociedade brasileira, embora esses traços ainda não possam ser considerados permanentes.

A possibilidade de compreender a predisposição ao autoritarismo se desenvolveu por consequência da seguinte problematização: O que faz um jovem ter convicções autoritárias e visões de mundo preconceituosas? Quais são as origens dessas percepções e como elas são formadas no processo social? Há dentre os sujeitos pesquisados propensão ao autoritarismo e como ela se relaciona com o apoio à democracia? É possível relacionar o apoio à ideologia neoliberal-meritocrática com o autoritarismo? Quais são os perfis mais suscetíveis ao autoritarismo?

A hipótese observada nesta pesquisa é de que os estudantes do Ensino Médio do IFPR evidenciam ambiguidades na especificação de seus valores, apontando, ao mesmo tempo, um apoio formal à democracia enquanto possuem convicções autoritárias arraigadas na identidade. Em sociedades democráticas, as normas sociais dificultam a externalização da personalidade autoritária, desde que estejam fortemente normalizadas (Adorno, 2019). A educação tenderia a gerar a normalização das regras e impedir que o inconsciente autoritário aflore no nível da consciência, gerando um bloqueio para ações propriamente fascistas (Adorno, 2019). Por outro lado, em conjuntura de crise política, a ascensão de líderes autoritários pode aumentar o potencial autoritário nos sujeitos e gerar as condições para a legitimação de ações autoritárias. Portanto, identificar a variação nesses índices pode ajudar a avaliar a aceitação do processo democrático na cultura política da juventude em contexto escolar.

Este trabalho foi embasado pela sociologia crítica de Theodor Adorno¹, uma teoria sociológica relacional que compreende dialeticamente o processo de socialização, ou melhor, ela entende a formação do caráter e da capacidade de agir, a partir da força com que as estruturas sociais atuam sobre os indivíduos, e de como tais impulsos são administrados e incorporados na individuação. A predisposição ao autoritarismo estaria, assim, associada à forma como os jovens lidam com os impulsos socioeconômicos e ideológicos da sociedade, formando valores, convicções e atitudes em potencial. Isso se enquadra no escopo de uma teoria sociológica sintética que se insere na dialética entre a estrutura social e a subjetividade. Os jovens, portanto, estariam no âmago da consolidação de suas próprias convicções, e observar a predisposição ao autoritarismo é importante para compreender o nexo da socialização

¹ Embora seja dada ênfase na reflexão de Adorno, a teoria sociológica aqui retratada é fruto do trabalho coletivo de diversos pesquisadores associados com o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt (*Institut für Sozialforschung*), mais conhecido como Escola de Frankfurt (Jay, 2008; Adorno, 2019).

autoritária no momento da transição geracional, o que permite compreender os contornos da sua estruturação.

A subjetividade autoritária é o reflexo do autoritarismo estrutural da sociedade capitalista, que se reproduz contraditoriamente pelas agências de socialização. A latência da convicção autoritária é uma condição de sociedades democráticas, nas quais atitudes estereotipadas são, grosso modo, reprimidas, produzindo ambiguidade na expressão dos sujeitos.

A predisposição ao autoritarismo, mesmo latente, possibilita o ceticismo com regras e instituições democráticas, resultando em desconfiança contra instâncias formais, aparadas pelas regras democráticas, como, por exemplo, a escola. No contexto de crise institucional, tais aparelhos tendem a ser vistos sob a ótica do anti-intelectualismo, que é um dos pilares ideológicos da extrema direita na luta contra a modernidade. A escola foi um dos primeiros espaços disputados por esses movimentos, que já em 2011, com as mobilizações contra a “ideologia de gênero” e “Kit Gay”, e em seguida com o movimento “Escola sem Partido”, provocaram uma crescente onda de pânico moral contra a educação e os educadores, vistos como bodes expiatórios (Guilherme; Picoli, 2018, Brancoli, 2024).

O ressurgimento de movimentos extremistas de direita fragilizou o consenso minimamente tolerante da democracia brasileira. A propaganda das demandas moralistas e agressivas desses movimentos potencializou a identificação com valores estereotipados, rígidos e violentos, o que pode ser percebido no aumento de atitudes violentas, como os ataques contra as escolas. No relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental”, produzido pelo grupo de transição do governo Lula em dezembro de 2022, foi apontado o aumento de ataques violentos nas escolas brasileiras, que somaram ao todo 16 casos desde a primeira década do século XXI, com 4 deles ocorrendo em 2022 (Grupo Temático de Educação Equipe de Transição Governamental, 2022). Os traços comuns desses ataques são: a identidade política de extrema direita, professada pela maioria dos autores, e a forma virtual de organização e recrutamento em grupos *on-line* que defendem as pautas de extrema-direita de maneira violenta. Tais grupos são influenciados por redes internacionais, e os Estados Unidos é o país com maior incidência de ataques violentos contra as escolas (Grupo Temático de Educação Equipe de Transição Governamental, 2022).

Esses movimentos exercem, dessa forma, uma força disruptiva sobre

convenções democráticas, pois se nutrem da descrença generalizada e a retroalimentam com discursos autoritários que impulsionam ações tipicamente irracionais, como a agressividade contra bodes expiatórios. Por isso, compreender a expressão desses valores entre estudantes se torna importante para medir a dimensão do problema, a sua potencialidade e os seus limites.

Antes, porém, é necessário problematizar alguns aspectos relevantes da parte mais visível dessa cultura política autoritária, ou seja, os movimentos políticos de extrema direita que ascenderam nos últimos anos. Assim, no primeiro capítulo será realizada uma revisão narrativa para discutir os conceitos de extrema direita e o processo histórico que delimitou o seu ressurgimento. O objetivo é tecer o nexo histórico e social da ascensão destes movimentos, bem como das suas implicações, observando a teoria social de Adorno, que compreende, dialeticamente, esses processos na relação entre estrutura e agência.

O primeiro capítulo, nesse sentido, discute como as contradições da sociedade capitalista moldam, inconscientemente, as estruturas subjetivas dos indivíduos, perpetuando desigualdades e valores culturais estereotipados, como racismo, autoritarismo e violência. Embora esses valores sejam incompatíveis com a democracia, eles são coerentes com a lógica de produção capitalista, que historicamente se beneficia desse embate, inclusive por meio de viradas autocráticas, como visto no nazifascismo do século XX e nas experiências ditatoriais no Brasil e na América Latina. O fim da Segunda Guerra Mundial não extinguiu essas estruturas autoritárias, que voltaram a ganhar força com o neoliberalismo contemporâneo. As políticas neoliberais reorganizaram as dinâmicas sociais, intensificando o autoritarismo latente e os preconceitos culturais. O ressurgimento dos movimentos de extrema direita reforça as tensões com as instituições democráticas e fragiliza a moral da sociedade, ao mesmo tempo em que enfraquece a racionalidade individual, predispondo os indivíduos a adotarem posturas autoritárias.

No segundo capítulo serão apresentados os pressupostos teóricos que pavimentam o presente trabalho. Dessa forma, será salientado o desenvolvimento do conceito de autoritarismo e personalidade autoritária dentro das pesquisas desenvolvidas pela Escola de Frankfurt. A trajetória desse processo analítico será importante para compreender tanto o desenvolvimento da teoria relacional dos frankfurtianos, como para entender o desenvolvimento do instrumento de pesquisa que foi utilizado para identificar as convicções autoritárias, que ficou conhecido como

escala F (Fascismo) e que foi adaptado para ser utilizado na pesquisa com os jovens do IFPR. Será dado um enfoque distinto para a teoria social de Theodor Adorno. A sociologia crítica e relacional de Adorno é vista como resultado coletivo dos fundadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, influenciada por pensadores como Horkheimer, Fromm, Marcuse, entre outros. Apesar de Adorno ter sintetizado esses conceitos em vários escritos, não há uma sistematização de sua teoria sociológica relacional. A discussão deste capítulo busca, dessa forma, identificar em suas obras os elementos de uma teoria relacional crítica, que permitam entender o processo de socialização na formação política dos jovens. O capítulo também discutirá a socialização política das juventudes. A digitalização das experiências dos jovens é destacada, entendendo a internet como uma “matriz cultural” que conecta diversas agências de socialização (Reis; Dayrell, 2020).

No terceiro capítulo será apresentada a metodologia adotada e o instrumento de pesquisa. A metodologia é quantitativa e se baseia na elaboração de um levantamento de dados com questionário *on-line* fechado entre os estudantes. O questionário foi elaborado com questões de múltipla escolha sobre valores socioeconômicos, culturais, uso da internet e com três escalas Likert, medindo posições autoritárias, apoio aos princípios democráticos e posicionamento quanto a valores neoliberais e meritocráticos. A pesquisa foi disponibilizada por formulário *on-line* para os estudantes e nos campus de Londrina, Astorga e Jacarezinho, foram realizados procedimentos presenciais para potencializar o recrutamento dos estudantes, tendo em vista a menor adesão provocada pelo formato *on-line* do questionário (Carlomagno, 2018; Oliveira; Vieira; Amaral, 2021). O capítulo também aborda a elaboração do questionário, as adaptações realizadas nas assertivas das escalas para ficarem compreensíveis aos adolescentes, os procedimentos aprovados pelo comitê de ética e uma descrição geral dos dados coletados.

Por último, o capítulo 4 discute os resultados, a formação das escalas e comparações com o cruzamento dos dados tabulados. De 300 respostas, 291 foram validadas com maior adesão dos campi onde ocorreram processos presenciais de recrutamento. O capítulo 4 discute, em primeiro lugar, as variáveis socioeconômicas, demográficas e de cultura digital. Em seguida, serão descritas as escalas e os dados serão comparados entre si e com algumas variáveis socioeconômicas, como identidade de gênero, cor e raça, religião e classes sociais. No geral, os dados indicam uma tendência significativa ao autoritarismo, caracterizada pelo elevado convencionalismo e

agressividade autoritária, juntamente com uma submissão moderada à autoridade. Esses valores convencionais mostraram que os jovens são inclinados ao anti-intelectualismo, à desinformação, à superstição e às teorias da conspiração, sugerindo consolidação do autoritarismo mesmo em contextos educacionais.

1 O NEXO AUTORITÁRIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A ascensão de movimentos de extrema direita no século XXI tem abalado as instituições políticas das democracias ao redor do mundo e provocado ampla discussão sobre seus efeitos autocráticos e autoritários. No Brasil, esse movimento se consolidou com a eleição de Bolsonaro em uma onda que elegeu governadores, deputados e senadores em 2018. Consequentemente, o que antes era entendido como um discurso violento, mas excêntrico contra as instituições, se transformou em agenda de governo, com a elaboração de legislações, decretos governamentais e comunicação de massa com grande engajamento nas redes sociais da internet e em protestos de rua. Com o discurso hegemônico nas redes sociais, Bolsonaro estimulou protestos por todo o país, exigindo o fechamento do Congresso e do STF e a volta da ditadura militar. Um dos maiores protestos, exigindo a ditadura militar, ocorreu no feriado do dia 7 de setembro de 2021, com greve de caminhoneiros e marchas ao redor do Brasil. No fim desse protesto, pressionado pelo Supremo Tribunal Federal, Bolsonaro escreveu uma carta, se comprometendo com a democracia, mas que, ao final continha o principal lema do integralismo, “Deus, Pátria e Família”, uma atitude inédita de apoio ao lema integralista², da qual nenhum outro presidente fez (Safatle, 2023). Além da presidência, esse movimento ocupou, hegemonicamente, as cadeiras do congresso nacional, governos de estado e diversas prefeituras ao redor do país, e mesmo com a sua derrota na corrida presidencial em 2022, manteve-se forte com a consolidação do Partido Liberal (PL) de Bolsonaro, como a maior bancada da câmara federal na eleição daquele ano.

Esses fatos indicam uma possível relação do bolsonarismo com o fascismo, que não é assumida pelo movimento, mas transparece nas suas ações. Assim, o discurso de Bolsonaro não está deslocado no tempo, como algo anacrônico e ultrapassado, fica implícita uma continuidade histórica, fruto de processos estruturais que precisa ser melhor analisada.

Diferentemente da expressão subjetiva e da convicção moral, que aqui será estudada na predisposição ao autoritarismo entre jovens, o fascismo enquanto movimento político é um fator objetivo e pode ser identificado na história e em

² O integralismo foi um movimento inspirado no fascismo italiano que se estabeleceu no Brasil nos anos 1930. A Ação Integralista Brasileira se tornou o maior partido fascista fora da Europa com mais de um milhão de membros, entre eles, militares de alto escalão que, alguns anos mais tarde, ajudaram a promover a ditadura militar (Safatle, 2023).

processos sociais. São grupos de pessoas que se articulam politicamente com a pretensão de serem a expressão da vontade popular e que compreendem a ideia de povo em termos nacionalistas ou étnicos, se identificando, assim, contrários ao bloco no poder (Faustino, 2023). Todavia, as características subjetivas de um povo disposto a apoiar o movimento, precedem a sua existência. Esse aspecto estrutural gera condições de socialização que permitem a formação de uma personalidade ligada à adesão rígida de normas e valores convencionais, à forte crença na obediência à autoridade e uma tendência à agressividade para com os “outros”, isto é, aqueles que se distanciam dos seus grupos de referência (Gandesha, 2018, p. 2). Em momentos de crises políticas e econômicas, essas características objetivas e subjetivas se acentuam e formam as condições necessárias para a ascensão ao poder desses grupos políticos. A atual escalada de movimentos políticos de extrema direita³ é um reflexo dessas tendências e se coloca como um desafio para as Ciências Sociais.

Portanto, para compreender as dinâmicas da predisposição ao autoritarismo entre jovens, é importante identificar o nexo entre estrutura social, configuração ideológica e a formação do movimento político, num primeiro momento. Assim, o objetivo neste primeiro capítulo é interpretar os processos históricos da permanência desses movimentos, compreender suas características conceituais e identificar o nexo social na formação da cultura política autoritária no Brasil. Para tanto, será necessário estudar a dinâmica histórica do fascismo, revelando suas características e a sua permanência na estrutura da sociedade capitalista contemporânea.

1.1 DO FASCISMO À EXTREMA DIREITA: CONTEXTO E DEFINIÇÕES

O fascismo possui uma ascendência movediça na sua história, o que evidencia a sua complexidade, pois esse movimento exhibe uma capacidade singular de adaptação às condições históricas das diversas sociedades onde se desenvolveu (Paxton, 2007; Eco, 2018). A primeira experiência fascista da história foi a italiana e seu êxito transformou o projeto italiano num arquétipo para os demais (Eco, 2018). Os movimentos fascistas, no entanto, não surgiram de maneira premeditada, foram antes

³ O conceito de extrema-direita será utilizado aqui como definição de movimentos políticos contemporâneos com características fascistas. Entendemos que estes movimentos, apesar de não se declararem abertamente fascistas, possuem características elementares com o fascismo e que podem ser rastreadas na história. Mudde (2022) e Löwy (2015) identificam a extrema-direita como uma continuidade do nazifascismo do séc. XX.

processos espontâneos que ocorreram de maneira paralela em vários países europeus, com projetos exitosos e outros nem tanto (Paxton, 2007). Isso possibilitou a formação de uma miríade de experiências fascistas que possuíam traços ideológicos contraditórios. A experiência fascista na Alemanha, por exemplo, gerou um sistema totalitário, ao passo que na Itália o despotismo de Mussolini não provocou algo parecido, por outro lado, o antissemitismo não foi uma doutrina central na Itália, assim como foi na Alemanha (Eco, 2018). Mesmo com as diferenças, o movimento manteve uma coerência que lembrava mais uma colmeia do que um sistema rigidamente integrado, ou seja, o fascismo,

...era um exemplo de desconjuntamento político e ideológico. Mas era um “desconjuntamento ordenado”, uma confusão estruturada. O fascismo não tinha bases filosóficas, mas do ponto de vista emocional era firmemente articulado a alguns arquétipos (Eco, 2018, p. 13).

Apesar do desconjuntamento, existiram traços elementares nos fascismos. A política de massas é um deles, ela surgiu com a universalização dos direitos políticos nos processos eleitorais, levando grandes massas às urnas e possibilitando a elaboração de técnicas de persuasão e propaganda (Paxton, 2007). A linguagem simples da propaganda permitiu que a política fosse instrumentalizada para uma população com menos instrução. Consequentemente, a manipulação da opinião pública se tornou um mecanismo eficiente de controle das massas em processos eleitorais, o que tornou viável a ascensão de políticos *outsiders* (Paxton, 2007).

Além da política de massa, Paxton (2007) ressaltava outros elementos característicos do fascismo, como o “espírito do tempo” do final do século XIX e início do século XX, que se mostrava pessimista com a modernidade, com a autonomia do esclarecimento iluminista e com a democracia liberal. Outro elemento cultural importante foi a vulgarização de teorias racistas provenientes do darwinismo social que legitimavam o direito de povos “superiores” dominarem povos “inferiores” (Paxton, 2007). Assim, se consolidaram no pensamento da época o medo da desintegração social, provocado pelos conflitos sociais e guerras e também a ideia de pureza racial e de purificação moral de sociedades, o que ajudou a consolidar uma cultura favorável à limpeza étnica e ao genocídio (Paxton, 2007).

Outras características são observadas por Eco (2018), que contribuem com uma definição mais ampla, entendendo o fascismo como um fenômeno não circunscrito ao processo histórico do início do séc. XX, e que pode eventualmente

ressurgir, o que ele define como Ur-fascismo ou fascismo eterno. Assim, os fascismos não são permanentes, mas certos elementos que o constituem podem reaparecer em outros contextos, proporcionando o ressurgimento de movimentos políticos que aproveitam a “janela de oportunidades”. Eco (2018) ressalva que todos esses elementos não precisam existir de maneira coesa, como um sistema, mas que a existência de apenas uma dessas características e do aproveitamento político dela pode indicar o ressurgimento do fascismo (Eco, 2018).

Dito isto, a primeira característica é o tradicionalismo, isto é, a crença na verdade idealizada que estaria escondida no passado mítico, gerando, assim, um culto à tradição e a ideia de uma revelação esquecida (Eco, 2018). Esse processo não estaria preso a apenas uma forma de religião, mas se consolidaria em diferentes crenças, numa visão sincrética de mundo. O tradicionalismo dialoga com a contradição e permite, pelo sincretismo, a mistura de crenças e ideias políticas, como afirma Eco, (2018),

O próprio fato de que, para demonstrar sua abertura mental, a direita italiana tenha recentemente ampliado seu ideário juntando De Maistre, Guenon e Gramsci é uma prova evidente de sincretismo. Se remexerem nas prateleiras, que nas livrarias americanas trazem a indicação “New Age”, irão encontrar até mesmo Santo Agostinho e, que eu saiba, ele não era fascista. Mas o próprio fato de juntar Santo Agostinho e Stonehenge, isto é um sintoma de Ur-Fascismo (Eco, 2018, p. 15).

As consequências desse pensamento são a recusa da modernidade, o anti-intelectualismo, a valorização do irracionalismo e da ação pela ação. A ira anti-intelectual não se voltava contra a tecnologia ou contra a indústria moderna, ela é contrária às conquistas do direito e aos ideais do iluminismo, do esclarecimento humano, ou seja, “... pensar é uma forma de castração” (Eco, 2018, p. 16). A luta contra o pensamento crítico vai além, pois este é reconhecido também como uma forma de traição (Eco, 2018).

A fobia do “outro” conduz para a busca de um consenso nacional sem o “outro”. É a ideia de que aquele que se encontra do lado de fora do grupo de pertencimento é um intruso e ameaça a existência daqueles que detêm a “identidade verdadeira” (Eco, 2018). Os medos são, assim, manipulados de diferentes maneiras na obsessão por elaborar a imagem do “bode expiatório”. É dessa forma que as classes médias frustradas são convencidas a projetar a sua própria humilhação no “outro”. A manipulação do medo nutre a sensação de se sentir sitiado pelo “outro” que advém, principalmente, da crença em teorias conspiratórias internacionais ou nacionais (Eco,

2018). O bode expiatório surge, portanto, como efeito compensatório que canaliza o ódio, produzindo, em contrapartida, a sensação de unidade nacional, pois “os únicos que podem fornecer uma identidade às nações são os inimigos” (Eco, 2018, p. 17).

O bode expiatório também é visto como forte, ao mesmo tempo em que é entendido, de maneira oposta, como fraco, podendo assim ser facilmente derrotado. Nesse sentido, o inimigo é forte o suficiente para gerar o pânico moral que serve como elemento agregador, e fraco o suficiente para realçar a ideia de superioridade e legitimar a dominação do grupo mais forte. A virtude da luta para vencer o inimigo produz a noção de “guerra permanente” ou “complexo de Armagedon” (Eco, 2018, p. 18), pelo qual a crença na predestinação para a vitória na batalha final induz à compreensão onipotente de que o movimento, em sua glória, assumirá o controle do mundo (Eco, 2018).

Como resultado da noção de guerra permanente, observa-se o culto do heroísmo. Para Eco (2018), a idolatria do herói, simbolicamente, representa a adoração da morte, pois morrer em batalha é a melhor recompensa para a ação heroica permanente (Eco, 2018). Dessa forma, “O herói Ur-Fascista espera impacientemente pela morte. Em sua impaciência, é preciso ressaltar, consegue na maior parte das vezes levar os outros à morte” (Eco, 2018, p. 19). Por fim, relacionado com a crença na guerra permanente está o “elitismo de massa”, que subsiste no desprezo pelo mais fraco e na exaltação de uma sociedade estratificada de maneira rígida, pela qual as massas são entendidas como fracas e merecedoras da dominação, ou seja, a base dessa crença está na aceitação de uma hierarquia inflexível, na qual as pessoas “certas” estariam no andar de cima (Eco, 2018).

Ao elaborar esses arquétipos, Eco (2018) explica a permanência do fascismo na sociedade contemporânea como um processo estrutural que gera condições para a existência de movimentos que, por sua vez, politizam essas tendências. Paxton (2007) e Adorno (2020), se somam à compreensão do fascismo como um processo estrutural mais amplo do que a experiência do início do século XX. Esses autores justificam a permanência do fascismo pela consolidação de valores autoritários na cultura política de um povo e de sua possibilidade de ressurgência estar ligada à capacidade técnica dos movimentos políticos em conseguir manipular esses comportamentos (Paxton, 2007; Eco, 2018; Adorno, 2020). Adorno se diferencia dos outros autores por correlacionar a existência do fascismo com a dinâmica contraditória do capitalismo e entender que os processos econômicos propiciam condições

culturais para a formação da personalidade autoritária (Adorno, 2020). Neste sentido, o fascismo seria intrínseco ao capitalismo e estaria na lógica do seu funcionamento, indicando que a sociedade moderna possui tendências fascistas imanentes, alicerçadas na reprodução de valores culturais autoritários (Adorno, 2020). Do mesmo modo que os traços culturais do fascismo são permanentes, é possível observar a trajetória política desses movimentos, mesmo após a queda dos regimes históricos da Alemanha e Itália.

No final da Segunda Guerra Mundial, a visão das imagens sangrentas dos campos de concentração e do morticínio infligido há milhões de pessoas, assim como o retrato do fracasso dos líderes fascistas, provocou uma comoção sem precedentes na história humana (Paxton, 2007). As políticas que se seguiram com ênfase nos direitos humanos, no direito internacional e no fortalecimento de estados democráticos, principalmente nos países europeus, consolidaram freios políticos e morais para a expressão declaradamente fascista. Isso não impediu, no entanto, que militantes, políticos e simpatizantes continuassem se organizando, especialmente, em países europeus, o que segundo Mudde (2022), pôde ser observado em quatro ondas: a primeira, denominada neofascismo, durou de 1945 a 1955 na Europa. Foi uma fase em que, em muitos países, a formação de partidos fascistas foi proibida e os militantes se organizaram em associações e clubes, muitos deles clandestinos. Esses pequenos grupos persistiram na preservação da ideologia nazifascista e se mantiveram atuantes, mesmo com a situação política desfavorável.

A partir da década de 1950 começaram a se articular de maneira mais estratégica, o que originou a segunda onda que vai de 1955 a 1980 (Mudde, 2022). Nessa época surgiu “uma miríade de partidos e políticos populistas de direita, os quais se definiam mais por sua oposição às elites do pós-guerra do que por filiação a uma ideologia ou regime derrotados” (Mudde, 2022, p. 33). Consequentemente, os partidos começaram a ser normalizados dentro das democracias e o discurso político se concentrou na revolta contra o Estado de Bem-Estar Social, gerando adesão aos princípios neoliberais. Esse movimento também se ampliou nos Estados Unidos com bandeiras diferentes, como o anticomunismo de políticos, como Joseph McCarthy e a luta contra o movimento que reivindicava o fim da segregação racial no país (Mudde, 2022).

Foi nos anos 1980, já na terceira onda, que a extrema direita começou a ter ganhos significativos nas eleições, sendo cada vez mais normalizada dentro das

democracias europeias. Os principais fatores que provocaram o apoio popular ao radicalismo de direita foram a imigração em massa e o desemprego (Mudde, 2022). Com o aumento da adesão popular às suas pautas os partidos começaram a ocupar gradualmente os parlamentos, mas ainda em posição minoritária. Após o fim da União Soviética a extrema direita avançou nos países pós-comunistas e se estruturou na maioria dos países europeus. Como afirma Mudde,

Durante a década de 1990 quase todos os países da Europa contavam com pelo menos um partido de extrema direita disputando eleições, e o índice médio alcançou a marca de 4,4%. As diferenças entre o leste e o oeste do continente mostraram-se menores do que o esperado, embora o índice mais alto da Europa oriental – 45,2% dos votos na Croácia – tenha sido muito maior do que sua contraparte ocidental – 26,9% na Suíça (Mudde, 2022, p. 37).

Esse processo se intensificou decisivamente com o início da quarta onda, nos anos 2000, com a internacionalização do movimento. A normalização foi ampliada e os partidos radicais começaram a ser aceitos em coalizões de direita em países europeus e americanos (Mudde, 2022). A naturalização política foi acompanhada da normalização dos discursos autoritários e a defesa de pautas preconceituosas e racistas nos veículos de comunicação (Mudde, 2022). Com a articulação, cada vez mais comum, da direita com a extrema direita, os primeiros começaram a incorporar as pautas extremistas dos segundos e, logo, partidos da direita tradicional foram convertidos ao extremismo, como o Fidesz de Viktor Orban, o Partido Liberal de Bolsonaro e o Partido Republicano de Trump. A quarta onda se caracteriza, assim, pelo aumento do apoio popular, pelo avanço em países que antes impunham limites institucionais e pelo protagonismo desse movimento político (Mudde, 2022, p. 40). Esse crescimento exponencial, somado à cultura da internet, proporcionou uma internacionalização profunda e abrangente desses movimentos que continuam até os dias atuais.

Com a aproximação entre direita tradicional e extrema direita no contexto atual, se torna importante definir esses conceitos. Como existem diferentes definições sobre a extrema direita, Kaltwasser (2023) aponta, como critério analítico, a comparação com a direita tradicional. Para tanto é necessário observar o pano de fundo ideológico que norteia esses movimentos políticos que é a discussão sobre a desigualdade social. Enquanto a direita tradicional se orienta pela caracterização da propriedade privada como um direito natural, o que favorece a percepção das desigualdades sociais e econômicas como naturais, a extrema direita percebe as desigualdades

sociais a partir de valores socioculturais. Logo, a agenda de costumes e valores tradicionais se sobrepõe à pauta econômica, gerando a noção de integração ou não de grupos sociais por obediência a critérios de gênero, raça, nação, sexualidade, entre outros (Kaltwasser, 2023, p. 2-3). Em outras palavras, as desigualdades sociais baseadas nesses critérios também são consideradas naturais e refletem uma visão de mundo rigorosamente hierarquizada, oposta à direita tradicional que não pensa assim e, em alguns casos, aceita as concepções multiculturais de sociedade. Melhor dizendo, “Isso é particularmente perceptível na maneira como a extrema direita europeia expressa oposição ao multiculturalismo que beira a xenofobia, especialmente contra a população muçulmana” (Kaltwasser, 2023, p. 3). Sendo assim, ao incorporar essa agenda, o movimento dialoga com os valores culturais convencionistas e estereotipados que se encontram generalizados na sociedade enquanto o bloqueio moral, que transformou em tabu essas ideias, se desvanece gradualmente num processo que produz identificação e engajamento. Por isso, entender as dinâmicas da predisposição ao autoritarismo pela dimensão convencional ou tradicionalista se torna importante nesta pesquisa, pois é nela que se fundam os elementos contraditórios da ideologia, assim como o seu significado para os jovens.

Diante desse pano de fundo ideológico, Kaltwasser acrescenta os critérios do “posicionamento político” e da “postura de aceitação das regras democráticas”. A extrema direita tem um posicionamento radical na defesa de suas pautas e um “desprezo pela democracia”, que vai desde a independência dos tribunais à repulsa pelo direito internacional e suas instituições, como a Organização das Nações Unidas (ONU), órgãos de defesa dos direitos humanos, União Europeia, entre outros. (Kaltwasser. 2023, p. 3). A direita tradicional, de maneira oposta, aceita o processo institucional democrático e difunde as suas ideias de maneira moderada.

Consequentemente, a direita tradicional, por seu tom moderado e por apoiar movimentos multiculturais também é alvo da extrema direita, que se define como “a verdadeira direita” e luta para ser hegemônica. Ambos os lados têm partidos e movimentos políticos que se diferenciam, dependendo do contexto nacional. Segundo Kaltwasser (2023), a extrema direita se divide em dois grupos na Europa, um formado por partidos com capacidade eleitoral, denominados de “direita radical populista” e outro, com pouco peso eleitoral, mas com movimentos extremamente agressivos, denominado de extrema direita (Kaltwasser, 2023). Segundo Kaltwasser, existe também a cooperação entre partidos de direita e de extrema direita, porém, na Europa,

esses acordos acabaram beneficiando mais o segundo grupo, gerando a descaracterização para os partidos e grupos políticos de direita, que normalizaram os aspectos radicais e autoritários da extrema direita (Kaltwasser, 2023, p. 3).

Partindo também da experiência europeia, Castelli Gattinara e Pirro (2018) relatam dois elementos comuns nos movimentos de extrema direita: o nativismo como uma ideologia política nacionalista radical que rejeita tudo o que é estrangeiro, de imigrantes a ideologias multiculturais; e a prática política da hibridização de partidos, movimentos sociais e grupos subculturais. O primeiro aspecto traz institucionalidade para ideias racistas, que deixam de lado o racismo biológico nazista para divulgar a ideia de “incompatibilidade baseada na diferença cultural” que está nas bases do etnopluralismo, ou seja, que defende que “... a mistura de diferentes etnias levaria à extinção cultural do grupo nativo” (Castelli Gattinara, Pirro, 2018, p. 2). Já o segundo atributo está na articulação estreita entre movimentos sociais e partidos políticos, que nutre redes de mobilização observadas nos protestos de rua, na violência autoritária cometida por pequenas organizações extremistas contra imigrantes e refugiados e também nas campanhas políticas com mobilização eleitoral. Portanto, Castelli Gattinara e Pirro (2018) ressaltam que a extrema direita é um movimento político mais amplo, composto não apenas por partidos políticos focados em eleições, mas também por movimentos sociais e redes de movimentos sociais, com o objetivo de mobilizar apoio público. Dessa forma, nesse jogo político existem diferenças entre os atores da extrema direita. De um lado estão os partidos políticos que disputam o jogo político com pretensões eleitoreiras e que precisam se apresentar num tom moderado, e por outro, os movimentos sociais e subculturas que agem muitas vezes de maneira violenta e são abertamente contra o sistema democrático. As redes de extrema direita são definidas, portanto, como movimentos políticos antidemocráticos que entram em conflito direto com as instituições democráticas, enquanto as redes de direita radical estão no polo oposto, operando dentro das regras eleitorais, mantendo uma tensão interna com a democracia (Castelli Gattinara; Pirro, 2018, p. 4). A hibridização indica uma maneira sistemática de atuação política com redes autônomas, que aparentemente funcionam de maneira contraditória, mas que mostram certa aproximação com os princípios mais abrangentes do movimento.

De maneira geral, os movimentos de extrema direita, sejam eles mais radicais ou mais institucionalizados, são uma continuação dos fascismos da primeira metade do séc. XX. O entendimento de continuidade permite elencar tanto as transformações

quanto as permanências. A característica mutável do fascismo, de se ajustar conforme as condições históricas de cada sociedade, permanece na extrema direita contemporânea que se adapta com contextos históricos, religiosos, políticos e sociais, nutrindo contradições, mas mantendo coerência na articulação. A política de massas, como fundamento da ação política, é outra característica que permanece na lógica da extrema direita que utiliza meios mais sofisticados de difusão ideológica, como as redes sociais da internet, o que permite, além de tudo, uma articulação internacional sem precedentes. Esses movimentos souberam se reestruturar sem modificar muito suas concepções, como na transição do racismo baseado em características biológicas para o preconceito fundamentado em elementos culturais, originando novos arcabouços ideológicos, como o etnopluralismo e o nativismo. O preconceito estereotipado, dessa forma, continua sendo central para a definição do nacionalismo, pois é pelo bode expiatório que se produz a ideia de unidade ou de feixe. O choque contra a democracia se torna, portanto, inevitável para um movimento que nega a pluralidade de ideias e, principalmente, o multiculturalismo.

O fascismo latente não está presente apenas nas dinâmicas do movimento, ele está alicerçado, como um processo estrutural, na cultura sociopolítica. A consolidação da cultura política autoritária é um pré-requisito para compreender o ressurgimento da extrema direita. O autoritarismo hegemônico existente nos valores normalizados dos indivíduos pode ser entendido como resultado da dinâmica contraditória do capitalismo (Adorno, 2020). Consequentemente, países como o Brasil, inseridos desigualmente na lógica internacional do capital, desenvolveram o autoritarismo de maneira diferente nos seus padrões culturais, possibilitando experiências fascistas e o ressurgimento contemporâneo de movimentos extremistas de direita. Dessa forma, é importante entender o desenvolvimento do nexos autoritário brasileiro.

1.2 A ESTRUTURA AUTORITÁRIA BRASILEIRA E O BOLSONARISMO

A dinâmica do capitalismo colonial, que está na gênese da sociedade brasileira, é um dos elementos centrais para compreender a estrutura do autoritarismo e do fascismo latente, pois a sociedade capitalista é ela própria derivada da exploração primária do sistema colonial europeu (Faustino, 2023; Safatle, 2023). O colonialismo foi estruturado no trabalho escravo, na expropriação das terras indígenas e da matéria-prima, o que impulsionou o capitalismo nos países centrais (Faustino, 2023).

A organização do capitalismo europeu se consolidou principalmente pela violência simbólica, forjando os conceitos de “liberdade” e “humanismo” sem a figura dos negros escravizados e outras populações dominadas (Faustino, 2023). A violência colonial foi precursora de experimentos que foram utilizados em larga escala no nazifascismo europeu, como os “campos de concentração”, a legitimação do discurso eugenista na diferenciação entre raças superiores e inferiores e, conseqüentemente, a necessidade de os inferiores serem dominados e governados (Safatle, 2023).

O conceito racial, central para o desenvolvimento dos governos fascistas, já tinha sido estruturado nas colônias e ex-colônias europeias. A desumanização do negro foi importante, pois,

O escravo moderno não podia ser reconhecido como parte dessa comunidade de contratantes que estruturou o pacto social burguês, sob a pena de poder reivindicar para si o *status* a ela reservado e, com isso, desmantelar por completo as bases da expropriação originária que compõem a “assim chamada acumulação primitiva de capitais” (Faustino, 2023, *on-line*).

A estratégia de desumanização dos povos colonizados, escravizados negros e indígenas, estava ligada a um complexo processo jurídico e ideológico que normalizava a condição de indivíduos sem direito, sem humanidade, meramente como objetos (Faustino, 2023; Safatle, 2023). O colonialismo português no Brasil produziu, assim, um dos maiores sistemas escravistas coloniais com o deslocamento forçado de milhões de escravos africanos, compondo, portanto, uma maioria populacional que não era reconhecida como humana, mas, apenas como coisas, em outras palavras,

Lembremos como o império português será o primeiro a se engajar no comércio transatlântico de escravos, chegando à posição de quase-monopólio em meados do século XVI. 35% de todos os escravos transportados para as Américas foram direcionados ao Brasil. Sendo o latifúndio escravagista a célula elementar da sociedade brasileira, sendo o Brasil o último país americano a abolir a escravidão, não será estranho conceber o país como o maior experimento de necropolítica colonial da história moderna (Safatle, 2023, *on-line*).

Essa distinção entre sujeitos e não sujeitos é a base ontológica do fascismo moderno, pois permite enquadrar os indivíduos em posições rígidas na estratificação social, integrando os não sujeitos em posições marginalizadas e coisificadas reforçadas pela indiferença social (Safatle, 2023). No Brasil, essa estrutura desumanizadora continuou após a escravidão com a subintegração da população negra na sociedade brasileira, ou seja, o Estado reconheceu a liberdade desses sujeitos, mas negou as condições mínimas de cidadania, ou seja, construiu os alicerces de uma subcidadania desintegradora (Fernandes, 2008). Logo, essa

marginalização se confronta com o Estado que usa da violência para controlar esses indivíduos, naturalizando uma “guerra civil” velada e fortalecendo a intimidação pelo medo, como afirma Safatle (2023),

Podemos encontrar na naturalização dessas matrizes de violência estatal o solo fértil para o desenvolvimento e rápido crescimento do fascismo nacional. Pois ela fortalece, por um lado, a contínua militarização da sociedade. Uma sociedade organizada por massacres administrativos periódicos, por chacinas policiais que visam lembrar a setores da população sua condição de “matáveis sem dolo” precisa justificar sua violência através do imaginário do risco constante contra “cidadãos de bem”, precisa elevar o medo a afeto político central. Isso funciona como justificativa à organização da sociedade sob a forma do “direito de autodefesa” e, por fim, sob a forma de milícias armadas.[10] Por outro lado, essa mesma lógica alimenta a indiferença e a desafeção social. Ela cria um bloqueio em toda emergência possível de uma solidariedade genérica, naturalizando a lógica de predação social (Safatle, 2023, *on-line*).

Consequentemente, a experiência colonial brasileira gerou uma estrutura social orientada pelo racismo e uma estrutura econômica e política orientada pela dependência. A classe burguesa não teve capacidade para conseguir a sua independência econômica, a industrialização ocorreu por força do Estado e dos fluxos de capitais dos países centrais na forma de multinacionais (Faustino, 2023). A burguesia brasileira também assumiu características comuns de burguesias emergentes de países colonizados, que são o autoritarismo e os ideais antidemocráticos (Rocha; Solano; Medeiros, 2021). Fernandes (2008) explica que a introdução precoce do capitalismo em sociedades coloniais, como o Brasil, antes da plena consolidação da ordem social competitiva da sociedade capitalista, solidificou valores autoritários na classe dominante. A coexistência da ordem social anterior, baseada no latifúndio pós-escravocrata, com a emergente ordem competitiva, transformou a livre iniciativa e a propriedade privada em privilégios estamentais (Fernandes, 2020). Esse processo não apenas limitou a competição, mas também acentuou a concentração de riqueza, poder e propriedade. A ordem social competitiva foi distorcida pelos valores arcaicos da sociedade escravista, resultando em um capitalismo brasileiro ligado a um passado particularista e autocrático. A aliança com forças políticas iliberais atingiu seu ápice em 1964, com o estabelecimento de uma autocracia burguesa por meio da ditadura civil-militar, revelando a verdadeira natureza de uma revolução burguesa não democrática no Brasil (Fernandes, 2020).

Por isso, o principal objetivo da autocracia burguesa, segundo Fernandes (2020), era não só de evitar a democratização do poder político, mas também do prestígio e da riqueza, o que resultou num intenso aumento da desigualdade

acompanhado de um extremo aumento da concentração de renda (Rocha; Solano; Medeiros, 2021). Isso só aconteceu com uma repressão forte sobre os trabalhadores e suas organizações sindicais, sobre a população negra e o movimento negro, sobre toda uma sociedade civil que estava em processo de conquistar novos direitos que os incluíssem numa sociedade democrática antes do golpe de 1964. Nesse sentido, como afirma Rocha, Solano e Medeiros (2021, p. 4),

Finalmente, os negros brasileiros, as mulheres e a comunidade LGBT+ também foram reprimidos pelo regime. (...) Dessa forma, a autocracia burguesa, além de ser uma “ditadura de classe”, como Fernandes (1976) a descreveu, organizava inextricavelmente as pessoas por classe, etnia, raça, gênero e orientação sexual, revelando o caráter interseccional do termo “burguês”: proprietário, branco, homem e heterossexual.

A ditadura militar instaurada em 1964 pode ser interpretada como uma contrarrevolução promovida pela grande burguesia financeira e monopolista, em aliança com setores das classes médias, militares, Igreja, latifundiários e burocracias estatais, como resposta ao crescente protagonismo político da classe trabalhadora urbana e rural (Ianni, 2019). Nas décadas anteriores ao golpe, especialmente entre 1961 e 1964, a intensificação da industrialização, da urbanização, da proletarização e da organização sindical e camponesa fortaleceu a consciência política e a capacidade de mobilização dos trabalhadores (Ianni, 2019). Diante desse avanço das reivindicações populares e da crise do populismo, o golpe de Estado e a consolidação da ditadura constituíram uma reação das elites econômicas destinada a conter a ascensão política dos operários e camponeses e preservar a ordem social vigente (Ianni, 2019).

Assim, a ditadura civil-militar durou 20 anos e, paradoxalmente, foram justamente os movimentos antes reprimidos, que contribuíram para a sua ruína (Rocha; Solano; Medeiros, 2021). Ao lutarem contra a ditadura e pelo processo de redemocratização eles contribuíram para a formação da Constituição Brasileira de 1988. Essa constituição, considerada cidadã, incluiu no direito os não cidadãos, que historicamente foram alijados das condições mínimas de cidadania, porém, ao mesmo tempo, não foi suficiente para gerar transformações estruturais que integrassem esses grupos na sociedade (Carvalho, 2002; Rocha; Solano; Medeiros, 2021; Faustino, 2023). A condição de subcidadania de grande parte da população, desde o princípio, contrariou os direitos humanos conquistados pelos não cidadãos, mostrando assim a resiliência das estruturas autoritárias e desiguais herdadas da colonização (Carvalho,

2002; Faustino, 2023). Enquanto parte da constituição era regulamentada e implementada, o Brasil aderiu à dinâmica produtiva do neoliberalismo e da flexibilização das relações de trabalho, mantendo um fundamento contraditório aos princípios democráticos das instituições recém-criadas, isto é,

Assistiu-se, embora com nuances e diferenças em cada governo, à consolidação da inserção subordinada do país via interiorização da mundialização (via ampliação do IED), especialização do país na produção de commodities e liberação do sistema financeiro. Tudo isso, a partir da manutenção, sempre intocada, da superexploração da força de trabalho, no plano econômico produtivo, e do racismo antinegro e antiindígena, no plano político e ideológico e social. Assim, violência colonial, expressa em *Les damnés de la terre*, seguiu expressando-se através de uma ordem social extremamente desigual (Faustino, 2023, *on-line*).

No âmbito político, Singer (2021), sustenta que a trajetória da direita brasileira entre 1964 e 2018 pode ser dividida em duas fases. A primeira (1964–1992) caracteriza-se pelo domínio direto da direita sobre a Presidência da República, iniciado com a ditadura militar e prolongado, mesmo após a redemocratização, pelos governos de José Sarney e Fernando Collor, ambos oriundos de partidos vinculados a antiga Arena, apoiadora do regime militar (Singer, 2021). Esse período consolidou uma base eleitoral conservadora organizada em torno da Arena, do PDS e de seus sucessores (Singer, 2021). A segunda fase (1994–2018), inaugurada com a eleição de Fernando Henrique Cardoso após a transição conduzida por Itamar Franco, não significou o desaparecimento da direita, mas sua perda de competitividade nas disputas presidenciais (Singer, 2021). Embora continuasse influente por meio de partidos como PFL, PP e PSD, que integraram governos do PSDB e do PT, a direita deixou de lançar candidatos viáveis à Presidência, cedendo espaço à polarização entre PSDB e PT (Singer, 2021). Segundo Singer (2021), essa ausência de protagonismo presidencial produziu a falsa impressão de que a direita havia desaparecido, quando, na realidade, ela permaneceu ativa no sistema político, preservando sua base social, suas lideranças e sua influência institucional, fatores que contribuíram para sua reorganização e retorno ao centro da política nacional em 2018 (Singer, 2021). Dessa forma, os discursos autoritários, antes hegemônicos no período ditatorial, se tornaram velados no contexto posterior ao governo FHC.

Após assumir a Presidência da República, Lula preservou os principais pilares da política macroeconômica herdada da administração anterior, mantendo o regime de metas de inflação, o câmbio flutuante e o compromisso com o superávit primário (Rocha; Solano; Medeiros, 2021). A nomeação de Henrique Meirelles para a

presidência do Banco Central e de Antônio Palocci para o Ministério da Fazenda reforçou a percepção de continuidade, contribuindo para a estabilização das expectativas do mercado e para a ampliação da legitimidade do governo junto a diferentes segmentos sociais (Rocha; Solano; Medeiros, 2021).

Paradoxalmente, a preservação da política econômica coexistiu com a expansão de políticas distributivas e programas sociais que fortaleceram o vínculo entre o governo e as camadas populares. O governo Lula tentou equilibrar a dinâmica da economia neoliberal com programas assistenciais, sociais e educacionais, num governo de coalizão que teve como resultado a diminuição da pobreza. Mas, o tensionamento das estruturas sociais autoritárias, a dificuldade de gerenciar a coalizão, somados à falta de um projeto com reformas estruturais que consolidasse direitos, fez esse pacto ruir já no final da primeira década do século XXI (Safatle, 2023). Esse esgotamento potencializou o antagonismo da classe burguesa antidemocrática, o ressentimento de uma classe média que não se viu integrada no projeto do governo e movimentos sociais ultraliberais e de extrema direita, que aproveitaram a oportunidade para consolidar um discurso autoritário e neoliberal nas redes sociais da internet e impulsionar suas ideias e valores na formação de movimentos de massa que tomaram as ruas principalmente no governo Dilma (2010-2016) (Safatle, 2023).

Consequentemente, movimentação política de extrema direita, que entre os anos 1980 e 1990 era uma realidade europeia, depois dos anos 2000 se transformou em uma conjuntura mundial (Kaltwasser, 2023). Com as eleições de Trump nos Estados Unidos em 2016 e de Bolsonaro em 2018, esse fenômeno começou a ficar mais claro. Na América Latina, o avanço da extrema direita está correlacionado com o desgaste dos governos de esquerda que se tornaram hegemônicos no início dos anos 2000, devido às políticas redistributivas e discurso socioeconômico voltado para a intervenção do Estado no combate às desigualdades sociais (Kaltwasser, 2023, p. 4). A extrema-direita ganhou terreno em meados de 2010 por conta das crises econômicas, da propaganda moralista contra os possíveis casos de corrupção dos governos progressistas e, principalmente, por sair do debate econômico e vincular suas demandas no campo sociocultural (Kaltwasser, 2023). Melhor dizendo, as pautas centradas na proibição do aborto e do casamento de pessoas do mesmo sexo, na eliminação das políticas de redistribuição de renda, contra cotas e ações afirmativas para populações negras, mulheres e povos originários e, principalmente, na luta

contra os direitos humanos, estão nos temas desse debate sociocultural, que teve o efeito de deslocar as direitas tradicionais e colocar frente a frente a extrema direita com a esquerda pela disputa política eleitoral da região. Por conseguinte, o entendimento da naturalização das desigualdades sociais tem o intuito de manter o poder sobre os segmentos dominados nas relações estratificadas, dificultando a mobilidade social ascendente dessas minorias. Para Kaltwasser, existe então uma diferença entre a extrema direita da América Latina e a da Europa,

No caso da América Latina, tudo sugere que a mudança no status quo das relações entre minorias e a maioria está diretamente ligada a questões de gênero e identidade sexual, enquanto na Europa a migração é muito mais relevante (Kaltwasser, 2023, p. 5).

Em suma, para Kaltwasser, a ascensão da extrema direita na América Latina se deve a três fatores: à articulação em redes internacionais, ligando movimentos sociais e partidos políticos da Europa e das Américas; à crise de representação dos partidos da direita tradicional, o que criou uma dificuldade de atrair atenção do eleitorado e abriu brechas para o posicionamento da extrema direita; e por último, o esgotamento da hegemonia política da esquerda (Kaltwasser, 2023).

No Brasil, esses movimentos têm pautado a política nacional, pelo menos desde 2013 (Rocha; Solano; Medeiros, 2021), defendendo valores conservadores, liberalismo econômico extremo, racismo, misoginia e outros preconceitos estereotipados (Silva; Schurster, 2023; Cohn, 2022, Avritzer; Rennó, 2021; Rocha; Solano; Medeiros, 2021). De certa forma, eles canalizaram os sentimentos que antes estavam difusos na cultura brasileira (Silva; Schurster, 2023). O estudo desses movimentos tem destacado a heterogeneidade na organização, a formação de redes na internet, o financiamento e apoio intelectual de *Think Tanks* nacionais e internacionais e, principalmente, a permanência, visto que possuem lastros históricos e sociais enraizados na sociedade brasileira (Rocha; Solano; Medeiros, 2021; Brancoli, 2024). O Bolsonarismo seria, assim, um elo entre os diversos grupos que compõem a extrema direita e uma síntese dos aspectos mais conservadores, autoritários e preconceituosos da cultura nacional (Avritzer; Rennó, 2021; Rennó, 2022; Cohn, 2022; Silva; Schurster, 2023).

Partindo de uma perspectiva que estuda os movimentos sociais e contrapúblicos, Rocha (2019) compreende a extrema direita pela comparação do “novo” com o “velho”. A direita antiga, nesse sentido, estaria embasada teoricamente no liberalismo de Hayek e na luta de movimentos anticomunistas, ou seja, numa

convergência com os conservadorismos do século XX. A nova direita, por outro lado, se estruturaria no ultraliberalismo de Mises e no combate ao “esquerdismo”, isto é, na disputa pela hegemonia cultural com movimentos sociais identitários, como o feminismo, o movimento LGBTQIA+ e com as políticas sociais do governo do Partido dos Trabalhadores (Rocha, 2019). Para Rocha (2019), o anticomunismo foi fundamental para o avanço do neoliberalismo e ultraliberalismo a partir de 1946 no mundo inteiro e, principalmente, no Brasil. Isso ocorreu por meio de intelectuais, empresários e *Think Tanks* incentivadas, sobretudo, por conservadores que estavam preocupados com o avanço dos movimentos de esquerda (Rocha, 2019). No pós-guerra, a hegemonia das políticas de bem-estar social e do controle do Estado sobre a economia deixou pouco espaço para a agenda pró-mercado, que encontrou nas *Think Tanks* espaço para suas atividades (Rocha, 2019). No Brasil, com a ditadura civil-militar, esses grupos voltam ao poder, mas com a agenda economicamente desenvolvimentista, os liberais gradativamente perderam espaço na ditadura, em detrimento dos conservadores (Rocha, 2019). Com a redemocratização, esse processo se inverte, os ultraliberais ganham mais espaço e as primeiras *Think Tanks*, dedicadas exclusivamente a este ideário, surgem, enquanto os conservadores e sua agenda moralista perdem relevância, principalmente por conta da formação de uma nova sociedade civil baseada na constituição de 1988 (Rocha, 2019). A partir dos anos 2000, com a difusão da internet e com a formação das primeiras redes sociais, diversos grupos conservadores e liberais, que se encontravam dispersos pelo Brasil, começaram a se aproximar e estreitar laços, consolidando uma militância formada por estudantes universitários e profissionais liberais (Rocha; Solano; Medeiros, 2021). Com as manifestações de junho de 2013, essa aproximação começou a ficar mais estreita e a militância política mais atuante, dessa forma, a luta contra o Partido dos Trabalhadores se tornou o elemento fundamental que possibilitou essa união entre ultraliberalismo e conservadorismo (Rocha; Solano; Medeiros, 2021). A crise política e os casos de corrupção no governo petista foram elementos impulsionadores de uma onda antipetista, que foi importante para a popularização das pautas ultraliberais e conservadoras, como afirma Rocha (2019, p. 22):

O primeiro protesto pró-impeachment, realizado no dia 1º de novembro de 2014 em São Paulo, foi responsável por reunir pela primeira vez nas ruas todos os membros dos diferentes contrapúblicos que atuavam na internet, intervencionistas, conservadores, liberal-conservadores e ultraliberais. À medida que a Campanha Pró-Impeachment se desenrolava, os contrapúblicos se consolidavam na esfera pública, conquistando cada vez

mais espaço junto a jornais e revistas de grande circulação, editoras tradicionais, programas de rádio e televisão e em meios partidários.

Para Rocha (2019), esse movimento radical de direita é caracterizado pela definição de dois principais inimigos: uma esquerda cultural hegemonicamente, presente na mídia tradicional, nas escolas e nas universidades, e um Estado progressista criado pela constituição de 1988, que delimitaria o alcance dessa hegemonia a partir da formação das instituições democráticas e da amplitude dos direitos humanos. Ele é formado por diferentes grupos que se aproximam e se afastam, dependendo da conveniência política ou pela afinidade ideológica. O bolsonarismo, personificado em Jair Messias Bolsonaro, foi um vetor que aproximou esses movimentos, homogeneizando as propostas políticas num discurso carismático e popular (Rocha, 2019; Rennó, 2022). Bolsonaro manteve uma coerência em seus discursos desde sua primeira eleição em 1990, defendendo o fechamento do congresso, o fim de demarcação de terras indígenas, e um discurso de segurança com base numa raiz militarista (Rocha, 2019). A partir de 2011, com a polêmica sobre o material educativo distribuído pelo Ministério da Educação chamado “Escola sem Homofobia”, Bolsonaro conseguiu ganhar as mídias e principalmente as redes sociais da internet com os seus discursos inflamados, se tornando gradativamente uma das principais lideranças desse movimento (Rocha, 2019; Rennó, 2022). Ao passo que a crise política e econômica assolava o governo de Dilma Rousseff, esses movimentos foram tomando corpo e ganhando as ruas com grandes manifestações. O apelo popular de Bolsonaro e a hegemonia nas redes sociais da internet dos movimentos e grupos políticos de extrema direita gerou as condições para que esse nome se tornasse viável para as disputas presidenciais em 2018. A consolidação desses movimentos de massa e a canalização dos interesses diversos desses grupos políticos, ligados ao ultraliberalismo e o conservadorismo, levou à formação do bolsonarismo, enquanto um movimento multifacetado, com interesses difusos, mas que se personifica na figura de um líder carismático (Brancoli, 2024).

O bolsonarismo, portanto, pode ser entendido como um processo maior que Bolsonaro, pois ele é formado pela heterogeneidade de grupos políticos e pela confluência de uma cultura política autoritária e conservadora, que se identifica nos discursos e no projeto político desse movimento, como afirma Brancoli (2024),

Assim, o termo “Bolsonarismo” refere-se a uma variedade de setores políticos que desenvolveram uma orientação política clara nos últimos anos como resultado de sua interação com políticos como Bolsonaro, embora Bolsonaro

tenha vindo a dominar a maioria das narrativas. Nesse contexto, Bolsonaro é um subconjunto do Bolsonarismo, que não depende de seu desempenho ou mesmo de sua existência (Brancoli, 2024, p. 33, tradução nossa).

Esse movimento político se consolidou enquanto um movimento eleitoral no ano de 2018. A conjuntura foi propícia para esse movimento, com a prisão do principal concorrente de Bolsonaro, o ex-presidente Lula, no início de 2018, fruto da perseguição política capitaneada pela Operação Lava-Jato, que movimentou uma intensa propaganda baseada em ações judiciais enviesadas que ajudaram a consolidar a formação do principal bode expiatório da extrema direita, o antipetismo⁴. Bolsonaro, por seu turno, fez uma campanha voltada para as redes sociais da internet, com impulsionamento massivo de conteúdo, utilização de *bots* e criação de *fake news* (Brancoli, 2024). Além de todo este aparato, que o distanciava dos outros candidatos, Bolsonaro sofreu um atentado que o deixou fora dos debates e, consequentemente, nos holofotes da mídia que diuturnamente noticiava a sua recuperação. Com tudo isso, no final do primeiro turno veio a notícia da avalanche de votos que a extrema-direita teve no Brasil, elegendo governadores, deputados federais, estaduais e senadores. No final do segundo turno, o resultado sacramentou a vitória de Bolsonaro, que assumiu a presidência no ano seguinte.

Singer (2022) explica que, desde o primeiro momento no governo, Bolsonaro atuou tensionando o sistema democrático a partir das suas instituições, caracterizando o seu projeto político como autocrático, pois, com suas ações internas, haveria a intenção de romper com o jogo democrático e instituir uma ditadura, o que ficou claro em muitos momentos e, principalmente, nas manifestações de apoio ao então presidente (Singer, 2022). No jogo institucional, Bolsonaro atuava colocando pressão no sistema democrático, por outro lado, ao mesmo tempo, mobilizava o movimento bolsonarista nas redes sociais e nos protestos de rua, eventos estes que

⁴ A Lava-Jato também pode ser compreendida como um caso de *lawfare*, pois ela se estruturou em instrumentos jurídicos, processos judiciais, vazamentos seletivos de informações e intensa cobertura midiática para deslegitimar os governos do PT sob aparência de legalidade (Freitas; Tarábola, 2023). Dessa forma, o impeachment de Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato, a condenação e prisão de Lula e sua consequente inelegibilidade integrariam uma estratégia destinada a impedir a candidatura presidencial de Lula. (Freitas; Tarábola, 2023). Nesse processo, destacam a atuação do Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal e de setores da mídia como componentes de uma mesma dinâmica política. Essa articulação ficou evidente com as revelações da Vaza Jato em 2019, publicadas pelo *Intercept* Brasil. As mensagens divulgadas entre o então juiz Sergio Moro e procuradores da força-tarefa da Lava Jato foram apresentadas como evidências de colaboração imprópria entre magistrado e acusação, indicando motivações políticas na condução dos processos e contribuíram para a posterior anulação das condenações de Lula pelo Supremo Tribunal Federal, permitindo sua candidatura nas eleições de 2022 (Freitas; Tarábola, 2023).

se tornaram intensos e cada vez mais agressivos, isto é, “houve uma combinação de pressão autocrática e mobilização fascista” (Singer, 2022, p. 57).

No início da pandemia de Covid 19, Bolsonaro agiu publicamente negando a situação emergencial de saúde e referendando diversas *fake news* sobre a pandemia (Brancoli, 2024). Nesse momento, ocorreu a primeira grande pressão sobre o Supremo Tribunal Federal (STF). As investigações, decorrentes da saída de Sérgio Moro do Ministério da Justiça, na qual expôs os planos de Bolsonaro em enquadrar a Polícia Federal começaram a avançar, a ponto de se colocar a possibilidade de apreensão do celular de Bolsonaro e de seu filho Carlos Bolsonaro, o que levou o mandatário a convocar uma reunião de emergência com seus generais-ministros para planejar a tomada do STF e a destituição de todos os seus ministros, nas palavras de Singer (2022),

Depois de horas de debate, o chefe do Poder Executivo parece ter-se convencido que os golpes clássicos estavam *out of fashion*. Emitiu-se, então, nota assinada por um terceiro general-ministro, Augusto Heleno Ribeiro Pereira, 71, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Nela, o ex-comandante do destacamento nacional no Haiti, advertia o supremo de que as suas atitudes poderiam “ter consequências imprevisíveis para a estabilidade nacional” (Singer, 2022, p. 58).

Para Singer (2022), esse choque contra as instituições democráticas é comum nos governos de extrema direita, o que pode ser definido como uma onda de movimentos autocráticos pelo mundo e tem o potencial de esvaziar gradualmente as instituições democráticas e substituí-las por instituições aparelhadas (Singer, 2022). Ao longo do seu governo, Bolsonaro conseguiu o controle da Procuradoria Geral da República, nomeando Augusto Aras fora da lista tríplice; selou um acordo de pacificação com o Congresso Nacional, que deu amplos poderes para o presidente da Casa Arthur Lira sobre o orçamento da União, o que ficou conhecido como “Orçamento Secreto”; organizou um mecanismo de perseguição contra opositores, especialmente servidores públicos, que foram fichados pelo Ministério da Justiça como “antifascistas” (Singer, 2022). O principal esforço do governo foi usar todas as suas forças para atenuar os órgãos de fiscalização, com o intuito de facilitar, num provável segundo mandato, o controle das instituições públicas (Singer, 2022).

Além desses esforços indicando uma futura autocracia, o governo gastou muitos recursos públicos com a desinformação na internet. Segundo Singer (2022), o “gabinete do ódio” tinha a função de intimidar oponentes, desacreditar a ciência em plena pandemia, mentir sobre o processo eleitoral e demonizar personalidades

públicas que denunciavam as artimanhas desse governo. Para Brancoli (2024), essas tecnologias delimitaram novas formas de interação na política, com o principal papel de construir a imagem do político, que ao publicar conteúdos efêmeros sobre o dia a dia, informações e atualizações, constrói uma imagem, educa e controla os seus seguidores (Brancoli, 2024). Portanto,

Além de definir esse conjunto de oposições binárias, o marketing eleitoral de Bolsonaro facilitou a distribuição de mensagens através de uma complexa rede de circulação de discursos que começava em grupos hierarquicamente estruturados no WhatsApp e era reciclada em trocas no Twitter, Facebook e Instagram. Cesarino (2019, 2020) afirma que esses grupos digitais criaram uma “Bolsosfera”, termo usado pela autora para se referir a um ambiente de rede propício à transmissão de debates que é distinto dos circuitos e canais tradicionais de campanha política (Brancoli, 2024, p. 55, tradução nossa).

Para Cesarino (2019), existe uma centralização na disseminação de conteúdos que são disparados para “usuários-chave” que compartilham essas informações com grandes públicos até ser “viralizado”, ou seja, até ser difundido por atores comuns que começam a repassar o conteúdo de maneira não linear aos “contatos mais propensos a serem afetados por cada um deles” (Cesarino, 2019, p. 549). Essa ação espontânea do público comum é caracterizada por Cesarino como bidirecional, pois além de ter o papel de distribuição, ela leva a produção de novos conteúdos mantendo os mesmos padrões discursivos (Cesarino, 2019). Com a disseminação em massa, a Bolsosfera gera, portanto, uma “figura caleidoscópica” de Bolsonaro, que liga diversos grupos, com seus interesses objetivos e subjetivos, ao mesmo interesse eleitoral, ou seja, do religioso ao miliciano, do estudante de periferia à dona de casa haverá sempre uma identificação com os discursos de Bolsonaro, o que forma uma imagem fractal e caleidoscópica do líder (Cesarino, 2019).

A mobilização em rede foi importante para alimentar a mobilização radical e permanente do movimento bolsonarista nas ruas, durante o governo de Bolsonaro. Para Singer (2022), a estratégia de desinformação foi intensificada com a anulação das condenações de Lula na Lava Jato e a sua possibilidade de concorrer à presidência. Isso levou o presidente a fazer discursos, explicando que não reconheceria a provável derrota para Lula em 2022, e reivindicando que sem o “voto impresso” não poderia haver eleições. Esses discursos eram seguidos de intensa campanha de desinformação na internet e orientados a desqualificar o processo eleitoral e demonizar a imagem de Lula (Singer, 2022).

As principais narrativas de desinformação apuradas pelo Instituto Nacional de

Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI, 2023), durante as eleições de 2022, foram, em primeiro lugar, o revisionismo sobre a ditadura militar, argumentando que ela nunca aconteceu, destacando o lado virtuoso do exército e a pureza conservadora dos patriotas diante de um Estado Democrático corrupto e governado pelos interesses da esquerda; a fraudulência das urnas eletrônicas como resultado da corrupção das instituições democráticas, em especial, o judiciário; a constatação de que as pesquisas eleitorais são mentirosas, bem como toda a imprensa, evidenciado no suposto domínio da esquerda nessas corporações; e, por último, a destruição dos valores cristãos e conservadores numa possível vitória da esquerda (INCT-DSI, 2023).

Outros recursos também foram utilizados para as campanhas de desinformação como a trollagem⁵, que é uma técnica de disseminar os conteúdos de maneira irônica, mantendo sempre a dúvida se a pessoa está falando a verdade ou não, como afirma Singer (2022, p. 69),

Em consequência, o desprezo fascista pela verdade e a construção, igualmente fascista, de bodes expiatórios, surgem na trollagem como se fossem parte de um jogo. A pós-verdade, que corresponde a desconsiderar os fatos em benefício de versões, fica protegida no troll, pois, a qualquer momento, o autor dirá que era somente piada. Pró-memória: a bufonaria inventada por Mussolini também tornava difícil avaliar se as ameaças eram sérias ou pura canastrice, o que confundia os adversários, desmoralizava a política e avançava, aos poucos, o autoritarismo.

Essas técnicas fascistas de desprezo pela verdade, de criação de discursos conspiratórios e de formação do inimigo comum, demonizado, desprovido de humanidade, são comuns e foram empregadas com muita eficácia em vários eventos como na invasão do capitólio no dia 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos, para impedir a diplomação de Joe Biden (Singer, 2022). Igualmente, segundo Singer (2022, p. 70),

no Brasil, a propaganda que falava de um “sistema”, reunindo o STF e a

⁵ Segundo Namise e Rizzotto (2023), a trollagem é uma ação que visa deslegitimar e desumanizar o adversário em postagens cômicas na internet. A Trollagem surgiu da subcultura *troll* na internet, que está presente em diversos subgrupos, principalmente em grupos de extrema-direita. A trollagem é uma ação por meio de mensagens provocativas contra adversários, inimigos ou pessoas que são consideradas inferiores pelos trolls. O discurso da trollagem é dubio, pois ao mesmo tempo que provoca a humilhação do adversário, ele se apresenta como uma “simples” piada. Segundo Namise e Rizzotto (2023), as humilhações na forma de piadas induzem os indivíduos atingidos pelo discurso difamatório, a “reagirem de forma improvisada e espontânea” (Namise; Rizzotto, 2023, p. 175). Quanto mais reações obtiverem, mais a trollagem é disseminada, aumentando assim a popularidade do disseminador. Para Namise e Rizzotto (2023), essa é uma forma de manipular o algoritmo das redes sociais e conseguir engajamento a partir de polêmicas, por isso é muito utilizada por políticos, em especial os de extrema-direita, como Bolsonaro.

China, para organizar nos subterrâneos o retorno de Lula, tinha o mesmo viés fascista e foi capaz de sensibilizar uma massa considerável no 7 de setembro de 2021.

Esse movimento foi uma forma de “mostrar os dentes” para a sociedade civil, foi uma espécie de preparação para a “invasão do capitólio” (Singer, 2022, p. 73). O que, de fato, ocorreu no dia 8 de janeiro de 2023, após Lula assumir o poder, depois de ter derrotado Bolsonaro nas eleições de 2022.

Como previsto, as eleições de 2022 foram muito conflituosas em um país polarizado e dividido, dos 12 candidatos apenas Lula e Bolsonaro monopolizaram o debate político (Drummond; Manginelli, 2023; Silva, Schurster, 2023). Os dois candidatos foram para o segundo turno numa disputa acirrada, com grande enfrentamento nas redes sociais e disseminação das táticas de mobilização fascista. Bolsonaro, que “afirmava que as eleições só seriam limpas e justas se ele fosse o vencedor” (Silva; Schurster, 2023 p. 53), empregou diversos ataques aos jornalistas que cobriram as eleições e também contra as empresas de pesquisas eleitorais que o colocavam em segundo lugar. No final do pleito, Lula conseguiu 50,90% dos votos, contra 49,10% de Bolsonaro, uma margem extremamente estreita e que fortaleceu o clamor golpista. O presidente, obviamente, não reconheceu a vitória de Lula e o que se viu nos dias seguintes à sua derrota, foram movimentos que ameaçaram a sucessão presidencial, como os “acampamentos dos patriotas”, na qual os manifestantes se mobilizaram na frente de diversos quartéis espalhados pelo Brasil exigindo a “Intervenção Militar” para que Lula não assumisse a presidência da república (Silva; Schurster, 2023 p. 60). Enquanto, por um lado, o movimento fascista se organizava nas redes e nos acampamentos, por outro, militares e servidores públicos de diversas instituições do governo continuaram as ameaças, agora pessoalizadas, não mais direcionadas ao sistema eleitoral, o objetivo era impedir a posse de Lula. Segundo Silva e Schurster (2023), conspirações e golpes com participação de militares não são novidades no Brasil, a inovação está na mobilização de massas fascistas, isto é, na forma como uma parte da população se dispõe à ação violenta para impor sua vontade, beneficiando um líder carismático, nas palavras de Silva e Schurster,

Nessas condições, Bolsonaro polarizou ao máximo a sociedade brasileira e incentivou grupos extremistas, inclusive armados – os famosos CACs, grupo de “Colecionadores, atiradores e caçadores”, a quem Bolsonaro favoreceu a aquisição de um grande número de armas –, a defenderem o “voto” contra possíveis fraudes patrocinadas por “comunistas”, “bolivarianos”, a grande

mídia, enfim, “a sociedade corrupta”, apresentando-se como o único candidato “antissistema” e vítima do próprio “sistema”. Como entidades clandestinas norte-americanas, de caráter miliciano armado, como a F.E.A.R., muitos extremistas, autodeclarados “patriotas”, começaram a arquitetar a deposição dos ministros do STF, do STE (sic) e a própria interdição de Lula da Silva (Silva; Schurster, 2023 p. 63).

Dessa forma, os acampamentos nos quartéis encarnavam a cultura de violência alimentada pelo bolsonarismo, numa sociedade com tradição autoritária. Esse protesto foi criando um clima de animosidade e insegurança institucional que desafiou a democracia brasileira. Segundo Silva e Schurster (2023), os acampamentos não foram desmontados ou desmobilizados pelo poder público, que se omitiu em muitos casos, propositalmente, como na nomeação do Secretário de Segurança do Distrito Federal (DF), Anderson Torres, que fora Ministro da Justiça de Bolsonaro (Silva; Schurster, 2023 p. 77). Essa nomeação teve um papel decisivo na “invasão dos três poderes” no dia 8/1/2023. Antes houve a mobilização na internet convocando os patriotas para a “Festa da Selma”, que simbolizava a ideia de insurreição popular de extrema direita para a intervenção militar e deposição do presidente Lula. Essa mobilização conseguiu reunir 150 ônibus em Brasília e mais de 20 mil pessoas que, no dia 8 de janeiro, marcharam do QG do exército em direção à Esplanada dos Ministérios, escoltados pela Polícia Militar do Distrito Federal. Às 15 horas os extremistas ultrapassaram a barreira policial e iniciaram a invasão e depredação do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal. A cooperação da PM do Distrito Federal não aconteceu apenas na escolta, mas também pela omissão e inação, com a redução do contingente de policiais e até pela confraternização com os extremistas, que em alguns casos foi registrada em vídeos. Além disso, houve apoio de bases militares, como o Comando Militar do Planalto, que impediram “... a ação de agentes da polícia urbana da capital federal na retirada das barracas, cozinhas e banheiros químicos” (Silva; Schurster, 2023 p. 78), dos acampamentos golpistas. Com todo esse apoio, a destruição foi muito grande nos prédios dos três poderes e as tensões chegaram ao ponto máximo do conflito. O governo federal agiu rapidamente, organizando uma intervenção federal no DF, ao invés de decretar uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem), decreto que dá amplos poderes para os militares, e visto pelo bolsonarismo como uma forma de colocar “em xeque” o governo de Lula. A intervenção civil, ao invés de uma intervenção militar e uma ação dura do STF e da Polícia Federal na prisão dos envolvidos e investigação dos fatos, levou à dissuasão do movimento.

Essa manifestação violenta ficou marcada na história do Brasil pela sua dimensão e pelo seu impacto, se diferenciando das marchas da ditadura civil-militar, e dos protestos integralistas pelo uso da violência e pela mobilização de massas organizada nas redes sociais.

Cohn (2022) destaca que o conceito de fascismo tem dimensões institucionais e ideológicas. A dimensão institucional pode ser observada nos movimentos políticos e nas instituições estatais, e a ideológica é estruturada na cultura autoritária e enraizada na sociedade. Até agora observamos alguns traços da primeira dimensão no Brasil, apontando a consolidação de um movimento político heterogêneo que se une na persona de Bolsonaro, um líder carismático que consegue ser expressão da vontade popular autoritária e ser eleito presidente da república. A intencionalidade autoritária se transforma num “autocratismo de viés fascista” (Singer, 2022), visto que a vontade autocrática não se concretizou numa mudança de regime, mas gerou diversas tensões e tentativas de rompimento com a institucionalização democrática. Aliado a essa ação governista de confronto com o sistema de pesos e contrapesos estava a tática fascista, isto é, a mobilização organizada de massas preparadas para o enfrentamento violento, defendendo claramente o golpe de estado para favorecer Bolsonaro. Isso ficou evidente no acontecimento histórico mais brutal da nova república, que foi a tentativa frustrada de golpe no 8/1/2023 e nos acampamentos golpistas. O que era antes sinais e indícios de violência fascista hoje estão bem claros, assim como a vontade autocrática desse movimento. Entender a dimensão institucional evidencia claramente os aspectos violentos, autoritários e tradicionalistas, mas ainda é necessário analisar a dimensão ideológica, culturalmente mais profunda.

Pela sua característica ideológico-estrutural, o fascismo não seria a causa, mas o resultado de um “fenômeno maior, que transcende as fronteiras nacionais” (Cohn, 2022, p. 40). Observar a dimensão ideológica significa se deparar com a estrutura cultural que forma o núcleo elementar do fascismo, de onde o movimento emula certas convicções tradicionalistas e autoritárias que moldam os discursos e a ação dos indivíduos (Cohn, 2022). Para Cohn, a concepção ideológica do fascismo tem como característica a “palingenia”, ou seja, a elaboração de uma imagem que mostra a sociedade atual em ruínas e que gera o desejo de regeneração e formação de uma “nova sociedade”, purificada do mal (Cohn, 2022). Existem, assim, duas características que se somam ao mito da “luta pela nova sociedade”, a idealização da pureza e o sentimento de ódio (Cohn, 2022, p. 42). A primeira sintetiza a ideia de

homogeneidade que pode ser direcionada, tanto para um passado glorioso “livre do mal” quanto para o futuro na forma da ação de um herói virtuoso, que “purificará a nação do mal”. Intrinsecamente ligada a essa figura retórica, está o sentimento de ódio e desprezo para com as “impurezas” da sociedade e que gera a ação que em muitos casos pode ser violenta contra tudo aquilo que é considerado como degeneração da sociedade idealizada (Cohn, 2022).

A principal diferença do fascismo latente com o tradicional é sua condição estrutural, o que dificulta o combate, pois o enraizamento nos traços culturais gera as bases de um senso comum autoritário, cada vez mais propenso a legitimar seus líderes (Cohn, 2022, p. 48). É por isso que a arma mais eficiente, do fascismo contemporâneo, é a luta pelo controle hegemônico da comunicação de massa na internet, pois esse poder facilita a pulverização gradativa de informações, que alimentam a ideologia autoritária tradicional (Cohn, 2022, p. 49).

1.3 PROPAGANDA DESINFORMACIONAL E CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA

A figura fractal de Bolsonaro como o libertador do Brasil da “escravidão das esquerdas”, canaliza, assim, o medo difuso que é manipulado pela propaganda massificada nas redes sociais. Para Adorno (2020), a sociedade capitalista se consolida potencializando o medo social que transfere da natureza para os seres humanos, o sentimento atávico do temor da morte (Adorno, 2015). Com o aumento da insegurança e a dificuldade econômica de se garantir a sobrevivência, os indivíduos desenvolvem um medo constante que, ao ser manipulado e propagado pela comunicação de massas, provoca a capacidade de adesão aos preceitos do extremismo de direita (Adorno, 2015, p. 78). As teorias de conspiração impulsionam o desejo inconsciente de catástrofe e destruição. Destruir “tudo o que está aí”, “destruir o sistema” são traços objetivos da síndrome neofascista. A crença em teorias de conspiração enfraquece o eu e gera a regressão aos instintos arcaicos que predispõem aos vínculos autoritários de grupos sociais fascistas (Adorno, 2020). Essa conceituação ajuda a entender os acontecimentos recentes da invasão dos três poderes em janeiro de 2023 no Brasil e a invasão do capitólio dois anos antes, nos Estados Unidos. Quando a propaganda fascista consegue atingir o seu objetivo, isto é, ser amplamente disseminada, o passo seguinte é a formação do espírito de adesão que enfraquece o eu racionalizador e fortalece a libido no inconsciente, como afirma

Dunker (2015, p. 37),

Não é o amor, mas a reconfiguração dos arcaísmos que organiza a massa. Daí que a propaganda nazista não necessite ser racional, basta que ela mobilize padrões de satisfação “passivamente masoquista” para que a devoção ao líder se estabeleça. Em estado de grupo, satisfazemos narcisicamente as nossas idealizações. Diante do nosso desejo de submissão a figura do ditador autoritário é relativamente supérflua”.

Existem, assim, duas crises estruturais que são manipuladas pelo fascismo, uma na macroestrutura social e outra na microestrutura psíquica do indivíduo (Safatle, 2023). A crise socioeconômica permanente da sociedade de classes provoca rupturas na formação da identidade enfraquecendo o eu, ou seja, a capacidade de mediar as normas da sociedade internalizadas com a realização racional dos desejos impulsivos, aumentando assim atitudes libidinais que buscam projetar a si mesmo nos outros, formando um mecanismo de autodefesa das estruturas sociais abaladas, como a perda da autoridade do pai sobre a família (Adorno, 2015; Safatle, 2023). A propaganda desinformativa na internet tem o papel proposital de gerar uma satisfação emocional, na qual o indivíduo olha para o líder enxergando a si mesmo dentro da ilusão do desejo realizado, e potencializa assim o seu reconhecimento nos outros e destes com o líder (Horkheimer; Adorno, 1978). Com a internet, a indústria cultural consolidou novos meios para a massificação dos indivíduos e aumentou a capacidade de agenciamento de grupos e formação de massas baseadas na manipulação das informações com finalidades políticas. Os movimentos extremistas de direita souberam se articular nessa dinâmica informacional (Cesarino, 2021), aumentando o reconhecimento mútuo. Nesse sentido, “a identificação, seja com o coletivo ou com a figura superpoderosa do Chefe, oferece ao indivíduo um substitutivo psicológico para o que, na realidade, lhe falta” (Horkheimer; Adorno, 1978, p. 87). Sendo assim, o fascismo cria o efeito de adesão ao grupo incitado pela propaganda desinformativa, produz terror e encoraja a ação destrutiva das multidões. Em outras palavras,

O que é característico desses movimentos é muito mais uma extraordinária perfeição dos meios, a saber, uma perfeição em primeiro lugar dos meios propagandísticos no sentido mais amplo, combinada com uma cegueira, com uma abstrusidade dos fins que aí são perseguidos (Adorno, 2020, p. 54).

Neste sentido, a propaganda é entendida como a própria definição de política para a extrema direita, não só pela sua perfeição, mas também pela centralidade que esses grupos dão à performance diante das peças publicitárias (Adorno, 2020 p. 54). As redes sociais são o principal meio de comunicação da extrema direita atual, que

utiliza a disseminação de conteúdos como estratégia para garantir a fidelidade dos seus seguidores.

Para Adorno, as massas são manipuladas por pessoas especializadas em elaborar propaganda, porém, quando o fascismo chega ao poder, com o controle hegemônico das instâncias estatais e a produção ideológica do discurso oficial, toda a crise pode ser conduzida para momentos agravantes e esses períodos potencializam a formação de movimentos espontâneos e organizados de maneira libidinal, transformando a satisfação dos desejos em êxtase e alucinação, como mostra Adorno,

mas há aí a possibilidade e o potencial mesmo desses movimentos de crescerem a ponto de se tornarem sistemas delirantes, e já não pode haver mais nenhuma dúvida de que os assim chamados movimentos de massa de estilo fascista possuem uma relação bastante profunda com os sistemas delirantes (Adorno, 2020, p. 57).

O pânico social provocado pela imersão na lógica da disseminação de conteúdo na internet, somado à interação socializadora em grupos, tanto na forma digital como nos protestos de rua, além de fortalecer a identidade autoritária provoca a alucinação. Basta observar os delírios que ocorreram nos acampamentos após a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022, como o grupo que cantou o hino nacional ao redor de um pneu e o outro que fez um ritual com as luzes dos celulares acesas sobre as cabeças (G1, 2022).

Por outro lado, o carisma de líderes de extrema direita ajuda a entender a formação dessas multidões e o seu engajamento. Para Adorno, o manipulador tem a capacidade de forjar discursos alarmantes, baseados em informações falsas, que alimentam o desespero diante de uma realidade que precisa ser modificada urgentemente e que, para tanto, se ergue a necessidade de um líder/herói – forjado na bravura e na pureza de espírito – que consiga chegar ao poder para mudar tudo, isto é,

Trata-se, portanto, de homens que são simultaneamente frios, desprovidos de relação, estritamente inclinados à tecnologia, mas que justamente são em um certo sentido maníacos, como o era Himmler de modo prototípico. E essa curiosa unidade de sistema delirante e perfeição tecnológica parece estar em ascensão e parece desempenhar novamente um papel decisivo nesses movimentos em geral (Adorno, 2020, 57).

Quando a extrema direita moderna se insere no processo político formal da democracia, ela se esquia da ideologia puramente autocrática, construindo uma matriz discursiva forjada em redefinições dos conceitos democráticos. Formalmente,

nesse sentido, os extremistas trazem para si o conceito de pureza, acusando os adversários de antidemocráticos e se vangloriando de serem os portadores da verdadeira democracia (Adorno, 2020, p. 64). No Brasil, essa estratégia fica clara, principalmente com o conceito de liberdade, que virou um dos principais lemas do bolsonarismo. O exercício desse direito estaria, sobretudo, relacionado com a liberdade de expressão, pela qual os indivíduos são livres para transmitir desinformação, mentiras e calúnias contra adversários políticos, enquanto os inimigos, e principalmente a esquerda, seriam detentores de valores autocráticos, com a vontade de “censurar” a liberdade de expressão irrestrita. Para Adorno, essa estratégia cínica de se inserir no debate democrático se consolida de duas formas, a primeira no discurso pseudodemocrático feito meticulosamente para as grandes mídias, mais moderado; e o segundo voltado para a militância, com todos os tons radicais do discurso fascista. Por esses caminhos, os discursos indiretos se destacam, pois as insinuações são técnicas altamente eficientes de manipulação das massas (Adorno, 2020, p. 63-64). O copo de leite, a música de Wagner no fundo, os gestos racistas e supremacistas geram esses códigos, que hoje em dia são chamados de “apitos de cachorro”, mas que Adorno anteviu e admitiu a necessidade de estudos mais sérios sobre essas técnicas.

A propagação de desinformação foi o principal instrumento para organização das massas em apoio ao bolsonarismo, logo, a depredação dos três poderes em janeiro de 2023 foi o resultado de anos de desinformação massivamente propagadas pelos meios de comunicação *on-line*. Para Cesarino (2021), essa dinâmica é mais profunda, pois reflete a crise na representação da ciência como pilar normalizador das relações sociais, isto é, o conhecimento racional deixou de ser moralmente aceito como instrumento de validação do conhecimento. Como consequência dessa crise de confiança, a ciência perdeu a capacidade de controlar o conteúdo de maneira ordenada numa sociedade complexa e a produção incansável de informações cria a sensação de perda de coerência no conteúdo racionalmente sistemático em detrimento do depoimento e da opinião transmitidas de maneira inteligível por qualquer smartphone, ou seja,

... o que se tem chamado de pós-verdade é uma condição epistêmica na qual qualquer enunciado pode ser potencialmente modificado por qualquer um, a um custo muito baixo – ou seja, em que não há mais controle, no sentido exposto há pouco. Diferentes (Cesarino, 2021, p. 77).

A confiança na informação não estaria atrelada mais à lógica científica, mas

sim à retórica orientada pela melhor opinião, assim como, o cientista cede o *status* de autoridade na produção do conhecimento para qualquer influenciador que tenha melhor performance na imagética da persuasão. Um dos fatores que estimulam essa crise de legitimidade e incentivam o sistema de desinformação é a escalada do neoliberalismo na sociedade contemporânea, principalmente no processo científico, com a financeirização das pesquisas (Cesarino, 2021). Na internet, o dispositivo neoliberal facilitador da desinformação é o algoritmo que faz a mediação das relações em rede com a mercadoria, num processo em que a espetacularização da desinformação é estimulada na forma da monetização (Cesarino, 2021).

Para Cesarino, portanto, a lógica da desinformação está na “eu-pistemologia”, ou seja, no conhecimento gerado pela percepção imediata do indivíduo sobre a realidade mediada pelo algoritmo para potencializar o engajamento e, por conseguinte, o lucro (Cesarino, 2021). Dessa forma, a desinformação se torna hegemônica nas plataformas digitais, na medida que obtém uma sobre-exposição baseada na arquitetura da internet. A eu-pistemologia evidencia, assim, a prevalência da disseminação massificada de conteúdos que possibilitam o reconhecimento especular necessário para o engajamento político da extrema direita. A verdade é reconhecida, assim, em conteúdos digitais baseados em depoimentos e em discursos pessoais, com argumentos mais simples, com o objetivo de provocar a identificação imediata com os sentimentos expressados pelo narrador. Consequentemente, o discurso científico é desacreditado, porque não condiz com a “realidade” vivenciada imediatamente, que é facilmente confrontada com qualquer vídeo com uma retórica simples (Cesarino, 2021).

Junto com a disseminação massiva de conteúdos inverídicos existem os discursos conspiratórios, que se nutrem de elementos místicos para alimentar o sentimento de medo que, como vimos, é altamente mobilizador do inconsciente. Para Cesarino (2021), as teorias conspiratórias são fundamentais para a estratégia da extrema direita, em especial, do bolsonarismo. Sob o espectro do oculto, e do pânico moral, a disseminação desses discursos mantém a atenção alarmante no discurso do líder, solidificando o regozijo dos sentimentos arcaicos solidificados na imagem do herói messiânico.

1.4 A DIMENSÃO RELIGIOSA NA FORMAÇÃO DA EXTREMA DIREITA

A sedimentação da fidelidade ao líder autoritário só foi possível com a cristalização de dogmas morais estruturados na sociedade brasileira. Sem esses valores, o político demagogo teria dificuldade de produzir os efeitos psíquicos de adesão manipulados em seus discursos. A religião cristã, dessa forma, foi um fator decisivo para a formação da cultura autoritária no Brasil, enraizando a formação ideológica da “ordem” e da “tradição”, fundamentais para a legitimação do poder das elites em território nacional.

A dominação colonial portuguesa sobre o território brasileiro e sobre sua diversidade cultural foi viabilizada pela imposição da religião cristã de matriz católica. Os preceitos iliberais da contrarreforma, a imposição do culto pela violência e a catequização foram instrumentos importantes para a formação histórica do Brasil. A Igreja Católica se apresentou como a única religião verdadeira, caracterizando pessoas que eram adeptas de outras religiões como “pagãs” ou “hereges” e as obrigando a seguirem sua doutrina com a promessa de salvação após a morte (Jesus; Simões, 2017). A intolerância foi assim um dos marcadores estruturantes da cultura autoritária brasileira. O catolicismo, enquanto religião oficial da colonização portuguesa, continuou, enquanto tal, na independência e só perdeu o seu posto na Proclamação da República (González; Baquero; Grohmann, 2021). Dessa forma, o reacionarismo conservador se manteve fortemente enraizado no catolicismo brasileiro até a primeira metade do século XX, quando ocorreram reformas progressistas na Igreja Católica (González; Baquero; Grohmann, 2021). A partir desse ponto, a Igreja Católica no Brasil mudou a sua orientação política do conservadorismo de base reacionária para o progressismo, com a criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o que fomentou o surgimento de movimentos sociais de esquerda (González; Baquero; Grohmann, 2021). Por outro lado, a tradição reacionária continuou forte em diversos segmentos, como a “Associação de Defesa da Tradição, Família e Propriedade” (TFP) e a Opus Dei (González; Baquero; Grohmann, 2021).

A partir dos anos 1970, o número de fiéis católicos começou a diminuir em detrimento dos que se declaravam evangélicos. Esse fenômeno vem se consolidando, desde então, com projeções de que, atualmente, a porcentagem de evangélicos seja de 30% (González; Baquero; Grohmann, 2021). Com essa expansão, foi verificado um aumento gradual do engajamento político de base pentecostal, desde a

constituente de 1988 (Lacerda, 2017; González; Baquero; Grohmann, 2021).

Os protestantes brasileiros tiveram grande influência da “Direita Cristã” nascida nos Estados Unidos. Os evangélicos, assim como os fundamentalistas conservadores estadunidenses, possuem um discurso de bode expiatório focado no anticomunismo. No entanto, diferentemente da Direita Cristã estadunidense, o pentecostalismo brasileiro não tem uma visão universalista da política com um plano teocrático de sociedade (Lacerda, 2017), mas herda dela suas principais características que tornaram-se sua base moral e ideológica.

Com o engajamento político, os membros da igreja se tornaram candidatos oficiais, filiados a partidos políticos e representantes diretos das ideologias religiosas dentro das tomadas de decisão do país (Lacerda, 2017). Esse movimento, que começou principalmente com a iniciativa da Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembleia de Deus, viu uma oportunidade no pluripartidarismo para se inserir no sistema político brasileiro e formar o que ficou conhecido como “Bancada Evangélica”. Os principais objetivos que levaram às candidaturas foram, em primeiro lugar, o interesse pessoal de pastores pentecostais em aumentar seu poder dentro e fora do campo religioso; em segundo, a busca por recursos para esse grupo religioso; e, por fim, uma maneira de combater ações que ameaçariam a socialização evangélica (Lacerda, 2017).

Um dos resultados da entrada em peso dos evangélicos na política foi a conquista de um maior *status* representativo. Com muita articulação entre poder executivo e legislativo, paulatinamente, a bancada se beneficiou de concessões de meios de comunicação como rádio e televisão, que tiveram o papel de ampliar a capacidade de recrutamento de fiéis e de transmitir seus valores morais e políticos. (Prandi; Carneiro, 2018). Logo, essas organizações religiosas conquistaram um império midiático, além de ter acesso a redes de escolas e faculdades, o que, em pouco tempo, resultou no aumento de fiéis e, consequentemente, de cadeiras nas esferas políticas, municipal, estadual e federal (Brancoli, 2024).

No início dos anos 2000 surgem os primeiros movimentos pró-família de matriz evangélica, similar ao que já acontecia no catolicismo. Para Villazón (2015), esses movimentos são defensivos e a sua agenda é voltada contra qualquer processo político que possa atingir os princípios da família. Eles ressaltam valores contrários ao feminismo e favoráveis à submissão da mulher, além de se opor aos movimentos de luta pelos direitos homoafetivos. Assim, os termos “agenda gay” e “ideologia de

gênero” começaram a ser disseminados para deslegitimar as pautas identitárias (Villazón, 2015, p. 167).

Essa agenda tradicionalista e autoritária, voltada para a proteção dos valores da família, tem um alto poder de adesão quando é acionada diante de “ameaças” e que, repetidas e divulgadas em massa, alimentam a sensação de pânico diante do problema, facilitando o engajamento (Brancoli, 2024). A bancada evangélica utilizou desse artifício para deslegitimar os adversários políticos, como a alegação de sexualização das crianças e a ameaça aos valores da família (Brancoli, 2024).

Brancoli (2024) destaca que os conceitos de maternidade e de isolamento são centrais para a compreensão do discurso de proteção familiar. O primeiro se estrutura na ideia de submissão da mulher à autoridade paterna, na centralidade da maternidade e nos cuidados com os filhos, enquanto atribuições da mulher, e a exclusão dos homossexuais do direito de constituir família. Por outro lado, a ideia de isolamento está embasada no afastamento da vida privada da esfera pública, principalmente na condução da educação dos filhos – os movimentos evangélicos e os seus políticos lutam, então, para aumentar a autoridade do pai sobre a criação dos filhos em detrimento da escola. Frutos desses conceitos estão a atuação do movimento “Escola sem Partido”, o combate à “ideologia de gênero”, o *homeschooling*⁶, as lutas antiaborto e contra o casamento homoafetivo e a “cura gay” (Brancoli, 2024, p. 98). Todos esses debates já circularam no congresso e em outras esferas políticas. Foi pelo combate à “ideologia de gênero” e ao “Kit Gay” que Bolsonaro começou a aparecer no cenário político em 2011.

A aproximação de Bolsonaro com as pautas reacionárias da religião evangélica não foi algo isolado, os movimentos ultraliberaes também começaram a se articular em torno das suas pautas tradicionalistas (Rocha, 2019, p. 180). O capital político dos evangélicos era importante, com “um vasto aparato de propaganda, incluindo estações de rádio, canais de televisão e, mais importante, discursos coordenados por líderes religiosos locais em centenas de milhares de igrejas em todo o país” (Brancoli, 2024, p. 89). O apoio de pastores como Silas Malafaia e Everaldo Pereira foi importante para a consolidação desse grupo na campanha vitoriosa de Bolsonaro em 2018. Mesmo depois da derrota para Lula, Silas Malafaia continua articulado com o bolsonarismo, protagonizando os principais protestos e eventos políticos com

⁶ *Homeschooling* significa ensino domiciliar, no qual as crianças são ensinadas em casa por pais ou tutores, afastadas da escola.

Bolsonaro. Associar-se a esse grupo religioso exigiu mais do que a defesa política de suas pautas, requereu, principalmente, uma aliança espiritual na figura da conversão e do batismo. Bolsonaro seguiu à risca esses rituais, com o seu batismo no Rio Jordão em 2016, para poder criar o vínculo de lealdade com a comunidade evangélica (Brancoli, 2024). O direcionamento da lealdade cristã para o processo político pode ser entendido pelo conceito de “nacionalismo religioso”, ou seja, a compreensão de que a fé religiosa estruturaria a cidadania e a noção de pertencimento nacional. O nacionalismo religioso é uma das facetas do extremismo de direita que aprofunda o questionamento e a negação dos valores laicos e multiculturais mundo afora, como afirma Brancoli, (2024, p. 101):

Governos de países tão díspares quanto os Estados Unidos, Hungria, Índia e Polônia começaram a defender a necessidade de regeneração espiritual em suas sociedades, elevando a religião ao status de principal fonte de unidade nacional, em detrimento de valores como diversidade, pluralismo e tolerância.

A indivisibilidade entre valores nacionais e religiosos reforça uma visão de mundo fundamentalista, que exclui os grupos sociais que não confessam a mesma religião ou que discordam das suas convicções políticas (Brancoli, 2024). Esses princípios marcam uma perspectiva fascista de sociedade que tenta harmonizar a sociedade, excluindo todos que estão fora do grupo de pertencimento. A religião serve, portanto, como um vínculo místico na formação do elo social. Sendo assim, a instrumentalização da agência religiosa centraliza a identificação com valores estereotipados difusos na sociedade e exerce um papel de controle sobre a agência familiar, contribuindo com a desintegração dos ideais multiculturais e tolerantes.

Além da legitimação de políticos eleitos, esses movimentos transformaram seus templos em comitês eleitorais, com manifestações cada vez mais abertas aos seus candidatos. Dessa forma, a deificação dessas lideranças é acompanhada da demonização de políticos não alinhados e de populações que são transformadas em bodes expiatórios, num processo típico da tática fascista, que busca formar o ideal palingênico (Cohn, 2022), de purificação do mal através da ação política.

As características intolerantes, enraizadas em movimentos cristãos, estão acompanhadas de uma outra estratégia política de alinhamento ideológico da extrema direita moderna, o tradicionalismo, ideologia político-espiritual que busca nos traços fundamentalistas das religiões modernas, uma forma de integração de agendas no enfrentamento contra a modernidade (Teitelbaum, 2020).

Diferentemente das abordagens que procuram compreender as ligações entre

extrema direita e cristianismo, o tradicionalismo tem um entendimento mais abrangente sobre as religiões, mostrando que existe, nos antecedentes de cada religião moderna, uma ligação em comum com a primeira religião da humanidade, considerada matriz das demais. As religiões atuais seriam, assim, apenas fragmentos do ideal religioso que foi perdido, e a história seria cíclica e regressiva, na medida em que a sociedade caminha para a degradação, e o momento atual seria o auge dessa degenerescência, indicando o fim de um ciclo e início de outro.

Inspirado pelo Hinduísmo, o tradicionalismo compreende que é a virtude moral que balizaria a visão cíclica de história, ou seja, as sociedades com maior obediência à religião estariam no auge da espiritualidade compreendida enquanto idade do ouro. Com a degradação da virtude religiosa, as sociedades caminhariam lentamente para a idade da prata, em seguida para a idade do bronze, e por fim para a idade sombria, ponto no qual está compreendida a sociedade capitalista moderna. Dessa forma, o momento atual é interpretado como a era da depravação humana, que se acentuaria até chegar na destruição completa da sociedade e início de um novo ciclo, com uma nova era de ouro. Esses ciclos estão associados ao sistema de castas indiano, compreendido pelas seguintes castas e valores decrescentes: sacerdotes, guerreiros, comerciantes e escravos, com as duas primeiras sendo consideradas castas espirituais e as duas últimas, materiais, como explica Teitelbaum (2020, p. 22-23),

A idade de ouro é a dos sacerdotes; a de prata, dos guerreiros; a de bronze, dos comerciantes; e a sombria, dos escravos. Em cada idade, a casta predominante dita a sua visão de cultura e de política para o restante da sociedade. Por exemplo, na idade de ouro, o governo seria uma teocracia, com a autoridade religiosa e a arte devocional valorizadas acima de todo o resto, enquanto as idades subsequentes testemunhariam a ascensão do Estado militar, da plutocracia e do governo dos mais ricos. Na idade sombria, por fim, um reinado de quantidade dá poder político às massas na forma de democracia ou de comunismo. Quanto tempo dura cada ciclo de quatro idades? Em geral, o hinduísmo acredita serem necessários milhões e milhões de anos até que o ciclo se complete. Tradicionalistas costumam acreditar em um intervalo de tempo menor, embora ambos tendam a concordar no que diz respeito à idade em que vivemos hoje: a sombria – Kali Yuga, em sânscrito. Da mesma forma, condenam o presente, acreditando que o tempo tornará as suas sociedades grandiosas novamente.

Assim, tudo aquilo que está relacionado com o iluminismo, como os valores plurais, a igualdade, liberdade política, direitos humanos, democracia, multiculturalismo, são tidos como inimigos da pureza espiritual humana, pois rompem com uma visão de sociedade organizada numa hierarquia rígida que separa homens de mulheres, brancos de negros, países desenvolvidos de países pobres,

trabalhadores, de empresários, imigrantes de nativos, e assim por diante. Por outro lado, o que levaria a virtude e a ideia de pureza seria a raça branca, a masculinidade, o norte global, as classes ricas e as religiões dominantes. Logo, a sociedade moderna é considerada decadente, pois permite que se rompa as hierarquias sociais baseadas no ideal de pureza, e coloca em igualdade os indivíduos tidos como inferiores dentro dessa escala de honra e espiritualidade (Teitelbaum, 2020, p. 24). Por fim, a regeneração social e humana só aconteceria com o reencontro com a religião, entendida em suas diversas manifestações, cristianismo, hinduísmo, budismo etc.

Os principais autores que ajudaram a difundir o tradicionalismo são René Guénon e Julius Evola. Esses autores, mesmo sendo considerados místicos e ocultistas, tiveram grande influência política formando grupos de interesse e sociedades secretas em torno da difusão dos ensinamentos tradicionalistas, influenciando, inclusive, as ideologias do fascismo italiano e nazismo alemão. Esses grupos, aparentemente irrelevantes e pitorescos, se tornaram proeminentes com o ressurgimento dos movimentos de extrema direita. Para Teitelbaum (2020), o tradicionalismo fundamenta teoricamente a rede internacional de extrema direita e pode ser visto com clareza nos principais gurus intelectuais desse movimento, como Olavo de Carvalho, Steve Bannon e Aleksandr Dugin, que se declaram tradicionalistas abertamente. Teitelbaum (2020) mostra que esses ideólogos contribuíram com a formação de uma rede internacional de movimentos políticos de extrema direita, assim como com a formação ideológica dos seus principais líderes políticos, como Putin na Rússia, Trump nos Estados Unidos, Bolsonaro no Brasil, Modi na Índia, Orbán na Hungria, entre outros. Diferentemente dos grupos tradicionalistas, que ficavam restritos apenas a um debate intelectual sem grande interlocução política, o tradicionalismo atual ganhou projeção com as estratégias de comunicação organizadas na internet. Um dos fatores que possibilitou esse fenômeno foi a estratégia da metapolítica, pela qual os valores tradicionalistas são disseminados, em doses graduais e constantes, em produtos culturais, como influenciadores de jogos, *coachings* de empreendedorismo, influenciadores religiosos, entre outros (Teitelbaum, 2020). Assim, os valores rígidos do convencionalismo são disseminados pela internet numa formação política, intensa e multidimensional, na qual um fator específico no final liga ao todo da tradição e gera o endosso aos preceitos políticos tradicionalistas (Teitelbaum, 2020).

Dessa forma, o tradicionalismo ajuda a explicar a aproximação dos movimentos

de extrema direita com o cristianismo nacionalista no Brasil e também a radicalidade deste movimento contra a democracia, da mesma forma que contribui com a discussão sobre a sua articulação internacional. O tradicionalismo oferece estrutura ideológica para a extrema direita, que pode ser adaptada para diferentes sociedades, promovendo, assim, uma visão cíclica e hierárquica da história que rejeita a modernidade, a democracia e os direitos humanos.

Esse movimento político autoritário só foi possível dentro da estrutura social brasileira, que permite a reprodução de valores arbitrários difundidos nas diversas formas de sociabilidade, sendo a religiosidade uma delas. Por outro lado, à medida que esses movimentos ganham influência, eles modificam as estruturas sociais e políticas da sociedade, normalizando preconceitos, intolerância e uma visão fundamentalista de mundo, num processo também chamado de fascistização social, isto é, um processo gradual de construção da hegemonia cultural fascista (Poulantzas *apud* Silva; Schurster, 2023, p. 32).

Este capítulo procurou explicar que o fascismo não é um fenômeno morto ou restrito ao século XX, mas uma força adaptável, capaz de ressignificar seus traços elementares a cada novo contexto histórico. O surgimento da extrema direita contemporânea pode ser entendido como um reflexo da permanência do fascismo na estrutura da sociedade capitalista contemporânea.

No Brasil, desde o período colonial, se consolidou um nexos social autoritário e racista, com uma burguesia antidemocrática e dependente, que tem como exemplo extremo a ditadura civil-militar (1964-1985). A Constituição de 1988 ampliou direitos, mas não superou a subcidadania e as desigualdades herdadas. O governo Lula tentou conciliar neoliberalismo com programas sociais, mas sem reformas estruturais. No entanto, o esgotamento desse modelo potencializou o ressurgimento de movimentos de extrema direita, que ganharam força nas ruas e redes sociais. A ascensão do bolsonarismo, por sua vez, articulou ultraliberalismo, conservadorismo moral e técnicas fascistas de propaganda nas redes – explorando medos sociais latentes incutidos na cultura política autoritária do Brasil – para potencializar a pressão das massas sobre as instituições políticas, com a finalidade de concentrar poderes e manipular o processo eleitoral para a manutenção do poder.

A trajetória do ressurgimento da extrema direita foi viabilizada por padrões culturais autoritários sedimentados na sociedade brasileira, que foram manipulados com o intuito de gerar legitimação e fidelidade às suas lideranças políticas. Entretanto,

a estrutura latente autoritária não gera o condicionamento unilateral de valores nos indivíduos. Embasados em Adorno (2008), entendemos que a socialização compreende, antes de tudo, a individuação, na qual os indivíduos negociam constantemente suas posições e visões de mundo, principalmente nos espaços que potencializam o debate de ideias como a escola, em especial o IFPR. Nesse sentido, observar a estrutura latente do autoritarismo no Brasil foi importante para entender as dinâmicas que possibilitaram o alcance político do bolsonarismo. Torna-se importante, agora, explicitar o desenvolvimento da subjetividade autoritária e das principais dinâmicas que envolvem a sua reprodução especialmente entre jovens. Para tanto, será necessário, em primeiro lugar, fundamentar o entendimento do autoritarismo através dos estudos da personalidade autoritária desenvolvidos nas pesquisas de Adorno e da Escola de Frankfurt. Com isso será possível esclarecer o desenvolvimento da pesquisa desde a elaboração do instrumento utilizado para medir a propensão ao autoritarismo entre os jovens do IFPR, até a forma de interpretação dos dados coletados.

2 TEORIA CRÍTICA E PROPENSÃO AO AUTORITARISMO EM JOVENS

Este capítulo discutirá os princípios teóricos escolhidos para elaboração da pesquisa mote desta tese, que coletou dados de 291 estudantes do IFPR. Logo, será desenvolvido, em primeiro lugar, um esboço geral das pesquisas sobre o autoritarismo, elaboradas pelos pesquisadores vinculados ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt na época, entre a ascensão do nazismo e o final da Segunda Guerra Mundial. Em seguida, será discutida a teoria dialética de socialização de Theodor Adorno, entendida no âmbito das teorias sociológicas relacionais ou sintéticas. E por fim, serão discutidas as dinâmicas da socialização autoritária nas juventudes, entendendo-as como sujeitos que estão em processo de consolidação do caráter, momento crucial para perceber a potencialidade da socialização autoritária.

2.1 OS ESTUDOS SOBRE O AUTORITARISMO NA ESCOLA DE FRANKFURT

Os eventos políticos, que culminaram na ascensão do fascismo na primeira metade do século XX, demarcaram uma conjuntura propícia para o desenvolvimento de pesquisas sobre o autoritarismo. Além das evidências do processo político, alguns intelectuais procuraram compreender as causas da legitimação, ou seja, como as pessoas aceitavam lideranças autoritárias e militavam em apoio às suas políticas. O nascimento do *Institut für Sozialforschung*⁷ (Instituto de Pesquisa Social), da Universidade de Frankfurt na Alemanha, também conhecido como “Escola de Frankfurt”, está diretamente ligado a este problema que inculcava os intelectuais da época.

Criado em 1923, por iniciativa de um grupo de intelectuais marxistas, O *Institut* nasceu vinculado à Universidade de Frankfurt e só se tornou viável por conta do patrocínio de Felix Weil, filho de um rico agricultor alemão emigrado para a Argentina no final do século XIX, que fazia parte deste grupo de marxistas (Jay, 2008). O *Institut*, num primeiro momento, teve como proposta documentar os movimentos operários na Europa (Freitag, 1990; Jay, 2008). A partir de 1930, com a nomeação do diretor Max Horkheimer, a instituição passou a funcionar como um centro de pesquisas e o

⁷ A grafia em alemão da palavra *Institut* será utilizada no texto, conforme as recomendações de Jay (2008), para não ser confundida com outras instituições, como o Instituto Federal do Paraná e também será utilizada como sinônimo de “Escola de Frankfurt”.

objetivo geral foi alterado para estudar as dinâmicas do capitalismo moderno e os seus processos culturais, se separando consideravelmente do marxismo ortodoxo (Freitag, 1990; Jay, 2008). Horkheimer reuniu diversos intelectuais, como Adorno, Marcuse, Benjamin, Fromm, entre outros. Com a ascensão de Hitler ao poder, o *Institut* logo foi fechado em 1933, sendo a sede transferida para Paris e depois para Nova Iorque, ficando nos Estados Unidos até 1948, quando o Instituto retornou para Frankfurt (Freitag, 1990; Jay, 2008). O *Institut* teve forte ligação com intelectuais judeus, financiando-os com mais de 50 bolsas de estudo, mesmo durante a perseguição nazista (Freitag, 1990).

A ascensão do nazismo na Alemanha e do fascismo pela Europa inspirou as pesquisas realizadas pela Escola de Frankfurt para compreender o forte apoio popular desses movimentos. O primeiro trabalho, intitulado *Studien über Autorität und Familie* (Estudos sobre Autoridade e Família), coordenado por Horkheimer e Fromm, foi publicado em 1936 contendo o relatório de cinco pesquisas desenvolvidas entre 1929 e 1935, em alguns países da Europa, e três ensaios críticos escritos por Horkheimer, Fromm e Marcuse (Rouanet, 1983; Freitag, 1990; Jay, 2008; Costa, 2019b). O objetivo principal era compreender se a classe trabalhadora estaria mais disposta à revolução ou ao fascismo iminente (Freitag, 1990, De Maria, 2018). Na hipótese, os autores acreditavam que os trabalhadores haviam perdido a consciência de classe e estariam mais dispostos a apoiar regimes contrários aos seus interesses, com o apoio em massa ao nazismo e ao fascismo (Freitag, 1990; De Maria, 2018; COSTA, 2019b). A primeira pesquisa dos *Studien*, considerada a mais importante, foi realizada entre 1929 e 1931 com trabalhadores e funcionários alemães para aferição do tipo de caráter e em especial da propensão ao caráter autoritário; a segunda pesquisa foi realizada com 360 médicos, com o objetivo de entender as transformações no comportamento sexual da população alemã; a terceira, com profissionais da educação e da assistência social, lideranças políticas e comunitárias, foi aplicada fora da Alemanha em 5 países, por conta da perseguição nazista; a quarta, foi realizada com jovens suíços; e, por último, o quinto estudo, procurou compreender a situação de pessoas desempregadas, mas teve extrema dificuldade de realização devido à perseguição nazista e o consequente exílio nos Estados Unidos, o que resultou em dados e análises incompletas (Jay, 2008; De Maria, 2018; Costa, 2019b).

Influenciada pelos estudos freudo-marxistas de Fromm e Reich, que já nos anos 1920 identificaram padrões autoritários na formação do caráter, a pesquisa

procurou compreender como os processos sócio-históricos produziam padrões rígidos de conduta que determinavam o desenvolvimento subjetivo (Rouanet, 1983; Costa, 2019b). A determinação social do caráter afasta esses estudos da compreensão freudiana, que compreendia as convicções atreladas à libido. A influência da materialidade social seria, entretanto, determinante da estrutura psíquica, que poderia ser tipificada e relacionada às classes sociais, como afirma Rouanet (1983, p. 54),

A lógica freudo-marxista, que vê a história individual em sua ligação com o contexto societário, leva tanto Reich como Fromm à ideia da determinação social do caráter. O tipo de caráter que se desenvolve nos indivíduos de uma classe ou de uma cultura não é acidental, mas é historicamente determinado.

Nesse contexto, os autores dos *Studien*, estavam mais interessados em desenvolver uma análise no entremeio da sociologia e da psicanálise que privilegiasse o entendimento da totalidade social, enquanto determinação do caráter individual. Assim, a partir dos dados coletados nas pesquisas, foram organizados três tipos de caráter, o autoritário, o revolucionário e o ambivalente, sendo o mais desenvolvido o do tipo autoritário (Costa, 2019b). O autoritarismo, dessa forma, estaria ligado a convicções sadomasoquistas que formariam uma base pulsional no inconsciente, isto é, o indivíduo desenvolveria a vontade de infligir dor e sofrimento aos outros, ao passo que necessitaria obedecer fielmente um líder, seja o pai ou um líder político, mesmo que este o castigasse. O sofrimento diante do castigo de uma liderança seria reconhecido como uma forma de recompensa, cujo efeito é o ódio e a agressividade que não pode ser retribuído, pois a fidelidade ao líder gera a repressão desses sentimentos. Consequentemente, a agressividade reprimida seria direcionada aos mais fracos pelo mecanismo da projeção, como afirma Rouanet (1983, p. 56),

Como a lógica do masoquismo impede que o ódio ao agressor se exteriorize, a agressividade é reprimida e canalizada contra os mais fracos. Com o mesmo autoritarismo com que reverencia a força, a personalidade autoritária despreza a fraqueza.

O caráter autoritário não seria um mecanismo biológico, muito menos um processo psíquico isolado da sociedade. Para Horkheimer e Fromm, ele é resultado das dinâmicas de produção da sociedade capitalista, sendo determinado pela sociedade (Rouanet, 1983). A história e as mudanças sociais implicam em transformações no caráter, dessa forma, ele seria determinado por condições sociais específicas e podendo tornar-se hegemônico em determinados momentos da história. Assim, os indivíduos inseridos numa condição de classe específica ou na mesma

conjuntura social teriam traços comuns de caráter, o que geraria o “caráter social” (Rouanet, 1983). O processo de socialização seria influenciado pela ideologia dominante que representa interesses de classe normativos, que se consolidam no caráter social, funcionando como mediador entre estrutura social e agência e promovendo a formação do caráter individual enquanto reflexo dos padrões normativos (Rouanet, 1983; Costa, 2019b). A mediação estaria, então, orientada para uma relação de determinação que ocorre também pelo caminho inverso, iniciando nos indivíduos, que ao agirem de acordo com os padrões sociais, reforçam o caráter social e impulsionam a base econômica, enquanto reprodução das relações de produção (Rouanet, 1983).

A submissão não seria algo circunscrito apenas a personas, como o pai, o político ou o religioso, mas teria um aspecto mais geral, se relacionando com o conformismo diante da história, diante das desigualdades sociais e de fatalidades, isto é, “... a existência é controlada por poderes inacessíveis à consciência e inalteráveis pela vontade humana” (Rouanet, 1983, p. 56). O indivíduo, dessa forma, percebe o seu papel histórico enquanto destino, preso às circunstâncias sobrenaturais que o levam à obediência, o que pode gerar a inércia e a passividade, por um lado, e a ação heroica, por outro. O heroísmo é formado, assim, pela sujeição ao destino e não pelo confronto transformador e revolucionário.

Dessa forma, o caráter autoritário não seria um fato isolado ou derivado de uma formação histórica específica, como foi o fascismo no século XX, ele faz parte de uma estrutura social observável ao longo da história humana (Rouanet, 1983). O fascismo, ao contrário, é decorrente do caráter social autoritário que volta a ser dominante diante da crise do capitalismo monopolista, confrontando (com mais eficácia que o discurso de esquerda), o direito liberal e as soluções democráticas (Rouanet, 1983; Jay, 2008).

Já no regime fascista, o imobilismo da devoção ao líder messiânico leva a uma relação intransponível entre líder e séquito, impossibilitando a democracia, pois a massa de devotos não consegue imaginar a sua participação no poder político, lugar este que é sagrado e só pode ser controlado por um líder com poderes totais (Rouanet, 1983).

Diante do exposto, o fascismo se tornou viável não apenas por fatores objetivos na forma das crises e guerras provocadas pelo capitalismo monopolista, mas também pela consolidação hegemônica do caráter social autoritário, que formou uma subjetividade propícia para a propaganda do regime (Rouanet, 1983).

A transformação na família e a perda da sua centralidade no processo de socialização, foi um dos fatores levantados pelos autores dos *Studien* para explicar a consolidação da subjetividade autoritária (Rouanet, 1983; Costa, 2019b). Nesse sentido, a família reproduziria valores econômicos e impessoais do capitalismo. Isso decorreria da perda da autoridade dos pais que, ao reproduzirem a lógica da mercadoria, perderiam a capacidade crítica. Nesse sentido, outros aparatos ideológicos começaram a disputar a socialização com a família, como é o caso da escola, das mídias e da propaganda (Rouanet, 1983; Jay, 2008; Costa, 2019b). A família que, segundo os autores, teria uma forma de socialização contraditória — positiva enquanto reprodutora das relações de produção e negativa na afirmação de princípios não individualistas e comunitários — passa a exercer apenas o papel conformador das relações sociais (Jay, 2008; Costa, 2019b). Diferente das estruturas sociais anteriores, o caráter social formava convicções autoritárias mais consolidadas, com maior predisposição à obediência irracional e à agressividade.

As conclusões dos *Studien* mostraram, de maneira geral, o declínio da razão e do *ethos* democrático, diante da ascensão de um consenso irracional inclinado a legitimar regimes totalitários. Compreenderam, igualmente, a perda gradual da capacidade crítica das instituições sociais, especificamente da família, o que geraria as condições para uma alienação unidimensional, esvaziando a subjetividade da autonomia racional (Jay, 2008). Por outro lado, as pesquisas divulgadas nos *Studien*, não conseguiram comprovar empiricamente as teorias desenvolvidas pelos autores, por isso, houve pouca divulgação desse material, como explicou Horkheimer (*apud* Jay, 2008, p. 182) “... como nossa experiência nesse campo era limitada e a prática de responder a questionários depara com dificuldades especiais na Europa, essas investigações empíricas assumiram sobretudo o caráter de um experimento”.

Apesar disso, as experiências empíricas e os pressupostos teóricos, continuaram guiando os trabalhos do *Institut* nos anos seguintes, mesmo com o exílio nos Estados Unidos. Logo, elaborar uma metodologia que conseguisse tabular as respostas de maneira mais organizada se tornou uma meta para o desenvolvimento das pesquisas subsequentes (Jay, 2008).

Com a integração de Adorno ao grupo de pesquisadores em 1938 e seu alinhamento com Horkheimer, a linha teórica traçada nos *Studies* foi revista por meio da crítica de Adorno sobre o entendimento determinista da socialização, que prevaleceu nessa obra por influência de Erich Fromm. A oposição de Adorno ao

determinismo de Fromm, considera que a ambiguidade e a sutileza da personalidade são fundamentais para entender a tensão dialética no processo de socialização (Costa, 2019b). A reprodução dos conflitos sociais, nesse sentido, não ocorreria pela determinação do social sobre o indivíduo e vice-versa. A reprodução das contradições sociais ocorreria pela dialética da subjetividade, um processo de mediação que por meios contraditórios e ambíguos, consolida a personalidade e a predisposição atitudinal (Costa, 2019b). Os estudos que se organizaram após a entrada de Adorno seguiram essa linha teórica, o que fez Fromm se afastar do *Institut*.

Em 1944, após conseguirem um patrocínio robusto do *American Jewish Committee* (Comissão Judaica Norte-Americana), os pesquisadores do Institut voltaram-se para um projeto mais audacioso denominado *Studies in Prejudice* (Estudos sobre o Preconceito), cujo objetivo era compreender o etnocentrismo e o antissemitismo sob diferentes abordagens (Jay, 2008). O *Institut* já havia empreendido esforços para compreender o antissemitismo entre os estadunidenses em pesquisas anteriores e essas experiências foram importantes para o novo projeto (Jay, 2008).

As descobertas dos pesquisadores levaram a compreender o antissemitismo como uma manifestação do etnocentrismo, este entendido de maneira geral e que englobava outras expressões preconceituosas, como o racismo, xenofobia, entre outros. Assim, o estudo passou do antissemitismo para o preconceito de maneira geral, como afirma Adorno (2019, p. 239),

Nosso estudo surgiu de investigações específicas sobre o antissemitismo. Na medida em que nosso trabalho avançava, no entanto, a ênfase gradualmente mudou. Chegamos a considerar como nossa principal tarefa não analisar o antissemitismo ou qualquer outro preconceito antiminoritário como um fenômeno sociopsicológico per se, mas examinar a relação do preconceito antiminoritário com padrões ideológicos e caracterológicos mais amplos. Assim, o antissemitismo gradualmente quase que desapareceu como tópico do nosso questionário e, em nosso roteiro de entrevistas, foi apenas um entre muitos tópicos que tinham sido abordados.

Estudos sobre o Preconceito, dessa forma, englobaram diversas pesquisas que foram publicadas em cinco volumes: *The Authoritarian Personality* (A Personalidade Autoritária); *Dynamics of Prejudice: a psychological and sociological study of veterans* (Dinâmicas do Preconceito: estudo psicológico e sociológico de veteranos); *Anti-Semitism and Emotional Disorder* (Antissemitismo e distúrbios emocionais); *Rehearsal for Destruction: a study of political anti-semitism in Imperial Germany* (Ensaio para a Destruição: um estudo do antissemitismo político na Alemanha Imperial); e, por último, *Prophets of Deceit: a study of the techniques of the american agitator* (Profetas do

Engano: um estudo das técnicas do agitador americano) (Rouanet, 1983; Jay, 2008; Gordon, 2019; Costa, 2019b). Todos esses estudos foram dirigidos por Max Horkheimer e Samuel Flowerman, e tiveram o envolvimento de muitos pesquisadores (Gordon, 2019).

Dessas cinco pesquisas, a mais importante foi *The Authoritarian Personality* (TAP), publicada por Theodor Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e R. Nevitt Sanford (Jay, 2008), cujo objetivo foi delimitar as características da personalidade autoritária, definida pelos autores como um tipo antropológico, e que culminaria no entendimento mais amplo de combate ao fascismo (Jay, 2008; Gordon, 2019; Costa, 2019b). O tipo autoritário funcionaria como um tipo ideal, enquanto a pesquisa apontaria a propensão média dos indivíduos para esse tipo de caráter, observando, assim, a relação entre ideologia e personalidade (Jay, 2008).

O trabalho foi organizado de maneira interdisciplinar, associando conhecimentos sociológicos com psicológicos e unindo pesquisa quantitativa com entrevistas qualitativas, sob os pressupostos da teoria crítica que, como visto, foi estruturada em estudos anteriores (Gordon, 2019). A experiência de Frenkel-Brunswik, Nevitt Sanford e Daniel Levinson, psicólogos sociais, foi importante para desenvolver a metodologia, pois eles já haviam lidado com pesquisas sobre personalidades manifestas e latentes. Consequentemente, foi descartado utilizar questionamentos mais diretos sobre o preconceito, como os de opinião pública, porque, “primeiro, não revelavam um conjunto coerente de opinião; segundo, eram incapazes de sondar as predisposições psicológicas que corresponderiam ao conjunto” (Jay, 2008, p. 305). Logo, o pressuposto básico era elaborar um instrumento capaz de medir a expressão latente desses comportamentos, o que demonstraria aspectos de convicções mais estruturadas entre os indivíduos.

Entender a predisposição ao autoritarismo estava ligado à compreensão de que a cultura autoritária seria um reflexo da estrutura econômica da sociedade capitalista e estaria consolidada nos valores perpetuados pelas contradições desse sistema (Rouanet, 19983; Costa, 2019a). Logo, essas tendências culturais estariam disseminadas pelo mundo, inclusive em sociedades com culturas democráticas consolidadas, como a dos Estados Unidos, como afirma Costa (2019a, p. 21),

Os autores não encontraram muitos casos de pessoas abertamente antidemocráticas, mas identificaram traços de potenciais fascistas em indivíduos que seriam suscetíveis à propaganda ideológica autoritária. Foi considerado que o apoio a tais ideologias poderia passar de um estado

latente ou velado e muitas vezes não consciente para uma defesa aberta e ações violentas contra minorias em momentos específicos de crise social.

Na sociedade estadunidense dos anos 1940, era crime pertencer a organizações fascistas ou nazistas, e estes termos eram moralmente inaceitáveis. Porém, na percepção dos autores do *Institut* (que eram judeus exilados), o antissemitismo, de maneira específica e o autoritarismo de maneira geral, eram velados e se misturavam com as convicções democráticas (Costa, 2019a). Por isso, os estudos de Adorno e equipe não envolveram pessoas declaradamente fascistas ou que pertenciam a organizações fascistas, pois os autores queriam observar formas de preconceito mais consolidadas (Adorno, 2019).

Adorno e os demais pesquisadores elaboraram maneiras indiretas de abordar os temas preconceituosos com os entrevistados, escondendo, inclusive, os seus objetivos de pesquisa e elaborando questões propositalmente mais ambíguas (Jay, 2008). A ambiguidade, nesse sentido, ajudaria a compreender as relações possíveis entre o racional e o irracional, e a tensão entre regras sociais e subjetividade, por isso, questionários implícitos levariam a convicções profundas e enraizadas na personalidade (Rouanet, 1983; Gordon, 2019). Para Adorno (2019), a ambiguidade ajudaria a compreender o preconceito, portanto, descartá-la de uma escala seria como forçar o encaixe do fenômeno sociológico num aparato metodológico artificial, aumentando a confiança da escala, por um lado, e diminuindo a complexidade do processo, por outro (Adorno, 2019).

Dessa forma, para realizar a pesquisa sobre a personalidade autoritária foram recrutadas 2.099 pessoas (Adorno, 2019). No início, 700 estudantes universitários responderam a um questionário com três escalas, antissemitismo (AS), etnocentrismo (E) e conservadorismo político e econômico (CPE), além de questões abertas projetivas e fornecimento de dados gerais (Jay, 2008). As três escalas foram aprimoradas até se chegar à escala de fascismo (F). O instrumento final, assim, foi constituído pelas questões de dados gerais, as projetivas abertas e as quatro escalas. As escalas foram organizadas pelo método Likert, sendo compostas por conjuntos de frases afirmativas, pelas quais os indivíduos manifestaram a sua opinião em seis graus diferentes, iniciando em concordo muito e terminando em discordo muito (Rouanet, 1983; Jay, 2008; Gordon, 2019; Adorno, 2019).

A escala F foi elaborada com nove dimensões: convencionalismo, submissão à autoridade, agressividade autoritária, anti-introspecção, superstição, poder e

dureza, destrutividade e cinismo, projetividade e preocupação exagerada com o sexo (Adorno, 2019). O indivíduo com propensão ao autoritarismo, por conseguinte, teria forte identificação com valores tradicionais e convenções sociais moralistas, assim como, seria subserviente às ordens, princípios morais e valores provenientes do grupo de referência identitária e, conseqüentemente, estaria predisposto à condenação e punição de indivíduos fora do seu grupo (Adorno, 2019; Jay, 2008, Costa, 2019b). Ele seria contrário às expressões subjetivas, à abstração intelectual e introspectiva, manifestando um pensamento não reflexivo, sujeito a acreditar de maneira dogmática em crenças religiosas e supersticiosas (Adorno, 2019; Jay, 2008, Costa, 2019b). Teria convicção exagerada sobre a divisão da sociedade entre fortes e fracos e, de que o seu papel nela seria predestinado ao trabalho árduo e ao sacrifício como prova de força e dureza (Adorno, 2019; Jay, 2008, Costa, 2019b). Seria inclinado a hostilizar o humanismo e a complacência aos indivíduos vulneráveis, ao mesmo tempo que manifestaria essa tendência de maneira dissimulada, tendo em vista que, minimamente, se identifica com valores democráticos (Adorno, 2019; Jay, 2008, Costa, 2019b). Esse indivíduo, por último, estaria propenso a projetar, inconscientemente, suas frustrações pessoais em indivíduos de grupos minoritários, assim como demonstraria “preocupação exagerada em relação ao sexo, com fixação no tema, vigilância sobre a atividade sexual alheia e tentativa de controle moral e legal sobre corpos, desejos e expressões sexuais em geral” (Adorno, 2019; Costa, 2019b).

Após a aplicação do questionário, foram recrutados grupos de indivíduos que pontuaram alto e baixo para a realização de entrevistas psicológicas e de Testes de Apercepção Temática⁸ (TAT) (Jay, 2008, Costa, 2019b). O objetivo dessa etapa qualitativa foi convalidar os resultados da enquête quantitativa. Os resultados quantitativos demonstraram, assim, similaridade com os resultados qualitativos, o que permitiu que os autores pudessem elaborar comparações, como entre os grupos de alta e baixa pontuação ou entre a escala F e as escalas CPE e E (Rouanet, 1983; Jay, 2008). Houve, dessa forma, uma correlação considerada alta pelos autores, entre a escala F e a escala E, assim como foram encontradas correspondências entre a escala F e os grupos de pesquisa qualitativa, o que comprovou a exatidão da escala

⁸ Esse teste consistiu na exibição de imagens e cenas aos entrevistados, que eram estimulados a elaborar uma narrativa sobre o que visualizaram (Costa, 2019b). O TAT é um teste psicológico projetivo, pelo qual o entrevistado não tem consciência plena da história que está criando, e serve para observar padrões ideológicos e expressões de sentimentos (Jay, 2008; Gordon, 2019; Costa, 2019b).

(Jay, 2008). Contudo, a correlação entre a escala CPE e a escala F foi considerada baixa para o estudo, o que se repetiu nas correlações entre a escala CPE e as outras, AS e E (Rouanet, 1983; Jay, 2008; Gordon, 2019). Isso significou que,

O mesmo indivíduo que era definido como conservador, segundo a escala PEC [CPE], isto é, defendia os valores do *status quo* social e político, identificando-se abertamente com o sistema capitalista, era frequentemente definido como liberal, segundo a escala F, ou seja, tinha uma estrutura de personalidade genuinamente não autoritária, incompatível com o racismo, o etnocentrismo e em geral as características associadas à síndrome fascista... (Rouanet, 1983, p. 172).

De maneira contrária, os indivíduos que na escala CPE eram baixos pontuadores, isto é, eram liberais à esquerda do espectro político estadunidense, pontuavam alto na escala F (Rouanet, 1983). Esse descompasso estatístico levou os autores a teorizar sobre o resultado, diferenciando entre “pseudoconservadores” e “conservadores genuínos”, sendo os primeiros, altos pontuadores na escala F e baixos na escala CPE, e os segundos, baixos pontuadores na escala F e altos na escala CPE.

Os pseudoconservadores seriam aqueles que definem um apoio formal aos processos democráticos, aos direitos civis e sociais e, de maneira geral, declaravam-se tolerantes em vários aspectos da cultura estadunidense (Rouanet, 1983). No entanto, esses mesmos indivíduos manifestavam uma personalidade autoritária com “...impulsos destrutivos e violentamente anárquicos — dirigidos, não à conservação do *status quo*, mas à sua dissolução irracional, pela força bruta, com o único objetivo de assegurar o poder pelo poder (Rouanet, 1983, p. 173).

Os pseudoconservadores estariam distantes dos conservadores genuínos, pois estes últimos não manifestariam valores etnocêntricos, rigidez de caráter e, muito menos, eram predispostos à violência e agressividade, o que indicaria uma personalidade antiautoritária e propensa à tolerância, mesmo indicando apoio às ideias conservadoras (Rouanet, 1983). Com esta distinção, os autores indicaram a importância do contexto social diante da propensão autoritária manifesta, ou seja, em condições democráticas, os indivíduos potencialmente autoritários seriam pseudoconservadores, como nos Estados Unidos, enquanto em condições de um fascismo estatal, como foi visto no nazismo alemão, os altos pontuadores na escala F seriam nazifascistas (Rouanet, 1983).

Os pseudoconservadores seriam próximos aos pseudoliberais que também foram diagnosticados no estudo, sendo esses últimos baixos pontuadores na escala

CPE e altos pontuadores na escala F, o que geraria um apoio aparente aos valores progressistas, ao mesmo tempo em que manifestariam tendência autoritária na formação da personalidade, contendo as mesmas características de rigidez e violência apontadas entre os pseudoconservadores (Rouanet, 1983). Dessa forma, a maneira como o indivíduo expressa sua ideologia não é incontestável, essas opiniões são menos rígidas do que as condições de sua formação de caráter, o que revela um peso maior da escala F, por ela operar na detecção dos perfis de personalidade, como afirma Adorno (2019, p. 380),

Portanto, mesmo a ideologia expressa de pessoas pseudoconservadoras não é, de maneira alguma, inequivocamente conservadora, como eles queriam que nós acreditássemos; não é uma mera formação reativa contra a rebeldia subjacente; em vez disso, ela indiretamente admite as mesmas tendências destrutivas que são mantidas a distância pela identificação rígida do indivíduo com seu supereu exteriorizado.

Para os sujeitos com pontuação alta na escala F, a ideologias políticas servem como um disfarce para seus desejos agressivos e potencialmente destrutivos e, além disso, elas são flexíveis o suficiente para serem realinhadas em determinado contexto político (Adorno, 2019). Ocorre, assim, um processo de mediação, na qual o indivíduo mantém as convicções delineadas no seu caráter, ao mesmo tempo em que se adapta às leis e normas da sociedade em que está inserido.

Para Adorno (2019), o fator subjetivo que produz a inautenticidade dos indivíduos para com suas ideologias, sejam elas liberais, conservadoras ou progressistas, é a identificação com a autoridade. Sujeitos que tiveram uma identificação superficial com a autoridade, seja ela paterna, materna ou exterior ao âmbito familiar, tentam sanar essa dificuldade na defesa exagerada e raivosa dos padrões sociais, numa ambivalência destrutiva, com o intuito de “convencer a si mesmos e aos outros de que pertencem, para citar o inimigo da revolução de San Quentin, às camadas certas da sociedade” (Adorno, 2019, p. 395). Por outro lado, os indivíduos mais autênticos com suas ideologias teriam maior capacidade de se identificar com padrões de autoridade diminuindo os conflitos. Portanto, a contradição no processo de identificação implica na aceitação exagerada das regras convencionais, ao mesmo passo em que a agressividade do exagero pode ser traduzida em rebeldia e gerar a destruição dessas regras, em condições sociais propícias (Rouanet, 1983).

Mesmo entendendo que o fator subjetivo é um determinante importante da

ideologia, para Adorno (2019), o fator objetivo é considerado com maior peso. Existe, assim, uma ideologia mais profunda, subjacente na estrutura social, que forma uma “configuração ideológica global”, da qual a opinião pública seria o resultado desse processo, e os sistemas de comunicação, as mídias e demais agências sociais, seriam seus agentes (Rouanet, 1983; Adorno, 2019). Adorno (2019) enfatiza o papel das mídias na formação dessa configuração ideológica, pois possuem, assim, a capacidade de padronizar valores e personalidades (Rouanet, 1983). Logo, a padronização da indústria cultural opera pela estereotipia e pela personalização,

A estereotipia é a tendência a perceber o mundo de acordo com as categorias rígidas, *clichês* que em sua generalidade vazia impedem qualquer experiência concreta e qualquer contato efetivo com o mundo exterior. A personalização é uma forma de corrigir a estereotipia através de uma particularização aparente (...). À generalidade abstrata do mundo organizado de acordo com categorias estereotipadas corresponde a particularidade igualmente abstrata de uma ordem regida por pessoas, e não por processos objetivos (Rouanet, 1983, p. 176).

Fica assim criada uma estrutura cultural, que aceita facilmente bodes expiatórios enquanto personificação de problemas sociais complexos, que por seu conteúdo vazio e abundante em estereótipos, pode ser direcionada a um inimigo comum.

A configuração ideológica, entretanto, não é unilateral, pelo contrário, a estrutura subjetiva, na forma da personalidade, tem um papel decisivo na mediação desses impulsos padronizados. Os indivíduos selecionam aspectos da materialidade social objetiva, que condizem com seus anseios inconscientes, num “processo de estruturação seletiva do real, legitimável por um fragmento do bloco ideológico vigente” (Rouanet, 1983, p. 178). As opiniões, assim, são determinadas pela relação projetiva do sujeito diante de aspectos racionais ou ideológicos, isto é, a mediação ocorre pela estrutura psíquica no limite entre a ideologia de um lado e a realidade objetiva de outro. No processo seletivo, uma parte da realidade é ignorada ou vista enquanto mentira, pois se os fatos objetivos ferem sua convicção, o indivíduo é levado, pelo mecanismo de defesa da projeção, a racionalizar e escolher um caminho mais confortável simbolicamente (Rouanet, 1983). Dessa forma, a opinião favorável a princípios liberais ou conservadores na escala CPE é decorrente da estrutura subjetiva dos indivíduos, ou seja, “quando o fascista defende valores ‘liberais’, o faz de uma forma consistente com sua personalidade autoritária (Rouanet, 1983, p. 178). Não existe, assim, uma correlação unilateral entre a ideologia política e a

personalidade, entretanto, os dados da pesquisa mostraram a influência da estrutura subjetiva dos indivíduos sobre as “opções ideológicas, qualquer que seja seu conteúdo” (Rouanet, 1983, p. 179), isto é, existe flexibilidade na defesa de valores políticos que podem mudar conforme as circunstâncias sociais (Rouanet, 1983; Costa, 2019b).

De maneira geral, o estudo mostrou que o autoritarismo está enraizado na estrutura da sociedade industrial. Não é a família, a religião ou a ideologia política que predispõe o indivíduo ao autoritarismo, pelo contrário, essas agências são conformadoras das relações sociais e assumem, assim, um papel reprodutor das contradições próprias do sistema, o que implica na socialização autoritária. Essa estrutura subjacente da sociedade se reflete na formação da personalidade que se solidifica no inconsciente e gera ações tipicamente incoerentes, refletindo as contradições da sociedade.

O problema central que motivou a pesquisa sobre a personalidade autoritária foi o potencial perene do fascismo, não visto apenas como um movimento político, passível de ser isolado no tempo, mas como um processo social intrínseco na sociedade capitalista, o que, possivelmente, levaria a prosperar em sociedades democráticas. É possível o fascismo prosperar em sociedades democráticas, por consequência do etnocentrismo estrutural que segue sedimentado na personalidade (Costa, 2022, p. 346). Dessa forma, ao agir preconceituosamente o indivíduo revela elementos sociais que predispõem os indivíduos à ação autoritária (Costa, 2022, p. 347).

O entendimento sociológico da pesquisa foi compreender a personalidade autoritária pelo vínculo relacional entre indivíduo e sociedade, pelo qual os indivíduos não eram vistos meramente como reprodutores de normas sociais, nem tampouco como sujeitos que agem isoladamente. O vínculo estrutural, que liga os sujeitos autoritários à sociedade, é relacional e dialético, pois entende a sociedade como formadora de indivíduos e, ao mesmo tempo, estruturada pela ação humana. Porém, esse entendimento não ficou claro na obra, que foi criticada por supostos psicologismo e acriticidade (Jay, 2008; Rouanet, 1983; Costa, 2022). Adorno e sua equipe tentaram responder a alguns desses questionamentos já em 1948, antes da publicação da obra, elaborando o capítulo resposta a essas críticas “Observações sobre a Personalidade Autoritária”, mas o capítulo não foi publicado, por uma decisão dos editores (Costa, 2022). Dessa forma, essa obra foi analisada por muitos pesquisadores, à parte da

fundamentação sociológica da teoria crítica, como afirma Costa (2022, p. 348),

Ao tratar do preconceito, a partir do nível da personalidade, e não da macroestrutura social, leitores mais apressados teriam entendido haver no livro uma inversão metodológica da determinação da sociedade sobre os indivíduos. Soma-se a isso a ausência de uma crítica ampla da sociedade capitalista na obra, aparentando haver um afastamento desta em relação às produções da primeira geração da Teoria Crítica. Isso teria levado à consideração de que a obra seria um desvio do pensamento adorniano.

Para uma compreensão ampla da teoria social é necessário observar o conjunto das demais obras dos autores do *Institut* (Jay, 2008; Gordon, 2019; Costa, 2019b). A sociologia da Escola de Frankfurt entende a socialização autoritária como um processo relacional, circunscrito em relações objetivas, onde os fatores subjetivos, como a personalidade, se vinculam a processos ideológicos que reproduzem as relações de produção sob a forma de compromissos e gratificações emocionais (Costa, 2022). O etnocentrismo, visto assim, não seria um reflexo de uma vontade individual, mas sim um processo social produzido por elementos estruturais da sociedade capitalista. O etnocentrismo, manifesto no preconceito, na xenofobia, no racismo, entre outros, é um mecanismo de controle de tensões socioeconômicas intrínsecas à produção capitalista, pois favorece a coesão social diante do fantasma do bode expiatório (Costa, 2022). Como a sociologia de Adorno é relacional, Costa (2022) alerta que os indivíduos não são meramente vítimas do capitalismo, pois a suscetibilidade ao autoritarismo seria baseada na formação de uma convicção racional, “de recusa a se confrontar contra valores e opiniões que se tornaram convencionalmente aceitos e hegemônicos” (Costa, 2022, p. 349). Os indivíduos, assim, não seriam marionetes do sistema, mas teriam responsabilidade ao calcular racionalmente suas ações, mesmo que elas sejam baseadas em emoções.

Logo, as contradições sociais se manifestam em contradições subjetivas, nas quais os indivíduos se orientam ambigualmente, reproduzindo discursos preconceituosos, ao mesmo tempo em que estão “racionalmente esclarecidos quanto às próprias experiências muitas vezes opostas a tais ideologias” (Costa, 2022, p. 349). A teoria social do *Institut* se concretiza no entremeio da sociologia com a psicologia, orientada por uma dialética interdisciplinar. A seguir será traçado um caminho para compreender a teoria social frankfurtiana, como uma teoria sociológica relacional, embasado na leitura de algumas obras de Adorno.

2.2 A SOCIOLOGIA RELACIONAL NA TEORIA CRÍTICA DE ADORNO

A teoria social da Escola de Frankfurt tem sido requisitada, ultimamente, por pesquisadores que procuram nos seus estudos formas de compreensão para o fenômeno da ascensão de grupos de extrema direita ao poder, assim como de movimentos sociais de massa com ideais muito próximos ao nazifascismo do século XX. Mas, como alerta Morelock e Sullivan (2021), os estudos frankfurtianos não são “*mainstream*” na sociologia, mesmo tendo aceitação com relação aos pareceres críticos da realidade social, a sua teoria social e metodologias são pouco estudadas nas ciências sociais. Por conseguinte, tentaremos elencar alguns princípios metodológicos na teoria sociológica de Adorno, compreendendo-a enquanto uma teoria relacional/sintética, que se propõe a entender a realidade social pela mediação entre indivíduo e sociedade.

Nesse sentido, a sociologia crítica e relacional de Adorno é entendida como uma produção coletiva dos fundadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, pois a influência de pesquisadores como Horkheimer, Fromm e outros foi importante para a sua fundamentação. Essa teoria não se encontra sistematizada, isto é, ela está fragmentada em diversas obras e pesquisas de Adorno e seus pares. Os esforços aqui realizados foram para identificar, em algumas obras, os marcadores de uma teoria sociológica relacional crítica, que possibilite a compreensão da socialização autoritária presente no nexo entre indivíduo e sociedade. Pretende-se, dessa maneira, não cair na tentação da instrumentalização da escala F em nossa pesquisa, pois a separação entre método e teoria social pode dificultar a compreensão dos dados coletados. O intuito é esboçar os princípios de uma matriz teórica que serve de guia para a pesquisa. Sendo assim, será necessário explicar alguns pontos para entender a sociologia relacional.

Desde os primeiros escritos sociológicos, as definições sobre o objeto “sociedade” são entendidas pela divisão entre métodos microsociológicos e macrosociológicos, uma régua analítica que vai da ação individual até a estrutura social, e que ajuda a delimitar os parâmetros da produção sociológica (Sell, 2022). Observa-se, assim, a existência de uma microsociologia que prioriza os contextos subjetivos das relações sociais (em alguns casos até psicológicos e comportamentais); de uma sociologia de nível intermediário do tipo relacional ou sintético (mesossociologia), que procura compreender essa relação de maneira

equilibrada, entendendo o nível micro e macro como codeterminantes; e por último, a macrosociologia, que percebe a realidade social a partir de estruturas objetivas da sociedade (instituições sociais, sistemas sociais, sistemas culturais etc.) (Sell, 2022).

A compreensão do nível *meso* na escala entre indivíduo e sociedade leva a um tipo de sociologia voltada à síntese, que pode ser também definida como “terceira sociologia”, como afirma Sell (2022, p. 24):

As teorias sociológicas do tipo relacional ou sintético, por sua vez, constituem uma ‘terceira sociologia’ que busca superar explicações unilaterais, esforçando-se em oferecer diferentes soluções que prometem, cada uma a seu modo, estabelecer um link adequado e equilibrado entre a dimensão individual-subjetiva (micro) e estrutural-objetiva (macro) na explicação do universo social.

Assim, as teorias relacionais ou sintéticas tentam encontrar as relações causais entre as duas unidades de análise, o universo microsociológico, na qual encontramos os indivíduos em particular, o seu comportamento e personalidade observados pelas suas ações, e o universo macrosociológico ou holista, lugar da sociedade, das suas estruturas e instituições que existem objetivamente pela força da coerção.

Tendo isso em vista, Adorno ajudou a construir o que poderia ser chamado de bases epistemológicas da Escola de Frankfurt. Esse grupo de pesquisadores procurou superar diversas dicotomias, como entre teoria social e pesquisa empírica, entre métodos quantitativos e qualitativos, e análise micro e macrosociológica (Morelock; Sullivan, 2021, p. 13). O papel do sociólogo seria ressaltar as contradições postas pelos dados da realidade concreta, as tensões entre teoria e empiria, e entre indivíduo e sociedade.

Entender a sociedade, para Adorno, significa compreender o processo de socialização, ou seja, a existência de um “nexo”, onde todos os indivíduos estão conectados, que possibilita e é possibilitado pelas relações de troca individuais (Adorno, 2008). Logo, a troca se torna o elemento concreto da individuação, como afirma Adorno (2008, p. 106):

(...) é a relação de troca, que unifica virtualmente todos os homens participantes desse conceito de sociedade e em certo sentido, dito com certa cautela, representa inclusive o pressuposto das sociedades pós-capitalistas, em que seguramente a troca não poderá ser negada.

Para Adorno, isso não significa dizer que tudo se relaciona com tudo, mas significa que a própria totalidade está circunscrita no processo de troca que fundamenta a socialização. As relações de troca são observadas no âmbito material

das relações de produção e, em última instância, de maneira ontológica, na sobrevivência humana, por isso ela transcende as sociedades humanas e se encontra materializada nas relações de trabalho e, aparentemente, na forma do dinheiro, na sociedade capitalista (Adorno, 2008, p. 107).

Por esse ângulo, Adorno entende as relações de troca no âmbito da teoria do valor de Marx, as quais seriam, assim, a definição de sociedade capitalista, isto é, uma sociedade de intercâmbio (Monzó, 2022). A “sociedade socializada” é essencialmente determinada pelas relações de troca. O conceito de sociedade, derivado dessas relações, não é abstrato no sentido de se encontrar separado dos indivíduos. Na dialética, a abstração se refere, pela objetividade das relações econômicas, à própria dinâmica das relações sociais (Adorno, 2008, p. 107). Como pode ser observado nessa constatação:

O processo de socialização não ocorre além dos conflitos e antagonismos, nem apesar deles. Seu ambiente é justamente constituído pelos mesmos antagonismos que ao mesmo tempo dilaceram a sociedade. Na relação de troca social como tal, o antagonismo se estabelece e se reproduz, o que poderia aniquilar diariamente a sociedade organizada com uma catástrofe total. Apenas por meio do interesse pelo lucro e da iminente quebra do conjunto social, até hoje, esse mecanismo se mantém, rangendo e gemendo, com sacrifícios indescritíveis (Adorno *apud* Monzó, 2022 p. 391) (tradução nossa).

A dialética evidencia, assim, as lutas e a dinâmica do conflito social a partir das relações de troca. O interesse pelo lucro gera todo um processo de dominação desigual que subjuga as classes dominadas e tem como resultado o sacrifício humano a partir do sofrimento. A coisificação da práxis humana mostra, assim, um indivíduo coisificado que atua na sociedade de maneira incompleta, pois a promessa de liberdade da sociedade capitalista não se realiza, a experiência plena da subjetividade é impedida pela dinâmica contraditória da sociedade capitalista e a busca pela emancipação humana, na forma de ação política, se torna o fundamento da práxis (Monzó, 2022). A totalidade social se impõe aos indivíduos que interpretam à sua maneira os fenômenos sociais; assim, as contradições que ficam escondidas no discurso de unidade social tendem a aparecer e se tornam evidentes pela força da interpretação dialética. Em outras palavras,

A interpretação adorniana assume a perspectiva prática de Marx (1845). Podemos dizer que ela o faz em três sentidos: a) interpretar é uma atividade construtiva, uma práxis em si mesma; b) a decifração gera uma redução do social endurecido à atividade humana; e c) a crítica à posição reconstrutiva solidária da totalidade permite pensar na possibilidade de conectar o intérprete ao agente situado “no calor da ação”, ou seja, que o agente possa

exercer ele mesmo a interpretação. Esses três sentidos resumem-se na ideia de que aquele que interpreta o faz em uma atitude realizativa, como alguém que remove um obstáculo que o incomoda em sua ação (Sevilla, 2005: 89). Em outras palavras, o agente é capaz de dissolver esse absurdo invivível que impede uma práxis verdadeira ou uma vida vivível (Monzó, 2022 p. 388-399) (tradução nossa).

Para Adorno, a sociologia dialética não considera o conceito de sociedade como a somatória de todas as pessoas. O conceito de sociedade é funcional, porque entende a essência da individualidade enquanto fruto de um intenso processo relacional:

... como as pessoas existem para as outras e são determinadas essencialmente como trabalhadores, deixam de ser mera existência, mero em-si ou estado factual, mas determinam-se a si próprias mediante o que fazem e mediante a relação que reina entre elas, ou seja, a relação de troca (Adorno, 2008, p. 110).

A sociedade se define empiricamente pela relação entre pessoas, muito diferente do que faz Durkheim ao hipostasiar a sociedade como uma realidade de segundo grau. Por outro lado, Adorno mostra que também seria absurdo compreender a sociedade a partir de indivíduos isolados. Para Adorno, “o conceito de sociedade pode ser pensado justamente como uma relação mediada e mediadora entre os homens isolados e não como um mero aglomerado” (Adorno, 2008, p. 110). Neste sentido, a sociedade contém em si ambos os momentos, não sendo assim a mera soma ou aglomeração de indivíduos e, tampouco, um conceito absoluto e totalizante, acima das relações sociais. Só existem indivíduos em referência à sociedade em que vivem. Só existe sociedade mediada por indivíduos, como afirma Adorno 2008, p. 120),

não há sociedade sem que seu próprio conceito seja mediado pelos indivíduos, pois o processo pelo qual ela se preserva é, afinal, o processo de vida, o processo de trabalho, o processo de produção e reprodução que se conserva mediante os indivíduos isolados, socializados na sociedade.

Além da relação entre sujeito e objeto (agência e estrutura), existe outro modelo epistemológico que é necessário pautar na análise da sociedade: a dinâmica social, ou a relação processual e histórica da sociedade. Para Adorno, na dinâmica social estão as relações de poder, o controle social e, principalmente, o conflito social. A dinâmica da sociedade está associada ao processo histórico da sociedade capitalista (Adorno, 2008, p. 121).

A dinâmica da sociedade capitalista pode ser entendida na forma da expansão econômica, o que gera como resultado a sua conservação. Para Adorno, a sociedade

só pode ser entendida a partir do seu significado atual e não de um conceito abstrato. Dessa forma, a dinâmica social está relacionada ao processo material histórico desenvolvido a partir das relações de trabalho e condicionadas por um processo de dominação encadeado por classes dentro do sistema produtivo. Esse entendimento sociológico é possível pela aproximação com a economia política, o que faz a sociologia crítica se distanciar do entendimento de dinâmica social da sociologia positivista (Adorno, 2008, p. 122). Sendo assim,

O conhecimento histórico não é algo à margem da Sociologia, mas algo que nela é central; a posição conferida à história é uma diferença decisiva entre todas as que são essenciais para distinguir uma teoria crítica da sociedade, representada prototipicamente pela teoria marxista, e a Sociologia no sentido restrito, tal como criticado por Habermas e tal como procurei caracterizá-la ainda uma vez em nossa última aula (Adorno, 2008, p. 328).

Na tentativa de não fazer a teoria crítica ser confundida com as teorias holistas, Adorno mostra que o conceito de totalidade não é uma “comunhão imediata” que integra todas as pessoas, mas é condicionado pela diferenciação, ocasionada pela separação dos indivíduos na divisão do trabalho da sociedade capitalista (Adorno, 2008, p. 127). Dessa forma, “A totalidade só se constitui pelo interesse antagônico dos indivíduos, o que coloca no movimento racional da totalidade, a irracionalidade enquanto princípio da agência humana” (Adorno, 2008, p. 128).

Logo, o irracionalismo dos interesses individuais se confronta com a racionalidade da estrutura social e suas instituições. Dito de outra forma, para Adorno (2008, p. 129), a integração social é acompanhada pela desintegração social. O fascismo é um exemplo disso, pois, aparentemente, a sua integração era totalizadora, mas, mesmo sobre um regime totalitário, havia um intenso combate entre os diversos grupos sociais da época (Adorno, 2008, p. 130).

A categoria de indivíduo é uma categoria social. Para Adorno, o homem individual é uma abstração que faz parte do nexos social e a individuação está inscrita em condições sociais que separam o indivíduo da sociedade (Adorno, 2008, p. 267). Ele ressalta ainda que o nexos da sociedade moderna reproduz, pela conformação, a condição do individualismo, enquanto uma categoria constituída pelas relações de troca estruturantes do nexos social. Nas palavras de Adorno (2008, p. 269),

Em todo caso fica claro aqui que o momento coletivo, o momento social, se impõe justamente na camada mais profunda do indivíduo, na camada mais profunda da individuação, ou seja, aquela que é inacessível à dinâmica pulsional individual.

No entanto, o nexos social contraditório da sociedade capitalista gera estruturas que são reproduzidas nas relações que os indivíduos estabelecem entre si. Se a lógica da sociedade capitalista é baseada na desigualdade, no racismo e na segregação, ela será estruturada inconscientemente nos indivíduos que, subjetivamente, reproduzem essas estruturas.

De maneira geral, Adorno reconhece que a subjetividade humana, enquanto “processo psicológico”, só pode ser compreendida no âmago do momento social em que está inscrita e só assim pode ser inteligível. Sendo assim, “(...) o homem individual de que a Psicanálise se ocupa é uma abstração diante daquele nexos social com que os indivíduos individualizados se encontram” (Adorno, 2008, p. 266).

Na psicanálise de Freud, quanto mais se investiga a profundidade da psiquê, mais se encontra a sociedade intrínseca a estes fenômenos. A individuação é, assim, um processo social. Mas, Adorno discorda das considerações freudianas de que não há variabilidade, mostrando que os fenômenos psíquicos se repetem iguais em todos os seres humanos.

Isso justamente por causa da pretensa invariabilidade e constância do eu idêntico em todos os homens. Além disso (em segundo lugar), que essa teoria, justamente porque se deparou no indivíduo com a “herança arcaica” dele, tende a considerar os próprios homens como em grande medida invariáveis — e nisso aliás é reforçada desde a Pré-história até hoje — e em decorrência disso tende a ver até mesmo as relações de dominação social como inevitáveis, como única possibilidade de uma dissolução socialmente aceitável do chamado complexo de Édipo (Adorno, 2008, p. 270).

Diferentemente de outras sociologias, a teoria social da Escola de Frankfurt desde o início procura compreender os processos psicológicos dentro do social. Ou seja, entender o processo de individuação a partir das estruturas psicológicas dos indivíduos é um elemento fundante na dialética entre indivíduo e sociedade (Adorno, 2008).

O *supereu* freudiano é, assim, uma “agência da sociedade” na medida em que carrega em si os mecanismos necessários para a socialização. O *supereu* enquanto instância psíquica exerce um papel mediador no processo de socialização, isto é, tem a finalidade de interiorizar as normas sociais através de mecanismos psicológicos (Adorno, 2008).

Apesar de compreender que a psicanálise ajuda na compreensão do sujeito, Adorno entendia que, sem o devido cuidado, as teorias psicanalistas podem levar ao entendimento da formação da personalidade como uma determinação natural e

generalista que impede a observação da ação humana. Assim, de acordo com Bloch (2017), Adorno compreendia que a relação do sujeito com o mundo à sua volta não é dependente da mediação por leis psicológicas, pelo contrário, na sua compreensão existe uma relação profunda da sociedade na formação da personalidade e das estruturas psíquicas (Bloch, 2017).

Adorno, conseqüentemente, foge de uma visão determinista do inconsciente, compreendendo a relação da agência com a estrutura dialeticamente, fortalecendo a convicção de que a agência não é completamente autônoma, mas, por outro lado, não é completamente estruturada pela sociedade, gerando a possibilidade de transformação. Em outras palavras,

A conclusão de Adorno esboçava uma concepção dialética da relação psicossocial, de acordo com a qual tanto a psicanálise quanto a teoria social apontavam para as limitações da autonomia humana, mas também as possibilidades de liberdade, sob as condições socioeconômicas modernas (Bloch, 2017 p. 19) (tradução nossa).

O inconsciente seria, então, um mediador entre a subjetividade individual e os processos sócio-históricos. Adorno compreende, dessa forma, que o desmascaramento do inconsciente se revela enquanto um processo emancipador, se descolando do determinismo psicológico e observando a ação não como um fenômeno autônomo e isolado, mas estruturado pela dinâmica da sociedade capitalista, portanto,

Em particular, através de sua “desmistificação do inconsciente”, a psicanálise fornecia recursos para uma crítica social e política das filosofias vitalistas do inconsciente, pavimentando o caminho para uma concepção mais adequada da relação psicossocial (...) (Bloch, 2017 p. 20) (tradução nossa).

Adorno esclarece que a sociologia precisa ser pensada dialeticamente para compreender as tensões entre as categorias indivíduo e sociedade, opostas, mas complementares. O conflito seria algo intrínseco à dinâmica relacional da sociedade, materializado no processo histórico.

A abordagem de Adorno, apesar de não ter a mesma tradição no debate teórico-metodológico das Teorias Sociológicas Contemporâneas, traz várias características que a aproximam das teorias relacionais/sintéticas. Adorno defende uma sociologia dialética de tradição marxista, que compreende a relação entre indivíduo e sociedade no âmbito de uma tensão dialética. A estrutura da sociedade capitalista funciona como uma máquina alienante que coisifica os indivíduos dentro das relações de troca, na forma de mercadoria, e impossibilita a plena realização da

ação humana. Esses elementos coercitivos são introjetados nos indivíduos pelo processo de socialização, que produz personalidades e gera no inconsciente uma estrutura que possibilita o agir humano. A ação humana teria assim um duplo caráter, de reprodução e de emancipação na forma da práxis. Entretanto, as pesquisas com a personalidade autoritária propiciaram a Adorno enxergar a socialização enquanto um processo que gera sofrimento na forma das neuroses, pois a sociedade capitalista promete a liberdade, mas não a entrega. Logo, a dialética entre a subjetividade e o processo histórico tem como resultado uma socialização alienante que nutre a conformação acrítica da estrutura social e gera, ao seu modo, as condições para uma mediação unidimensional, na qual a capacidade emancipatória da ação humana é esquecida, em prol da predisposição a ações autoritárias ou legitimadoras do autoritarismo.

Portanto, a dinâmica contraditória do capitalismo desenvolvido no Brasil forma uma legitimação superficial da democracia. O véu das instituições democráticas não consegue esconder a base social autoritária, historicamente fundamentada nas contradições da sociedade brasileira. Essa formação cultural transcende as agências de socialização e reproduz valores antagônicos que se refletem nas relações intersubjetivas. Compreender a individuação autoritária em jovens com idade escolar é uma forma possível de investigação desse fenômeno multifacetado e gera a necessidade de se discutir melhor o conceito de juventude para clarificar as nuances dos sujeitos dessa pesquisa.

2.3 SUBJETIVIDADE AUTORITÁRIA ENTRE JOVENS

Entendendo a dialética entre as relações de troca capitalistas e a formação subjetiva dos indivíduos, é possível compreender que a cultura juvenil no Brasil está profundamente entrelaçada pelos conflitos estruturais da sociedade brasileira. Estudar o autoritarismo entre estudantes de Ensino Médio do IFPR, dessa forma, nos coloca diante dos jovens enquanto sujeitos e da juventude enquanto categoria sociológica. O conceito de juventude não será esmiuçado nesta tese, mas se faz necessário compreender os significados deste conceito. Juventude é uma categoria social formada por relações sociais que se modificam conforme o processo histórico de determinada sociedade (Groppo, 2017). Isso significa que o que se considera

“juventude” varia conforme a época, a sociedade, a classe social, o gênero e outros fatores.

Observando as condições sociais de cada época, atualmente a juventude pode ser entendida, de maneira formal, por dois indicadores de faixa etária, o da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o da Organização Mundial da Saúde (OMS) (Araújo; Lima, 2016). Para a UNESCO, a juventude se estabelece entre os 15 e 29 anos de idade, enquanto para a OMS, ela está localizada entre os 15 e 24 anos de idade (Araújo; Lima, 2016). No Brasil, o Estatuto da Juventude delimita a faixa etária seguindo os parâmetros da UNESCO, observando um processo de extensão temporal no reconhecimento das juventudes que está ligada aos aspectos culturais da sociedade contemporânea (Groppo, 2017). Se por um lado a juventude é entendida como uma categoria, por outro temos os jovens que são os sujeitos nela implicados (Arantes e Silva, 2018). A sociologia, por sua vez, não se apega apenas às definições das instâncias públicas, ela procura também observar a juventude pelos processos sociais que se formam nas transições etárias e afetam os jovens durante o curso da vida (Groppo, 2017). A juventude pode então ser definida como um *status* intermediário entre a infância e a vida adulta, na qual os indivíduos possuem uma autonomia relativa diante da sociedade (Groppo, 2017). Seguindo esse princípio, a juventude é uma categoria sócio-histórica relacionada com o *status* que os indivíduos adquirem a partir de uma idade delimitada pelas regras e leis de uma sociedade, mas que ainda não possuem autonomia completa e vivem sobre certa dependência perante a família e demais instituições sociais. Consequentemente, o conceito de juventude é determinado por processos históricos, fruto das mudanças sociais da modernidade e da sociedade industrial e pode ser alterado pela dinâmica das relações sociais (Peralva, 1997). Para Groppo (2017), a necessidade de institucionalizar a cronologização do curso da vida é uma característica das sociedades modernas, que procuram delimitar os marcadores de transição etária para que exista uma relação linear no atendimento dos indivíduos nas instituições públicas, ou seja,

Marcariam o ingresso na vida adulta dados os eventos mais ou menos simultâneos: o fim da escolaridade, a entrada no mundo do trabalho, o casamento, a vinda dos filhos e a formação de um lar próprio. Marcadores que subsistem, atualmente, mais como padrões de referência do que como práticas concretas possíveis ou desejadas para grande parte dos que vivem a condição juvenil (Groppo, 2017, p. 14).

Todos esses eventos de transição constituem a forma encontrada nas sociedades para ressignificar as transformações biológicas e psicológicas dos indivíduos. Por essa razão, Peralva (1997) ressalta que a juventude já foi conceituada em outras sociedades, mas o que diferencia a juventude moderna das sociedades antigas são as particularidades das relações sociais que envolvem os jovens e também a infância (Peralva, 1997, p. 16). Dessa forma, mesmo tendo um padrão universal, baseado nas transformações biológicas e psicológicas, a juventude é socialmente referenciada seguindo os costumes de cada sociedade (Dayrell, 2003).

O conceito de juventude pode ser constantemente redimensionado a partir de diversos fatores decorrentes da estratificação social, como raça, classe social, gênero, religiosidade, entre outros, o que indica que o conceito é melhor definido no plural, evitando assim um entendimento padronizado e linear que pode ser concebido com o conceito no singular (Araújo, 2016). Para Dayrell (2007), as juventudes que frequentam a escola pública pertencem, geralmente, às classes mais baixas, formando um processo desigual, no entanto, as visões de mundo, angústias e dilemas sociais podem ser compartilhados por jovens pertencentes a outras camadas sociais (Dayrell, 2007). Dessa forma, o termo juventudes se apresenta com uma complexidade que o impede de ser tratado meramente como um elemento etário na construção das identidades sociais; ele, por outro lado, está associado a processos sociais e culturais que reforçam a condição juvenil (Dayrell, 2007).

A condição juvenil se refere ao contexto social no qual o jovem está inserido, ou seja, uma situação vivida diante das desigualdades sociais, o que permite observar o imbricamento da dimensão simbólica com as relações materiais (Dayrell, 2007, p. 1108). É um conceito que compreende a socialização como um processo relacional; nesse sentido, as transformações econômicas e sociais geram múltiplas dimensões e esse processo é refletido e mediado pelos jovens. Seguindo esse raciocínio, as agências de socialização estariam em um processo de declínio gerado pelas contradições da sociedade, dividindo a sua responsabilidade com outras instâncias e provocando uma multiplicidade de processos de identificação (Dayrell, 2007).

Dessa forma, é possível compreender que o declínio da instituição familiar, apontado pelos frankfurtianos no início do séc. XX, seria acompanhado de outras instâncias no séc. XXI como a escola. Isso não significa que elas perderiam a capacidade de socializar, mas que elas tenderiam à descentralização, dividindo o seu

papel socializador com outras instâncias e ficando abertas às dinâmicas do social, como afirma Dayrell (2007, p. 1115),

Tal processo caracteriza-se pelo desmoronamento dos muros que garantiam uma autonomia das instituições, tornando difícil distinguir o dentro e o fora, com os contornos cada vez mais tênues. É a mídia que penetra e interfere em todos os espaços institucionais; é a família que se mostra cada vez mais permeável às influências do consumo e seus apelos (...).

O autoritarismo, enquanto um reflexo das relações contraditórias do social, permeia todas as instituições de socialização e concorre com outros valores, por vezes contraditórios, e que juntos formam os condicionantes pelos quais os jovens formam seus valores pela sua capacidade de mediação. O desmoronamento dos muros impede que essas agências sejam completamente autônomas diante das contradições da sociedade capitalista, aumentando assim as disputas ideológicas na formação dos valores. A escola é a instituição pela qual as políticas de Estado interferem na formação dos indivíduos e, por isso, o controle dela é disputado pelos movimentos autoritários que veem nela uma forma de consolidar a sua hegemonia.

O surgimento da escolarização, enfatizando a separação entre adultos e crianças, foi importante para a consolidação do Estado Moderno. Com a escolarização proveniente do modelo burguês, ocorre também a divisão entre escola e mundo do trabalho, na qual crianças e adolescentes ficam isoladas das dinâmicas das relações produtivas por um período, gerando assim um marcador na delimitação da maioridade e minoridade institucional (Peralva, 1997). Segundo Lima (2023), a educação tem um papel fundamental para o Estado, influenciando na aquisição de valores cívicos, como a participação política. As escolas servem como instituições socializadoras, que impactam no engajamento político e na formação de uma personalidade cívica.

No Brasil, esse modelo de educação burguesa ficou restrito às famílias de classes altas e médias até o final do século XX, período no qual começou a universalização da educação escolar (Dayrell, 2007). Os estudantes que entraram a partir da década de 1990, tornaram mais explícitas as desigualdades sociais e ampliaram o problema da definição do objetivo formativo da escola, que antes estava voltada para uma preparação para a universidade e que agora se vê com objetivos diluídos na expectativa de formação profissional (Dayrell, 2007). Com a descentralização da autonomia escolar, a escola é inserida numa disputa desigual pelo monopólio cultural na socialização estudantil (Dayrell, 2007). Mesmo sendo ainda central para a obtenção de diplomas, que são importantes para a mobilidade social, a

escola disputa a cultura com a comunicação de massa e as mídias sociais, que reforçam cada vez mais os padrões desiguais das relações de troca da sociedade capitalista.

As desigualdades, somadas à reprodução da cultura política autoritária, ajudam a explicar a desconfiança do brasileiro quanto à democracia e suas instituições (González; Baquero; Grohmann, 2021). Entre os jovens essa desconfiança é medida pelo desinteresse pela política, que permanece alto desde os anos 1980 com média em torno de 60% (Baquero; Baquero; Moraes, 2016, p. 85). Dados da pesquisa Nupesal de 2016, realizada nas três capitais dos estados da região Sul do Brasil, (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba), acrescentam que o amplo desinteresse está associado à desconfiança sobre informações políticas divulgadas pela internet, com valores acima de 50% em todas as cidades pesquisadas (Baquero; Baquero; Moraes, 2016, p. 85). No entanto, no mesmo estudo, questionados sobre as motivações que os levam a utilizar a internet, os jovens revelaram que a experiência virtual é majoritariamente dedicada ao entretenimento, em detrimento da informação, e que os jovens de classes mais pobres tendem a utilizar a internet mais para o entretenimento que os jovens de classes médias e altas. Mesmo sendo alto o uso dedicado para o divertimento em todas as classes pesquisadas, é possível identificar a correlação entre rendas mais altas com o aumento da utilização da internet como fonte de informação (Baquero; Baquero; Moraes, 2016, p. 87-88). Os autores sugerem que a influência da família e da escola ainda estão presentes na formação política dos jovens e o uso da internet se mostra com efeitos menos aparentes, e que induzem baixa expectativa de participação política, mantendo os padrões culturais tradicionais com menor assertividade (Baquero; Baquero; Moraes, 2016).

Em outra pesquisa realizada pelo mesmo grupo, a partir de entrevistas em profundidade, foi constatada a influência da internet na intolerância política, sendo percebida pelos jovens como instrumento de discursos violentos, ódio e impunidade (Moraes; Baquero, 2018). Os autores salientam que a tolerância ou intolerância política é perceptível em qualquer sociedade, o que a internet faz é possibilitar o aumento da polarização política e do acirramento de opiniões, dificultando a formação de uma cultura democrática e aumentando a probabilidade de opiniões e comportamentos autoritários.

A internet se coloca, portanto, como uma importante instância socializadora. A população brasileira tem índices altos de acesso à internet, 84% dos indivíduos com

mais de 10 anos são usuários da internet, segundo o relatório TIC domiciliar do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2025) Segundo o relatório “TIC Kids Online Brasil 2023” (CGI.br, 2023), atualmente 25 milhões de jovens com idades entre 9 e 17 anos se conectam regularmente à internet, caracterizando 95% da população nessa faixa etária⁹. O celular é o dispositivo mais utilizado para a conexão com 97%, em segundo vem a televisão com 70% dos usuários jovens, e em seguida os computadores com 38%. 20% das crianças e adolescentes utilizam apenas o celular como ferramenta de conexão. A desigualdade de renda acompanha esses números, mostrando que as classes D e E têm o menor percentual de uso do computador (15%), o menor uso de TV (54%), e o celular é o único dispositivo de acesso à rede para 38% desses jovens. Os dados revelam a centralidade do uso do celular como principal meio de interconexão e mostram também as desigualdades socioeconômicas que permeiam esse cenário. O fato de que 95% dos jovens estão regularmente conectados à internet é um indicativo claro de uma penetração das tecnologias digitais, beirando a universalização dessa faixa etária.

A internet não é mais apenas um recurso complementar, mas um componente central da vida cotidiana dos jovens, influenciando desde o entretenimento até a educação e as interações sociais. Porém, 20% dos jovens utilizam apenas o celular para se conectar à rede, o que implica na qualidade da conectividade, limitando a possibilidade de utilização de ferramentas mais potentes como o computador, que são indispensáveis para tarefas produtivas ligadas ao trabalho e à educação.

A digitalização das experiências vividas dos jovens é constatada por Reis e Dayrell (2020), que observam o ciberespaço como uma “matriz cultural”, um espaço de conexão pelo qual se manifestam todas as outras agências de socialização. A imersão na internet não provoca um rompimento com a realidade *off-line*, mas sim possibilita a interconexão das relações sociais num processo fluido entre mundo *on-line* e *off-line* (Reis; Dayrell, 2020). O nascimento numa sociedade digitalizada insere a criança num processo amplo de individuação mediada pela lógica das redes. A experiência vivida é ressignificada pela interconectividade permanente, isto é, as relações sociais que ocorriam em momentos específicos, como a vivência na escola,

⁹ Um dos motivos que podem ter impulsionado essa disseminação foi a Pandemia de Covid-19, pois todas as redes de ensino precisaram se adaptar ao ensino remoto, empurrando os adolescentes e jovens para um aumento da imersão *on-line*, o que gerou muitos problemas, principalmente nas redes públicas, acentuando a desigualdade e dificultado o aprendizado (Lima, 2023; Piovani *et al.*, 2024).

as reuniões em família ou entre amigos, ocorrem simultaneamente nas redes sociais com a comunicação em tempo real. Existe, assim, uma dualidade entre o mundo real e virtual que não permite que eles sejam observados em separado (Reis; Dayrell, 2020).

Além dessa experiência dialética entre real e virtual, esse processo gera a autossocialização, ou seja, os indivíduos se relacionam com menos regras e tabus do que na vida real (Gonçalves; Baquero, 2018, p. 83). Assim, os jovens se tornam mais independentes, assumindo o controle de sua socialização e desvirtuando o papel dependente que possuem na relação com a família e com as outras instituições de socialização, como a escola (Gonçalves; Baquero, 2018). Dessa forma, jovens que estão em processo de amadurecimento e de consolidação do caráter, podem sofrer uma influência importante na formação da identidade, inclusive política.

Para Gonçalves e Baquero (2018), a adolescência é o momento de questionamento, no qual os jovens começam a perceber as regras à sua volta e questioná-las, todavia também é uma fase de descobertas, nas quais as experiências em grupos de amigos serão importantes no desenvolvimento da identidade. É pela pressão do grupo que ocorrem as mudanças de comportamento dos jovens, pois, na ânsia de obterem o “respeito dos pares”, eles assimilam novas regras e padrões de comportamento pela expectativa de aceitação. Sendo assim,

A influência dos pares pode ser positiva ou negativa. A influência dos pares envolve diferentes esferas da vida do jovem: eles controlam o que o jovem veste, a cultura que consome e o que compra. As normas sociais estabelecidas pelos seus pares direcionam suas escolhas a respeito do que valoriza e do que escolhe na vida (Gonçalves; Baquero, 2018, p. 85).

Essa influência é acentuada pelo espaço virtual, por causa da imersão *on-line* e da comunicação permanente com os grupos de amigos. Os jovens, assim, podem assumir riscos, influenciados pelas amizades, para obter recompensas imediatas e novas experiências (Gonçalves; Baquero, 2018). Consequentemente, num ambiente no qual as regras e controles parentais e estatais estão suspensos, os jovens ficam predispostos a consolidar a identidade autoritária, tanto pelo reforço cultural da exposição a uma cultura não acostumada com a memória democrática, como pela exposição à divulgação massiva de informações e a possibilidade de se relacionar com grupos de ódio radicalmente inclinados à violência.

No relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil”, é observado que os grupos de ódio de extrema direita se organizam pela internet e são

formados, majoritariamente, por jovens. Esses grupos são responsáveis por influenciar jovens na prática de ataques violentos, tendo como alvo minorias, mulheres, negros e, em especial, as escolas (Grupo Temático de Educação Equipe de Transição Governamental, 2022). Esses grupos se caracterizam por serem minoritários dentro do movimento amplo que caracteriza a extrema direita, formando, assim, subculturas que sobrevivem anonimamente em fóruns na internet e divulgam suas ideias em diferentes plataformas digitais (Castelli Gattinara; Pirro; 2018). O perfil dos jovens que participam desses grupos é formado, predominantemente, por homens, brancos e heterossexuais. Dessa forma, tanto o racismo como a misoginia formam a base ideológica desses movimentos (Grupo Temático de Educação Equipe de Transição Governamental, 2022). Como esses grupos de ódio vivem no submundo das redes, eles utilizam estratégias amplas de divulgação e recrutamento, atingindo as redes sociais e, principalmente, as comunidades *gamers*. Os métodos variam pelo uso do humor, a estética da violência, a memética baseada na Trollagem e os jogos *on-line*. Os principais exemplos desses grupos são os “incels” (celibatários involuntários) e os supremacistas brancos. Na Europa, o nativismo forma uma das principais bases ideológicas da extrema direita, gerando as bases para a xenofobia moderna e os ataques contra imigrantes e refugiados (Castelli Gattinara; Pirro, 2018). Com essas técnicas de propaganda e convencimento, esses grupos têm conquistado espaço no mundo todo, sendo assim,

Nessa perspectiva, o crescente uso das comunidades de “gamers” e dos chats de conversa em “games” têm funcionado como mecanismo de “sedução” de jovens de todo mundo, a fim de angariar simpatia a ideias de extremismo de direita, de forma ainda mais intensificada durante o período da pandemia da Covid-19. Quando a simpatia é manifestada nesses “chats” públicos, há um convite para a migração para espaços de mensageria, tais como o Telegram e o WhatsApp (Grupo Temático de Educação Equipe de Transição Governamental, 2022, p. 18).

As subculturas de extrema direita se autodenominam “antissistema”, pois afirmam rejeitar os valores do que consideram como cultura dominante, característica que é geralmente direcionada para o inimigo comum (O'Malley; Holt; Holt, 2020). Dessa forma, as mulheres, os imigrantes, a população negra, e outras minorias, são entendidas como culturas dominantes que fazem parte do sistema; o sistema de valores é formado, assim, pela disputa por poder, que consideram escasso. Os jovens percebem, no anonimato dos fóruns *on-line*, a sensação de segurança e liberdade para expressar preconceitos de maneira mais visceral, sem, contudo, serem

incomodados pelas regras e pela rejeição social que sofreriam em espaços *off-line* (O'Malley; Holt; Holt, 2020).

A forma como os fóruns funcionam, com histórico de postagens em assuntos determinados, induz a uma relação inicialmente impessoal, com a leitura do histórico de postagens como princípio modulador da sensação de pertencimento. O processo ocorre como uma escada, na qual os jovens sobem degrau por degrau do extremismo. No primeiro degrau existe a percepção de ser injustiçado pelo “sistema”; no próximo degrau ocorrem as ações contra o inimigo que são compartilhadas no grupo como demonstração de força e superioridade, quanto mais as ações são extremadas e potencialmente violentas, mais os membros se inserem na rede (O'Malley; Holt; Holt, 2020, p. 5-6). Portanto, a socialização política em ambientes *on-line*, ao mesmo tempo que possibilita um espaço de autossocialização e compartilhamento de experiências entre os jovens, por outro, assegura um espaço favorável para a disseminação da cultura autoritária e violenta de extrema direita.

Concomitantemente, a suspensão das regras das instituições sociais, ocasionada pela autossocialização *on-line*, tem a tendência de diminuir nos jovens a capacidade de identificação com a autoridade e a apropriação de princípios éticos. Como observado na teoria frankfurtiana, essa dificuldade aumenta, dialeticamente, a defesa raivosa dos valores convencionais, bem como a tendência de projeção da frustração sobre adversários políticos e a realização projetiva do desejo afetivo sobre líderes autoritários. A uniformização de valores e personalidades já era observada por Adorno e seus pares como uma consequência da padronização da indústria cultural (Rouanet, 1983; Adorno, 2019).

Com as tecnologias atuais, que permitem um fluxo permanente de informação vertendo entre as instâncias de socialização, observa-se, ao invés do crescimento da autonomia, o aumento da padronização de valores estereotípicos. Se a estereotipia impede as experiências concretas, gerando visões de mundo distorcidas e alienadas, com a interconectividade permanente essa distorção é potencializada, pois os indivíduos, imersos em seus smartphones, evitam, inclusive, o contato visual com o mundo ao seu redor e confinam a experiência ao microcosmo que cabe na sua mão.

Até agora, foram apresentados os pressupostos teóricos que pavimentaram o presente trabalho. Dessa forma, foi salientado o desenvolvimento do conceito de autoritarismo e personalidade autoritária dentro das pesquisas desenvolvidas pela Escola de Frankfurt. A trajetória desse processo analítico foi importante para

compreender tanto o desenvolvimento da teoria relacional dos frankfurtianos, como para entender o desenvolvimento do instrumento de pesquisa que foi utilizado para identificar as convicções autoritárias e que foi adaptado para ser utilizado na pesquisa com os jovens do IFPR. Foi dado um enfoque distinto para a teoria social de Theodor Adorno. A sociologia crítica e relacional de Adorno foi vista como resultado coletivo dos fundadores do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, influenciada por pensadores como Horkheimer, Fromm, Marcuse, entre outros. Apesar de Adorno ter sintetizado esses conceitos em vários escritos, não havia uma sistematização de sua teoria sociológica relacional. A discussão do capítulo buscou, dessa forma, identificar em suas obras os elementos de uma teoria relacional crítica, que permitissem entender o processo de socialização na formação política dos jovens.

Adorno explorou a individuação como subjetividade socialmente estruturada, enfatizando a resistência por meio do isolamento individual e da consciência moral contra a anulação social (Moraes, 2006). Ou seja, Adorno viu a socialização moldada pelas relações de troca capitalistas e enfatizou o impacto das forças sociais na identidade individual. A formação social da subjetividade é contraposta pela noção de indivíduo e sua capacidade de consciência que resiste na tentativa de alcançar a autonomia, o que indica que o processo de internalização das regras morais da sociedade é acompanhado de sua possível desintegração. Melhor dizendo, a sociedade impõe sua estrutura sobre o indivíduo, que a reinterpreta conforme suas próprias vivências. Isso quer dizer que a internalização de valores autoritários disseminados na cultura política de um país não é unívoca, pois depende da formação da consciência individual, que possui o papel de mediação. Porém, com o tensionamento institucional dos movimentos autoritários, as estruturas democráticas são abaladas e perdem a relevância, enquanto, por outro lado, os mecanismos de propaganda informacionais operam no sentido oposto, de estimular o aumento da irracionalidade e o enfraquecimento da racionalização, com a finalidade de apagar o indivíduo nas massas e movimentos.

O capítulo também discutiu a socialização política das juventudes. A digitalização das experiências dos jovens foi destacada, entendendo a internet como uma “matriz cultural” que conectava diversas agências de socialização (Reis; Dayrell, 2020). A imersão na internet não rompe com a realidade off-line, mas permite uma interconexão contínua entre o mundo on-line e off-line. Esse processo também resulta na autossocialização, onde os jovens assumem maior controle sobre suas relações,

com menos regras e tabus (Gonçalves; Baquero, 2018), o que aumenta o risco da propensão ao autoritarismo. Como consequência, a alta imersão on-line de crianças e jovens reforça o risco da socialização autoritária pela exposição a conteúdos de ódio e a possibilidade de recrutamento em grupos ligados às subculturas violentas de extrema-direita.

Dessa forma, as dinâmicas do processo de socialização e suas contradições serão melhor entendidas com o detalhamento da pesquisa que foi realizada com os jovens estudantes do IFPR. Com a análise dos dados será possível interpretar melhor o autoritarismo na expressão dos valores juvenis.

3 METODOLOGIA

O caminho teórico traçado anteriormente, permitiu compreender o autoritarismo enquanto um processo estrutural da sociedade capitalista que está balizado dialeticamente na formação da subjetividade. Nesse sentido, para compreender a predisposição ao autoritarismo entre jovens foi necessário elaborar um instrumento que fosse coerente com a sociologia dialética adorniana e ao mesmo tempo atualizasse a problematização da forma autoritária de nossa época. Nesse sentido, este capítulo descreverá o percurso metodológico que organizou a pesquisa e os caminhos para viabilizá-la

Esta pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da Universidade Estadual de Londrina nº 76814623.1.0000.5231 e pelo Comitê de Ética do Instituto Federal do Paraná nº 76814623.1.3001.8156. A metodologia é quantitativa e se baseia em um levantamento de dados, organizado a partir de um questionário fechado, distribuído por formulário *on-line* para os estudantes secundaristas de 26 campi do IFPR.

O questionário foi elaborado com questões de múltipla escolha sobre condições sociais, econômicas, familiares e cultura digital. No questionário foram dispostas três escalas Likert para medir o grau de propensão a valores autoritários, valores neoliberais e meritocráticos e, por último, valores democráticos. Os questionários, baseados em escalas no método Likert, foram formados por assertivas, nas quais jovens responderam concordando ou discordando. Dessa forma, a pontuação dos indivíduos foi elaborada somando-se os pontos de cada afirmativa e gerando um escore geral individual, que serviu de base para formar uma medida do grupo estudado.

As escalas foram elaboradas com 6 opções de concordância, sem o ponto neutro, com a finalidade de manter uma suavidade na gradação dos itens, tornando-os mais sensíveis. A escolha de escalas no formato par procura manter fidelidade aos estudos sobre autoritarismo baseados na pesquisa de Adorno, que eliminam o neutro, a fim de obter maiores nuances das respostas (Jay, 2008; Crochík, 2000). A pontuação, sendo assim, variou de 1 a 7 (excluindo o 4), “para evitar a tendência neutra das respostas” (Nunes, 2010, p. 73). A pontuação de cada item foi somada para estabelecer a medida de avaliação dos dados, estabelecendo uma pontuação mínima, uma máxima e a média.

Nesta pesquisa foram elaboradas três escalas, uma que avalia a propensão ao

autoritarismo, uma escala que mede o apoio à democracia, e por último uma escala que indica o apoio à ideologia neoliberal-meritocrática. A primeira escala se divide em três dimensões: submissão à autoridade, agressividade autoritária e convencionalismo, e teve como referência a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 1997, que se baseou em Crochík (2000), reduzindo de 40 para 28 os itens utilizados em “A Personalidade Autoritária” publicada por Adorno et al., nos anos 1950 (Crochík, 2000; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017). O FBSP, por sua vez, reduziu os itens para 15 e acrescentou mais duas afirmativas, formando ao todo 17 itens dentro da escala. Das duas assertivas adicionadas, uma diz respeito à dimensão religiosa e outra ao preconceito contra pobres. Essa redução de assertivas foi utilizada em nossa pesquisa com o acréscimo de mais 4 itens de autoria própria na dimensão convencionalismo. Por último, todas as assertivas foram revisadas para melhorar a compreensão de estudantes de nível médio, formando ao todo 21 itens na escala de autoritarismo.

Com sete itens, a escala de propensão a valores democráticos foi inserida nesta pesquisa, para medir a tendência de apoio à democracia. Ela foi fundamentada nas pesquisas do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) e *World Values Survey* (WVS), e seguiu a mesma métrica de concordância da escala Likert de seis opções (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022). Ela foi inserida com a finalidade de servir de contraponto à propensão ao autoritarismo e medir uma possível ambivalência na cultura estudantil. Dos sete itens inseridos no questionário, três estão invertidos com a discordância pontuando mais alto do que a concordância e um item foi alterado para generalizar a situação de aceitação de resultados eleitorais.

Por fim, foi elaborada a escala de propensão a valores neoliberais e à meritocracia contendo oito assertivas. A intenção foi medir a capacidade de adesão às ideias neoliberais que servem de base para a formação hegemônica do capitalismo e o apoio à meritocracia, por expressar valores de segregação entre fortes e fracos, e observar a possível correlação com crenças autoritárias (Gandesha, 2018).

Para compreender a predisposição ao autoritarismo entre os jovens é necessário identifica-los como estudantes e entender em qual instituição estão inseridos. Sendo assim, serão apresentados, em primeiro lugar, alguns apontamentos sobre a constituição dos institutos federais, sobre a formação do Instituto Federal do Paraná e sua estrutura de funcionamento.

3.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008 pela Lei nº 11.892 e constituem uma rede de instituições vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Essa rede foi estabelecida com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional pública no Brasil, integrando os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Atualmente, existem 38 Institutos Federais distribuídos por todos os estados brasileiros, oferecendo cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas em mais de 644 campi.

Entretanto, a história dessas instituições não se limita a esse momento de expansão. Sua trajetória é mais antiga e remonta ao início do século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices por meio do Decreto nº 7.566, de 1909. Dessa forma, compreender esse processo histórico torna-se fundamental.

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices representou um marco para o surgimento da Rede Federal, pois instituiu o primeiro sistema de educação profissional de abrangência nacional. Essa legislação criou uma rede composta por dezenove escolas distribuídas pelo país, que ofereciam o ensino primário, proporcionando conhecimentos de leitura, escrita e cálculo, além da formação técnica em desenho (Cunha, 2005).

Em 13 de janeiro de 1937, foi promulgada a Lei nº 378, que transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional em todos os ramos e níveis. No final do mesmo ano, foi outorgada a Constituição do Estado Novo, que passou a compreender o ensino profissional como responsabilidade tanto do Estado quanto das indústrias, possibilitando a criação de escolas voltadas às classes menos favorecidas e aos filhos dos trabalhadores.

Dessa forma, o Estado reestruturou-se para atender às demandas do setor produtivo, incentivando o processo de industrialização, embora fortemente influenciado pelos interesses ideológicos das classes dirigentes do país (Pacheco; Pereira; Domingos Sobrinho, 2009, p. 4). Esse movimento manteve-se contínuo ao longo da história política brasileira, sendo perceptível na sucessão de leis e decretos que reformularam a educação profissional em diferentes governos.

No contexto do aprofundamento do Estado Novo, em 1941 ocorreu a Reforma

Capanema, que reorganizou todo o sistema educacional brasileiro e atribuiu maior destaque ao ensino profissional, que passou a ser reconhecido como ensino de nível médio. Em consequência, em 1942, as Escolas de Aprendizizes Artífices foram transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer formação profissional equivalente ao ensino secundário. Essa mudança permitiu a equiparação curricular com o ensino regular e possibilitou o acesso dos estudantes ao ensino superior (Brasil, 2019).

Com o fim do Estado Novo e o processo de redemocratização, a educação consolidou-se definitivamente como um projeto de Estado vinculado às estratégias de desenvolvimento econômico e industrialização do país. No Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), a educação já aparecia como um setor estratégico das políticas governamentais, contando com previsão orçamentária específica. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais, adquirindo o status de autarquias com autonomia didática e administrativa (Brasil, 2019). Esse processo fortaleceu a vinculação da Rede Federal aos interesses estatais de formação de mão de obra especializada para sustentar a expansão industrial.

A relação entre as Escolas Técnicas Federais e a produção capitalista intensificou-se durante o regime militar, que atribuiu caráter prioritário à educação profissional. Essa orientação culminou na reformulação do currículo do segundo grau, que passou a ter caráter técnico-profissional por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692/1971). A implementação dessa legislação evidenciou o alinhamento entre os interesses do Estado e as demandas do setor industrial, ampliando significativamente a formação de mão de obra técnica voltada ao mercado de trabalho. Com o expressivo aumento das matrículas, foram criados, em 1978, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) nos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além da educação técnica, os CEFETs passaram a oferecer cursos superiores de tecnologia e de engenharia.

O período de redemocratização inaugurado pela Constituição Federal de 1988 promoveu profundas transformações no sistema educacional herdado do regime militar. Em 1994, a Lei nº 8.948 instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica e, em 1997, o Decreto nº 2.208 determinou a separação entre o ensino médio e a educação profissional, extinguindo os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e priorizando os cursos superiores de tecnologia. Como consequência, ampliou-se o

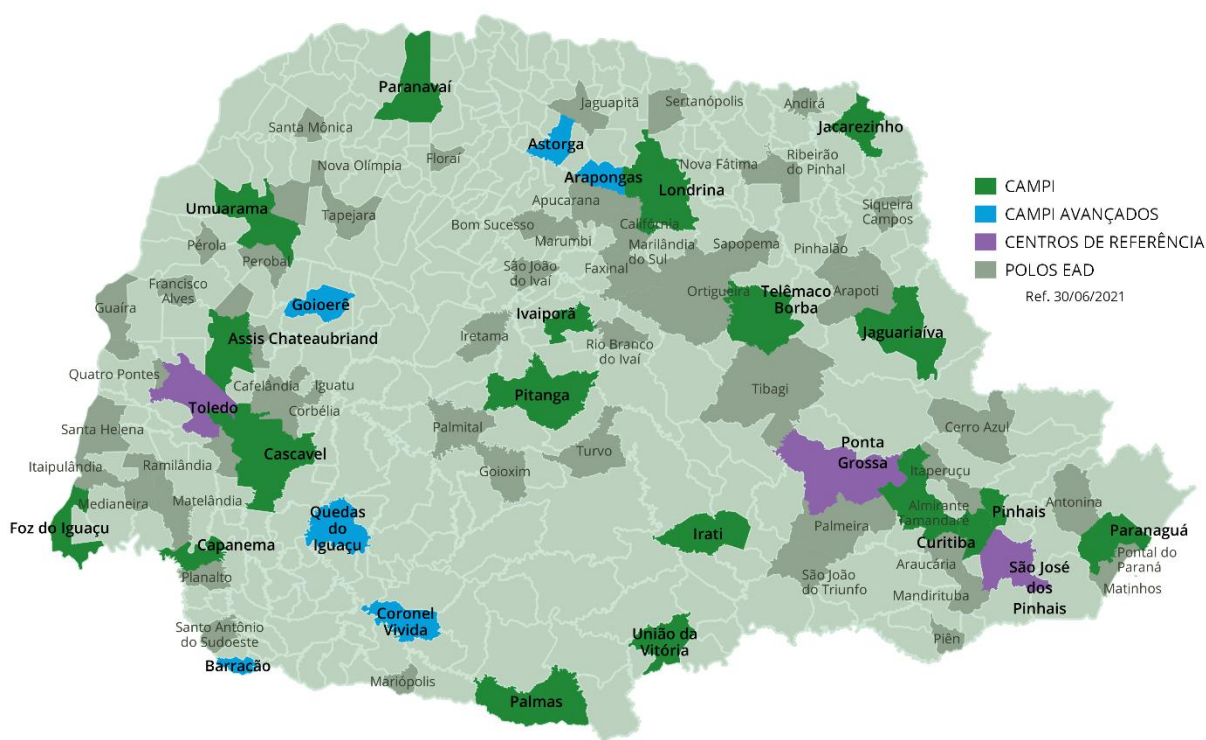
distanciamento entre a educação profissional e a educação básica (Pacheco; Pereira; Domingos Sobrinho, 2009).

Esse distanciamento foi resultado das políticas educacionais implementadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que reformularam a educação sob a influência dos princípios neoliberais. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreram diversas reformulações na organização da educação federal, iniciadas com o Decreto nº 5.154/2004, que restabeleceu a possibilidade de oferta do ensino técnico integrado ao Ensino Médio (Brasil, 2019a).

As políticas educacionais desenvolvidas durante esse período promoveram uma significativa expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, culminando na promulgação da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais e instituiu oficialmente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Nesse contexto, o Instituto Federal do Paraná (IFPR) surgiu como resultado desse processo de expansão. Criado em 2008 a partir da estrutura da antiga Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná, o IFPR consolidou-se como uma instituição multicampi, com unidades distribuídas em todas as regiões do estado, conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 1 - Mapa dos Campi do Instituto Federal do Paraná



Fonte: INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). Conheça os campi do IFPR. Curitiba, 29 dez. 2017. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/mapa-unidades-2/>. Acesso em: 17 jun. 2026.

Como mostra o mapa acima, o Instituto Federal do Paraná faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica composta por várias instituições que funcionam com a mesma estrutura, oferecendo cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, técnicos subsequentes, tecnológicos superiores, cursos superiores nos formatos bacharelados e licenciaturas, além de pós-graduação *lato e strictu sensu* (BRASIL, 2019). O IFPR é, dessa forma, uma instituição pluricurricular e multicampi, composta por reitoria, campus, campus avançados, polos de inovação e polos de educação a distância, sendo obrigado, por força da Lei de Criação dos Institutos Federais, a ofertar um mínimo de 50% das vagas para os cursos de nível médio no formato integrado e garantir o mínimo de 20% para cursos de licenciatura (BRASIL, 2008). Outras modalidades de cursos técnicos e cursos superiores na modalidade bacharelado também fazem parte destas instituições pluricurriculares, porém, destaca-se a relevância dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio dentro da Rede Federal.

Uma das principais finalidades dos institutos federais, elencada na Lei nº 11.892 é “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, p. 04, 2008). Isso significa que todos os cursos deverão ser integrados dentro das instituições, ou seja, os cursos de Ensino Médio Integrado, Técnico Subsequente, Tecnológico, Graduações, Licenciaturas e Pós-Graduações, entre outros, precisam estruturas físicas, corpo docente, projetos de pesquisa, projetos de extensão etc., completamente interconectados. Por isso, os cursos técnicos de Ensino Médio funcionam como uma “micro-universidade” oferecendo aos adolescentes e jovens matriculados experiências de pesquisa, extensão, participação em eventos acadêmicos, e contato direto com os outros estudantes das demais modalidades de ensino. Essa característica torna o Ensino Médio muito diferente do que é ofertado nas redes particular e estadual. Porém, é necessário entender, neste contexto, como o perfil sociopolítico desses estudantes é formado para observar se, num contexto de crise política e crescimento de movimentos de extrema direita, os estudantes expressariam opiniões potencialmente autoritárias.

3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para compreender o perfil autoritário dos jovens foi elaborado um questionário dividido em 9 seções. Na primeira seção foram traçadas informações gerais, com questões para identificar o campus de origem, a cidade de residência, o tipo de curso no qual está matriculado, ano de nascimento e o turno.

As escalas foram aplicadas a partir da segunda seção, com o intuito de evitar a perda de dados decorrente do provável encerramento prematuro da pesquisa no meio do formulário. A escala de propensão ao autoritarismo foi desagrupada e ficou dispersa pelas dimensões, assim elas foram intercaladas entre as escalas de democracia e neoliberalismo. Os títulos das seções não expressaram o objetivo direto das escalas para evitar enviesamento das respostas. Como as dimensões sobre o autoritarismo tratam de temas delicados, os quais podem gerar receio nos indivíduos (Adorno, 2019), procurou-se generalizar os títulos das seções, de maneira que não fosse possível identificar, *a priori*, o tema da escala. Dessa forma, na segunda seção, denominada “Valores Socioculturais”, foi trabalhada a dimensão “submissão à autoridade”, como consta no Quadro 1. A métrica foi de 1 a 7 na escala de concordância, e quanto mais alta a pontuação, mais alta a tendência para as posições autoritárias.

Quadro 1 – Valores Socioculturais (Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias – Submissão à autoridade)

Nº	Assertivas	Métrica
8	O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé.	7 – Concordo totalmente 6 – Concordo 5 – Concordo parcialmente 3 – Discordo parcialmente 2 – Discordo 1 – Discordo totalmente
9	A obediência e o respeito à autoridade são as principais coisas que devemos ensinar às nossas crianças.	
10	Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais.	
11	Nenhuma pessoa decente, normal e em seu são juízo, pensaria em ofender um amigo ou parente próximo.	
12	O policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas de bem.	

Fonte: O próprio autor.

No Quadro 2 estão elencadas as 7 assertivas da escala de propensão à democracia, adaptadas da pesquisa FBSP (2022), que constam na seção 3 do formulário de pesquisa. Diferentemente da seção anterior, as afirmativas 13, 14 e 18 estão invertidas, ou seja, é a discordância que gera o indicador de tendência

democrática, enquanto no restante das alternativas é a concordância que induz à democracia dentro da métrica. As duas primeiras assertivas “Para conseguir prender criminosos, às vezes as autoridades podem agir sem respeitar a lei” e “Num momento de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas” sofreram pequenas alterações no enunciado, para ficarem mais compreensíveis para a leitura de adolescentes e jovens. Por outro lado, a assertiva “É difícil acreditar no resultado de uma eleição quando os votos não batem com o desejo do povo nas ruas”, foi inserida diferentemente da pesquisa do FBSP (2022), pois tivemos a intenção de generalizar a intencionalidade da descrença em eleições, destoando, assim, da afirmativa realizada por eles: “Quem for declarado vencedor das eleições pela Justiça Eleitoral deverá ser empossado em 1º de janeiro”.

Quadro 2 – Valores Políticos (Índice de Propensão à Democracia)

Nº	Assertivas	Métrica
13	Para conseguir prender criminosos, às vezes as autoridades podem agir sem respeitar a lei.	7 – Concordo totalmente 6 – Concordo 5 – Concordo parcialmente 3 – Discordo parcialmente 2 – Discordo 1 – Discordo totalmente
14	Num momento de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas.	
15	Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	
16	O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia.	
17	O povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais é essencial para a democracia.	
18	É difícil acreditar no resultado de uma eleição quando os votos não batem com o desejo do povo nas ruas.	
19	Os juízes devem ter capacidade de impedir o governo de agir além de sua autoridade.	

Fonte: O próprio autor.

Seguindo esse princípio de alternar as escalas, a seção seguinte, denominada “Valores Socioculturais”, trata da dimensão da agressividade autoritária. No Quadro 3, os itens “As pessoas que atacam nossa honra, deveriam ser castigadas” e “Os crimes sexuais, tais como o estupro ou pedofilia, merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou um castigo pior”, sofreram alterações pontuais para ficarem mais compreensíveis para os estudantes.

Quadro 3 – Valores Socioculturais (Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias – Agressividade Autoritária)

Nº	Assertivas	Métrica
20	A maioria de nossos problemas estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos perversos.	7 – Concordo totalmente 6 – Concordo 5 – Concordo parcialmente 3 – Discordo parcialmente 2 – Discordo 1 – Discordo totalmente
21	Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor.	
22	As pessoas que atacam nossa honra, deveriam ser castigadas.	
23	Os crimes sexuais, tais como o estupro ou pedofilia, merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou um castigo pior.	
24	Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo.	
25	Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para acalmar os seus pensamentos.	
26	Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser somente pessoais e privados.	

Fonte: O próprio autor.

O Quadro 4, “Valores Econômicos”, mostra uma escala organizada para medir o apoio a posições economicamente neoliberais e valores meritocráticos. As assertivas foram elaboradas usando como referência o *Political Compass* (Bússola Política), um projeto de uma associação britânica, que tem o intuito de aferir a posição política dos indivíduos a partir de questionário (O’Connell, 2003; Klüppel; Cruz; Cerri, 2021). As assertivas selecionadas para o nosso estudo correspondem aos enunciados pró-mercado, que indicam, pela concordância, uma posição neoliberal sobre trabalho, direitos sociais, como escolas e saúde pública, empreendedorismo e meritocracia, fatores que podem ser associados a posições autoritárias de extrema direita (Gandesha, 2018). Essa escala também possui a métrica das escalas anteriores.

Quadro 4 – Valores Econômicos (Índice de apoio a posições economicamente neoliberais e à ideologia da meritocracia)

Nº	Assertivas	Métrica
27	Quanto mais livre é o mercado, mais livres são as pessoas.	7 – Concordo totalmente 6 – Concordo 5 – Concordo parcialmente 3 – Discordo parcialmente 2 – Discordo 1 – Discordo totalmente
28	A única responsabilidade social de uma empresa deveria ser lucrar para crescer e gerar empregos.	
29	Saúde é importante para todos, mas aqueles que podem pagar mais devem ter o direito de receber um melhor tratamento médico.	
30	A escola tem várias funções, mas a principal é preparar as pessoas para conseguir empregos.	
31	Aqueles que são capazes de trabalhar, mas recusam a oportunidade, não devem esperar o apoio da sociedade.	
32	O que é bom para as empresas mais bem-sucedidas é sempre bom para todos nós.	
33	Os artistas têm o seu lugar na sociedade, mas os	

	empreendedores são mais importantes, pois geram empregos.	
34	Devemos trabalhar para dar a todo mundo uma chance igual de sucesso.	

Fonte: O próprio autor.

No Quadro 5 se encontra a última escala, “Valores Socioculturais”, no qual está inserida a dimensão convencionalismo. O primeiro item, “A ciência é fundamental, mas há coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender”, foi alterado levemente com a intenção de se tornar mais inteligível para estudantes de Ensino Médio. O item 36, “Os seres humanos podem ser divididos em duas classes: os fracos e os fortes”, também foi modificado, trocando a expressão “homens”, por “seres humanos” para que o gênero da frase ficasse indeterminado. Foram acrescentados 4 novos itens (40, 41, 42 e 43), com a finalidade de atualizar a dinâmica dos valores estereotipados de extrema direita com respeito aos aspectos culturais da sociedade. A assertiva “As obras de arte são muito belas, mas a arte abstrata que não representa nada não deve ser considerada arte” foi acrescentada com base no questionário da escala social do *Political Compass*, para aferir o desprezo pela arte e cultura contemporâneos, característicos dos movimentos de extrema direita atuais. Os itens 40, 41 e 43 são de autoria própria, baseados na pós-verdade e crença em desinformação. O item 43, “Não é difícil imaginar que um grupo pequeno de pessoas poderosas possa estar por trás da crise que vivemos”, é de autoria própria, baseado na pesquisa de Dyrendal, Kennair e Bendixen (2021).

Quadro 5 – Valores Socioculturais (Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias – Convencionalismo)

Nº	Assertivas	Métrica
35	A ciência é fundamental, mas há coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender.	7 – Concordo totalmente 6 – Concordo 5 – Concordo parcialmente 3 – Discordo parcialmente 2 – Discordo 1 – Discordo totalmente
36	Os seres humanos podem ser divididos em duas classes: os fracos e os fortes.	
37	Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes.	
38	Todos devemos ter fé em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos obedecer.	
39	Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar.	
40	As obras de arte são muito belas, mas a arte abstrata que não representa nada não deve ser considerada arte.	
41	É possível concordar com o que sai nos jornais, mas nem sempre eles dizem a verdade.	
42	Hoje em dia não dá para confiar em nenhuma informação.	
43	Não é difícil imaginar que um grupo pequeno de pessoas	

	poderosas possa estar por trás da crise que vivemos.	
--	--	--

Fonte: O próprio autor.

O questionário continua com 4 questões de informações socioculturais, identificando o sexo, a orientação sexual, a cor ou etnia e a identidade religiosa do respondente. As questões de identificação de sexo e orientação sexual são orientadas pelos marcadores masculino/feminino e heterossexual/homossexual, com a possibilidade de preenchimento “sem resposta” para a identificação sexual e “outros” para a orientação sexual. Na questão sobre cor/etnia foram considerados os marcadores do IBGE e do ENADE, com a alteração de pardo/mulato para pardo/moreno e com duas opções para a identificação da população negra, ficando os marcadores dessa forma: Branco(a); Negro(a); Preto(a); Pardo(a)/moreno(a); Amarelo(a) (de origem oriental); e Indígena ou de origem indígena. Por último, a questão sobre identidade religiosa foi organizada para a identificação das matrizes religiosas, sendo que são duas matrizes para a delimitação da fé cristã (Católica e Protestante/Evangélica) e mais 10 marcadores para outras religiões, além da opção “Não possuo religião” e a opção “outros” com uma caixa de texto aberta para coletar informações que o participante achar relevante sobre sua religião.

Em seguida, o questionário continua com questões econômicas, referentes ao recebimento de bolsas assistenciais, estimativa de renda, responsabilidade financeira da casa e relações de trabalho. A estimativa de renda foi organizada de duas formas, a primeira, baseada no IBGE, com a pergunta aberta “Qual é a estimativa da renda mensal da sua família (casa)?”, na qual o estudante precisa ter conhecimento básico da renda dos pais ou responsáveis. Foi levada em conta a possibilidade dos estudantes terem dificuldade para responder a essa pergunta; dessa forma, para melhorar a obtenção desses dados, foi adotada a metodologia do Critério de Classificação Econômica Brasil, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2024), baseado em pontos, pelo qual o estudante responde a perguntas sobre quantidade de carros, televisores, máquinas de lavar, entre outros itens de consumo. Os estudantes respondem também se existe saneamento básico na sua casa, se a rua é asfaltada, se tem água encanada e, por último, qual o grau de instrução do chefe de família, como pode ser observado nas tabelas abaixo.

Quadro 6 – Critério de Classificação Econômica Brasil

Quantidade/pontos	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros	0	3	7	10	14
Trabalhadores domésticos	0	3	7	10	13
Automóveis	0	3	5	8	11
Microcomputador	0	3	6	8	11
Lava-louça	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer	0	2	4	6	6
Lava-roupa	0	2	4	6	6
DVD	0	1	3	4	6
Micro-ondas	0	2	4	4	4
Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora de roupa	0	2	2	2	2

Grau de instrução	Pontos
Analfabeto / Fundamental I incompleto	0
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo / Médio incompleto	2
Médio completo / Superior incompleto	4
Superior completo	7

Serviço	Não	Sim
Água encanada	0	4
Rua pavimentada	0	2

Fonte: Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2024).

Todos esses itens foram transcritos no formulário, com exceção do item “geladeira” que, por engano, não foi digitado. Mesmo com esse erro, os dados do Critério Brasil foram mantidos na pesquisa, pois, como a lógica dessa escala é somatória, a falta deste item não afeta drasticamente a distribuição da pontuação.

E, por último, encerrando o questionário, na seção “Cultura Digital e Mídias”, os jovens responderam a perguntas sobre a frequência no uso da internet, avaliando mídias *on-line* e *off-line* e plataformas digitais organizadas em torno de parâmetros, como a quantidade de tempo gasto no acesso; a confiança em informações provenientes nas mídias; a quantidade de tempo gasto em interações em grupos *on-line*; e, por fim, a confiança em informações provenientes desses grupos.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

A elaboração de um questionário *on-line* foi escolhida por ser mais viável para cobrir a abrangência dos campi do IFPR no Estado do Paraná. Sendo assim, foi utilizada a plataforma de formulários digitais *Cognito*, que possui layout mais adaptado para smartphones e é robusta na organização dos dados.

O formulário foi elaborado de acordo com os procedimentos formais do comitê de ética. Dessa forma, na primeira aba os estudantes precisavam dar o seu consentimento livre e esclarecido (alunos maiores de idade) ou o assentimento livre e esclarecido (alunos menores de idade). Para os estudantes menores de idade foi organizado um terceiro formulário para os pais ou responsáveis, contendo uma única aba, na qual este poderia manifestar o seu consentimento, pois o consentimento para estudantes menores de idade é feito primeiramente pelo responsável e em um segundo momento pelo estudante, na forma do assentimento. A complexidade dos procedimentos obrigatórios para menores de idade traz consigo um potencial desmobilizador e isto foi levado em conta para o planejamento da abordagem e convite, pois foi necessário mobilizar estes dois sujeitos, dentro de todo o contexto escolar. Dessa forma, ficou clara a necessidade de estender o tempo dessa abordagem, pelo menos em alguns campi, para diminuir o risco da baixa adesão, buscando o apoio de direções de ensino, coordenações de ensino e professores colaboradores, não apenas na formalidade de uma autorização, mas também com comunicação e engajamento. Foi necessário a realização da pesquisa no horário letivo, dentro da aula de um professor colaborador, para que os estudantes autorizados pelos pais pudessem participar da pesquisa de uma maneira mais organizada, evitando a dispersão e o esquecimento.

Com o procedimento delimitado, a pesquisa iniciou em abril de 2025 com a aplicação do pré-teste em uma turma do terceiro ano do Curso de Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio (TINFEM) do campus Londrina. Antes disso, foram realizados testes-pilotos com 4 jovens, não vinculados ao IFPR, com idades de 14 a 20 anos, que obtiveram um tempo médio de respostas de 15 a 20 minutos e com poucas perdas de dados por lapso no preenchimento. Já para o pré-teste foram organizados procedimentos *off-line*, no intuito de diminuir a probabilidade de baixa adesão no preenchimento do formulário. Sendo assim, a aplicação do teste ocorreu em duas semanas. Na primeira, a Seção Pedagógica de Assuntos Estudantis (SEPAE)¹⁰, enviou o link de convite para os pais, por e-mail e para o grupo de WhatsApp de pais e responsáveis. O convite continha um resumo da pesquisa, um pedido de participação e a data da aplicação. Concomitantemente, passamos na sala de aula para fazer o convite pessoalmente, tirar as dúvidas dos estudantes e distribuir

¹⁰ Setor do IFPR, formado por pedagogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais, responsável pelo atendimento aos estudantes.

um folheto explicativo contendo um *QR Code*¹¹ para que os estudantes menores de idade entregassem aos pais. O folheto descrevia as mesmas informações que estavam no convite enviado por e-mail. Foi estipulado um prazo de aproximadamente 3 dias úteis para receber as respostas dos pais. Na segunda semana, com os dados coletados, entregamos a lista dos estudantes autorizados para a SEPAE. Em seguida, a SEPAE enviou e-mail para os discentes, contendo o formulário da pesquisa, no mesmo dia da aplicação. Na aplicação, levamos os estudantes autorizados e que, espontaneamente, manifestaram interesse em participar da pesquisa, para o laboratório de informática, com o intuito de facilitar o acesso deles a equipamentos com internet. Disponibilizamos dois *QR Codes* para estudantes que tivessem dificuldade de entrar no formulário, um para menores de idade e outro para maiores. A maioria dos estudantes realizou o teste pelo celular com um tempo médio entre 20 e 30 minutos de resposta, enquanto os estudantes que responderam pelo computador obtiveram um tempo médio acima de 30 minutos. Não houve questionamentos com relação às assertivas das escalas, foi verificado apenas um certo espanto com o teor de algumas assertivas da dimensão de agressividade autoritária, feitas por um estudante que parecia inconformado com o texto. Por outro lado, ocorreram questionamentos pontuais quanto à compreensão de itens do Critério Brasil da ABEP, em especial ao item “Quantidade de empregados mensalistas”. Dessa forma, obtivemos 26 respostas ao formulário, e com elas foi possível observar a viabilidade das escalas e do questionário.

A pesquisa iniciou no campus Londrina em julho, com a exclusão da turma que realizou o pré-teste. A aplicação foi planejada para ocorrer uma semana depois da reunião de pais, assim, além de enviar os links por e-mail, por WhatsApp e avisos nas salas de aula, a pesquisa também foi divulgada pessoalmente nesse encontro. Em agosto a pesquisa foi realizada no campus Astorga com a ajuda de um professor colaborador, que cedeu algumas aulas para a distribuição dos questionários; e em Jacarezinho, com a ajuda de outro professor colaborador. Nesses três campi foi possível desenvolver essas técnicas de mobilização. Nos campi de Assis Chateaubriand e Cascavel foi negada participação *in loco* para aplicar a pesquisa,

¹¹ QR Code significa *Quick Response Code*, ou “Código de Resposta Rápida”. É um aprimoramento do código de barras tradicional que permite o armazenamento de mais dados, sendo comumente utilizado para distribuir links que podem ser lidos por smartphones. A ideia foi facilitar o preenchimento do formulário direcionado aos pais dos alunos.

mesmo assim, negociamos com as direções a distribuição de convites em forma de folhetos, que foram enviados por correio para esses campi. Em Paranaíba, foi negociada a distribuição dos convites por e-mail e por grupos de WhatsApp. Em Curitiba houve a colaboração de uma professora, que distribuiu os convites impressos aos estudantes nas turmas dela. E, por fim, os links de convite foram enviados aos demais campi junto com o pedido para ser encaminhado aos e-mails dos estudantes maiores de idade. Para todos esses casos em que não foi possível a participação *in loco* do pesquisador, as respostas foram pequenas, evidenciando assim que em formulários *on-line*, métodos de divulgação presenciais são fundamentais para a mobilização, como pode ser observado na descrição que se segue.

4 O PERFIL AUTORITÁRIO DOS JOVENS DO IFPR

Foram validadas 291 de 300 respostas, sendo 150 apenas do campus de Londrina, 60 de Jacarezinho e 52 de Astorga, ou seja, a maior parte das respostas foram dos campi, com estratégia de divulgação presencial. Na Tabela 1, observa-se a dispersão dos dados pelos campi.

Tabela 1 – Número de respostas divididas por Campi do IFPR

Campus	Total	%
Assis Chateaubriand	2	0,7
Astorga	52	17,9
Cascavel	1	0,3
Curitiba	2	0,7
Goioerê	6	2,1
Jacarezinho	60	20,6
Londrina	150	51,5
Paranavaí	6	2,1
Pitanga	4	1,4
Não respondido	8	2,7
Total Geral	291	100

Fonte: O próprio autor.

Os estudantes residem, majoritariamente, nas regiões próximas às cidades dos campi, no Estado do Paraná, com destaque para o campus de Jacarezinho, onde 11 estudantes relataram residir em Salto Grande e 5 em Ribeirão do Sul, cidades do interior de São Paulo.

Os estudantes possuem média de idade de 16,87 anos, com a faixa etária dos 15 aos 19 anos, correspondendo a 94,5% das respostas ou 275 indivíduos. 78% estudam no período matutino e 19,2% no vespertino. Do total de 291 jovens, 29,9% declararam estar matriculados no 1º ano, 25,4% no 2º ano, 22% no 3º ano e 19,6% no quarto ano, distribuídos nos cursos elencados na tabela abaixo:

Tabela 2 – Percentual de estudantes matriculados em cursos técnicos

Curso	Total	%
Técnico em Agroindústria	2	0,7
Técnico em Alimentos	25	8,6
Técnico em Biotecnologia	97	33,3
Técnico em Contabilidade	1	0,3

Técnico em Cooperativismo	2	0,7
Técnico em Eletromecânica	2	0,7
Técnico em Eletrotécnica	11	3,8
Técnico em Eletrônica	2	0,7
Técnico em Informática	130	44,7
Técnico em Mecânica	7	2,4
Técnico em Mecatrônica	1	0,3
Técnico em Petróleo e Gás	1	0,3
Técnico em Produção de Moda	1	0,3
Técnico em Química	1	0,3
Não Respondido	8	2,7
Total Geral	291	100,0

Fonte: O próprio autor.

No item processo seletivo do IFPR, 131 jovens declararam que foram aprovados pelas vagas destinadas às cotas e 121 pelas vagas universais, sendo que 24 preferiram não informar, enquanto 15 estudantes não responderam à pergunta. O resultado mostra uma certa equidade entre cotistas e não-cotistas no exame de entrada da instituição, o que indica um distanciamento da porcentagem estimada pela “Lei de Cotas das Universidades Federais e Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio” (Lei 12.711/2012)¹², mostrando que a desigualdade, pode ter sido estimulada pelo processo seletivo.

Quanto a identificação por gênero o resultado mostrou equivalência: 142 dos jovens se declararam masculinos e 142 femininos. No item sobre orientação sexual, os estudantes responderam, majoritariamente, que são heterossexuais (226), enquanto 31 indivíduos se declararam homossexuais, 19 bissexuais e uma minoria apontou outras orientações com menor relevância estatística. Cabe ressaltar que essa questão continha duas alternativas fechadas, heterossexual e homossexual, e um campo aberto denominado “outros”, no qual os estudantes colocaram o seu próprio entendimento sobre a questão. Houve, no entanto, dois indivíduos que responderam

¹² O processo seletivo do IFPR segue os princípios dessa lei, com um sistema de cotas que abrange 80% das vagas ofertadas, ficando apenas 20% para a concorrência universal. 60% das vagas de cotas são reservadas para candidatos que cursaram exclusivamente a escola pública no Ensino Fundamental, dentro desses 60%, 50% das vagas ficam para candidatos que declaram também ter renda familiar inferior a um salário mínimo e meio e 50% são divididas por aqueles que podem ter renda superior a este mínimo, mas que tenham cursado exclusivamente o Ensino Fundamental em escolas públicas. Desses 60% ainda são reservadas vagas para candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência que cursaram o Fundamental em escola pública. Outros 10% de cotas são reservadas para candidatos autodeclarados pretos e pardos (mesmo que tenham cursado o Ensino Fundamental em escolas privadas), 5% para autodeclarados indígenas e 5% são reservadas para candidatos com deficiência, todos sem outros condicionantes (IFPR, 2024a).

de maneira preconceituosa, o primeiro relatou o seguinte: “Sou sexualmente atraído (sic) por tudo que envolva sofrimento do outro, como sadismo, cortes, enforcamento, gore, mortes por acidentes...”, enquanto o segundo descreveu isso: “Xerecasexual (sic) sinto atração (sic) por xerecas (sic) mesmo que outro indivíduo (sic) seja ‘homem’”. Essas duas situações isoladas evidenciam a disposição dos sujeitos em expressar o seu preconceito abertamente, o que pressupõe o potencial de agressividade dessas afirmações, que, mesmo minoritário, precisa ser levado em conta.

No item sobre cor e raça, 29,9% dos jovens se declararam pardos, 0,3% pretos, 6,2% negros, 5,8% amarelos/asiáticos e 57,7% brancos; nenhum indivíduo se declarou indígena, como pode ser observado na Tabela 3. Somando-se a população parda, negra e preta, temos 36,4% dos indivíduos e, somando-se brancos e amarelos temos 63,5%. No Paraná, segundo o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 64,6% da população se declara branca, 30,1% parda, 4,2% preta, 0,9% amarela e 0,2% indígena, o que evidencia uma certa equivalência dos dados coletados, com exceção dos estudantes asiáticos, que no IFPR possuem um número expressivo em comparação com o censo (Governo do Estado do Paraná, 2023).

Tabela 3 – Percentual de cor e raça

Cor / Raça	Total	%
Preto	1	0,3
Pardo / Moreno	87	29,9
Negro	18	6,2
Amarelo / Asiático	17	5,8
Branco	168	57,7
Total Geral	291	100

Fonte: O próprio autor.

Quanto à religiosidade, 72,6% dos estudantes se declararam cristãos, sendo 46% católicos e 26,6% evangélicos/protestantes, 9,3% são agnósticos, 2,4 pertencentes a religiões de matriz africana ou afro-brasileira, 1,4 espírita e 1,7 ateu. Não possuem religião 9,9% dos estudantes. Se somarmos agnósticos com ateus e pessoas que não possuem religião, temos 20,9%, o que representa um número expressivo de estudantes que provavelmente não estão sendo influenciados por doutrinas ou autoridades religiosas. Outros credos apareceram, mas menos

expressivos.

Em comparação, o Censo Demográfico de 2022 do Estado do Paraná registrou 63% da população como católica, enquanto a nossa amostragem registrou 46%, mostrando uma redução expressiva. Outro dado que se distancia do Censo de 2022 é o de indivíduos que não possuem religião, no Estado do Paraná representa 6% da população e em nossa pesquisa 9,6%. As religiões de matriz africana também estão discrepantes, no censo paranaense são 58,5 mil pessoas que se declaram umbandistas ou candomblecistas, representando, aproximadamente, 0,5% da população, ao passo que em nosso levantamento 7 pessoas se denominaram pertencentes a credos de matriz africana e afro-brasileira, representando 2,4% da amostra (Governo do Estado do Paraná, 2025). Dessa forma, pode-se observar, de maneira preliminar, uma maior diversidade religiosa, assim como uma diminuição do predomínio cristão na formação cultural desses jovens.

Iniciando o perfil socioeconômico, foi levantada quantidade de famílias que recebem ou já receberam algum auxílio governamental, a pergunta era fechada com possibilidade de múltiplas respostas nas opções. A maioria, 61,5%, apontou que, em sua família, ninguém recebeu benefícios de qualquer natureza, enquanto 38,5% disseram que recebem ou já receberam algum desses benefícios. 43 jovens relataram que em suas famílias existem pessoas que recebem aposentadoria, representando 14,8% dos jovens e 25 expressaram que são ou já foram beneficiados pelo Bolsa Família, representando 10,3% dos estudantes. Em seguida, com menor representatividade aparece o Auxílio Emergencial, com 7 entrevistados declarando já tê-lo recebido e 5 indivíduos que possuem alguém da sua família que já receberam Auxílio Emergencial, Bolsa Família e Aposentadoria juntos. Outros benefícios aparecem relacionados com menor representatividade, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Percentual de membros da família que recebem ou já receberam algum benefício governamental

Categoria	Total	%
Não recebe / Não recebeu	179	61,5
Aposentadoria	43	14,8
Bolsa Família	25	8,6
Auxílio Emergencial	6	2,1
Aposentadoria + Bolsa Família + Auxílio Emergência	5	1,7

Não respondido	5	1,7
Bolsa Família	3	1
Auxílio Emergencial + Aposentadoria	2	0,7
Não recebe Aposentadoria	2	0,7
PACE*	2	0,7
ProUni**	2	0,7
Abrigo ajuda da Prefeitura	1	0,3
Aposentadoria + benefício INSS	1	0,3
Aposentadoria + passe estudantil de ônibus	1	0,3
Aposentadoria por invalidez	1	0,3
Auxílio Desemprego	1	0,3
Auxílio Emergencial	1	0,3
Auxílio Emergencial + Benefício de Prestação Continuada (BPC)	1	0,3
Bolsa Família + ProUni	1	0,3
CadÚnico	1	0,3
LOAS	1	0,3
Minha Casa Minha Vida	1	0,3
Não recebe Bolsa Família	1	0,3
Pé-de-meia	1	0,3
ProUni + Aposentadoria	1	0,3
Auxílio doença + ProUni + Auxílio Emergencial	1	0,3
ProUni + Auxílio Emergencial + CadÚnico	1	0,3
Passe estudantil de ônibus + Pé-de-meia	1	0,3
Total Geral	291	100

Fonte: O próprio autor.

* Programa de Assistência Complementar ao Estudante do IFPR

** Programa Universidade para Todos

Na Tabela 5 foram levantadas as informações sobre quem mantém financeiramente a casa/família; a pergunta fechada permitia múltiplas respostas com diversas opções. Nesse sentido, 39,9% dos estudantes mostraram que a família é sustentada financeiramente por mães e pais, ou seja, por um casal de trabalhadores, 15,5% disseram que somente a mãe mantém financeiramente a casa e 13,7% que esta tarefa compete somente ao pai. Em menor escala, 14 indivíduos declararam que o sustento econômico fica com a mãe e com o padrasto, 10 estudantes apontaram que todos contribuem financeiramente e 9 respostas afirmaram que são os(as) avôs/avós. Outras respostas, de menor relevância, discriminaram uma diversidade de

arranjos familiares.

Tabela 5 – Percentual de indivíduos que mantêm financeiramente a casa

Indivíduos com grau de parentesco	Total	%
Mãe + Pai	116	39,9
Mãe	45	15,5
Pai	40	13,7
Mãe + Padrasto	14	4,8
Todos contribuem financeiramente	10	3,4
Avô/Avó	9	3,1
Mae + Avô/Avó	6	2,1
Mãe + Pai + Irmão(s)/Irmã(s)	5	1,7
Pai + Irmão(s)/Irmã(s)	5	1,7
Mãe + Pai + Avô/Avó	4	1,4
Padrasto	4	1,4
Mãe + Irmão(s)/Irmã(s)	3	1
Mãe + Pai + Você mesmo	3	1
Pai + todos contribuem financeiramente	3	1
Tio/Tia	3	1
Irmão(s)/ Irmã(s)	2	0,7
Mãe + Pai + Irmão(s)/Irmã(s) + você mesmo	2	0,7
Avô/Avó + Tio/Tia	1	0,3
Avô/Avó + Todos contribuem financeiramente	1	0,3
Irmão(s)/ Irmã(s) + Todos	1	0,3
Madrasta + Pai	1	0,3
Mãe + Avô/Avó + Tio/Tia	1	0,3
Mãe + Irmão(s)/Irmã(s) + Sobrinha	1	0,3
Mãe + Padrasto + Irmão + Você mesmo	1	0,3
Mãe + Pai + Padrasto + Avô/Avó	1	0,3
Mãe + Pai + Todos contribuem financeiramente	1	0,3
Mãe + Todos contribuem	1	0,3
Mãe + Você mesmo	1	0,3
Pai + Avô/Avó	1	0,3
Pai + Companheiro/Esposo + Tio/Tia	1	0,3
Pai + Irmão(s)/ Irmã(s) + Você mesmo	1	0,3
Prefeitura	1	0,3
Tio/Tia + Irmão(s)/Irmã(s)	1	0,3
Não respondido	1	0,3
Total Geral	291	100

Fonte: O próprio autor.

Questionados se atualmente trabalham, 72,9% dos jovens relataram que não, enquanto 27,1% apontaram que sim. Dessa forma, na pergunta seguinte, exposta na

Tabela 6, que questiona sobre a principal ocupação do estudante, 108 indicaram que são somente estudantes, totalizando 37,1%, 12% que estão desempregados e não procuram emprego, 11% estagiários, 7,9% assalariados sem registro em carteira de trabalho, 3,1% assalariados registrados e 3,1% estão desempregados procurando emprego. O número alto de respostas em branco (56 indivíduos que correspondem a 19,2%), indica que uma parte dos estudantes que declararam não trabalhar na questão anterior, deixaram a pergunta em branco, enquanto outra parte tentou responder de alguma forma, indicando possivelmente respostas como desempregado, estagiário, bolsista, entre outras. Se somarmos quem respondeu “só estudante” com “não respondido”, com os dois tipos de “desempregados”, teremos 71,4% dos entrevistados, registrando um percentual próximo de 72,9% dos indivíduos que responderam que não trabalham na questão anterior. Por outro lado, 27,1% de jovens trabalhadores representam um percentual alto comparado com os dados nacionais. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), IBGE (2023a), 15,3% da população com idade entre 15 e 29 anos trabalhava e estudava, o que indica um número quase duas vezes menor de estudantes trabalhadores comparado com nossa amostra. De outra forma, deve ser levada em consideração a vocação da instituição técnica e tecnológica que aproxima os estudantes do mundo do trabalho, dado esse que provavelmente é representado pelos 11% de jovens que se declararam estagiários/aprendizes.

Tabela 6 – Principal ocupação do estudante

Ocupação	Total	%
Só estudante	108	37,1
Não respondido	56	19,2
Desempregado (Não procuro emprego)	35	12
Estagiário/Aprendiz (remunerado)	32	11
Assalariado sem registro	23	7,9
Assalariado registrado	9	3,1
Desempregado (Procuro emprego)	9	3,1
<i>Freelancer</i> / Bico	7	2,4
Profissional liberal (Autônomo)	4	1,4
Babá	1	0,3
Bolsista estudantil	1	0,3
Empresário	1	0,3
Estudante	1	0,3
Estudante de iniciação científica com bolsa	1	0,3

Funcionário Público	1	0,3
Não trabalho	1	0,3
Trabalho com o meu pai	1	0,3
Total Geral	291	100

Fonte: O próprio autor.

Para compreender o perfil socioeconômico, os estudantes também responderam a questões sobre renda, uma que indicava a autodeclaração de renda com a seguinte pergunta “Qual é a estimativa da renda mensal da sua família (casa)?” e outra que utilizou o Critério de Classificação Econômica Brasil da ABEP, que possui 12 itens que discriminam a quantidade de bens de consumo que a residência possui, o grau de instrução do chefe da família e, por último, serviços públicos de saneamento básico e rua pavimentada. Dessa forma, a renda média familiar mensal declarada pelos jovens foi de R\$ 7.657,04, o que mostra que essas famílias pertencem ao topo da classe média. Isso pôde ser observado, de maneira similar, no critério de classificação da ABEP, pelo qual tivemos o seguinte resultado:

Tabela 7 – Total de jovens divididos por classes sociais, segundo o Critério Brasil da ABEP

Classe Social ABEP	Total	%
A	16	5,50
B1	44	15,12
B2	116	39,86
C1	70	24,05
C2	42	14,43
DE	3	1,03
Total Geral	291	100

Fonte: O próprio autor.

Pode-se observar na Tabela 7, que a maioria dos jovens pertence às classes médias altas: a quantidade de estudantes que pertencem à classe C2 (42 estudantes), que é a faixa mais pobre da classe C, é inferior à C1 (70 estudantes); a maioria desses jovens pertencem a famílias que estão na classe B2 (116 estudantes). Somando-se todos os estudantes que pertencem à classe C (C1 e C2), o resultado é 112, um número que ainda é inferior à classe B2 sozinha; por outro ângulo, somando-se todos os estudantes das classes B1 e B2 temos 160 ou 55% de jovens, o que indica que os jovens são de famílias pertencentes ao topo da classe média. A desigualdade no

acesso ao ensino do IFPR também fica clara pela sub-representação das classes D/E na amostra, isto é, somente 3 estudantes estão nessas condições socioeconômicas, o que representa 1% do total geral. Segundo a estimativa da ABEP (2024), 28,4% da população pertence às classes D/E no Brasil e 16,9% somente na região Sul, o que pode indicar que a sub-representação do estrato mais pobre da sociedade contribui com uma provável elitização no acesso à educação federal. Ainda, de acordo com a ABEP (2024), o estrato com maior percentual no Brasil é o das classes D/E, concentrando 28,4% da população, enquanto na região Sul a maioria dos indivíduos está na classe C2, com 27,3%; por outro lado, 21,5% da população pertence às classes B2 e B1 somadas. Com esses dados comparados, podemos observar a disparidade entre as classes sociais na nossa amostra, o que evidencia um certo bloqueio no acesso da população mais carente ao ensino da rede federal e um predomínio das classes médias altas.

O predomínio da classe média é igualmente observado pelo fator renda: no estado do Paraná, a renda média ficou em R\$ 2.438,00 no ano de 2024 (IPARDES, 2025), ou seja, mais de três vezes menor que a renda média observada em nossa amostra, R\$ 7.657,04. Pela estimativa da renda média domiciliar para cada classe social, feita pela ABEP¹³ (2024), a renda média das famílias dos estudantes da amostra ficaria próxima da classe B2 (R\$ 7.017,64), consolidando o entendimento de que, em nossa amostragem, os estratos superiores da classe média foram predominantes.

Esses dados, vistos em conjunto com a Tabela 5, indicam que a renda média dos jovens é formada por famílias estruturadas com dois ou mais indivíduos economicamente ativos (64,6%), sendo que mais de um quarto dos estudantes (27,1%) está inserido no mundo do trabalho. Portanto, é possível afirmar que a soma das rendas levou estas famílias às classes médias, o que pode ser provisório e depender de certas circunstâncias econômicas, pois 38,5% dos jovens relataram que seus familiares já receberam algum tipo de auxílio econômico, conforme a Tabela 5. Consequentemente, estas classes médias se distanciam da classe média tradicional, pois são estruturadas pela intensa força de trabalho de seus integrantes, levando a uma propensão prematura dos jovens ao mercado de trabalho.

¹³ Segundo a ABEP (2024), essa estimativa é baseada na PNAD Contínua de 2023, e os valores estão listados da seguinte forma: classe A, R\$ 26.811,68; classe B1, R\$ 12.683,34; classe B2, R\$ 7.017,64; classe C1, R\$ 3.980,38; classe C2, R\$ 2.403,04 e classe DE, R\$ 1.087,77 (ABEP, 2024).

Além do perfil socioeconômico, foram coletados dados a respeito da cultura informacional dos jovens, a partir da frequência de acesso a tipos de mídia, plataformas e grupos de interação *on-line*, assim como pela confiança nessas informações. Na tabela abaixo são observados os dados sobre o percentual de acessos em plataformas de mídia e redes sociais da internet:

Tabela 8 – Frequência percentual de acessos em plataformas de mídias e redes sociais

Mídias	Todos os dias			Semanal	Não acessa	Total*
	Pouco	Médio	Muito	Pouco		
<i>Facebook</i>	2,1	0,7	0	10,3	86,6	99,7
<i>YouTube</i>	24,1	23	14,4	29,9	8,6	100
<i>WhatsApp</i>	14,4	36,8	45,4	2,7	0,7	100
<i>Instagram</i>	12,7	23,7	47,4	7,2	8,2	99,2
<i>Twitter</i>	5,5	2,4	6,9	12,7	72,5	100
<i>Tik Tok</i>	8,2	18,6	35,1	6,2	32	100
<i>Telegram</i>	1,7	1,4	0,3	10	86,6	100
<i>Discord</i>	2,7	4,8	5,5	17,9	68,7	99,6
<i>Google</i>	24,7	30,9	26,1	16,2	2,1	100
<i>ChatGPT</i>	18,6	16,8	7,6	42,3	14,8	100
Telejornais	9,3	4,8	2,1	20,3	63,6	100
Jornais impressos	0,3	0,3	0	3,4	95,5	99,5
Fóruns de internet .chan	1,7	1,7	0	6,2	90,4	100
Podcast	6,2	2,1	0,7	21	70,1	100
Newsletter	0,3	0,3	0	2,1	97,3	100

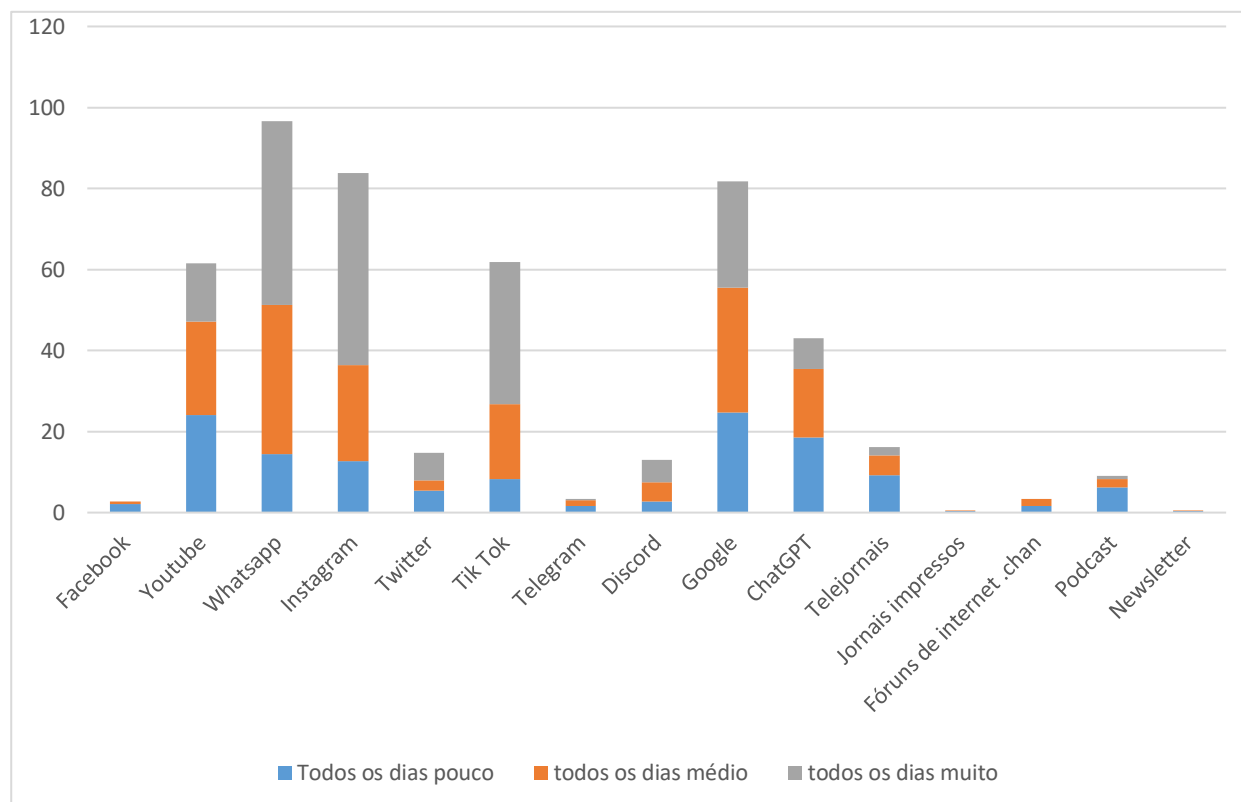
Fonte: O próprio autor.

*Percentual total, excluindo respostas em branco.

Conforme a Tabela 8, observa-se que o aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* lidera a média de acessos diários (a soma de “todos os dias pouco”, “todos os dias médio” e “todos os dias muito”), com 96,6% dos indivíduos; em seguida se encontra a rede social de imagens e vídeos *Instagram*, com acesso diário de 83,8%; o *site* de pesquisas *Google* aparece em terceiro, com 81,7%; a rede social de vídeos curtos *Tik Tok*, com 61,9% dos acessos diários em quarto; e a Inteligência Artificial

*ChatGPT*¹⁴, com 43% dos acessos diários, como pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Acessos diários distribuídos por mídias



Fonte: O próprio autor.

Mídias tradicionais, como jornais impressos e telejornais, foram relatadas com baixo acesso pelos participantes da pesquisa, 96,5% dos jovens relataram não acessar jornais impressos e 63,6% telejornais. Esse cenário se repete com Podcast e Newsletter, 70,1% e 97,3%, respectivamente. Outras mídias ou redes sociais aparecem como não acessadas pelos jovens: os “Fóruns de internet .chan¹⁵” ficaram com 90,4%, o *Facebook* e o *Telegram* com 86,6% cada um, o *X/Twitter* com 72,5% e o *Discord* com 68,7% das respostas, que afirmam não acessar essas plataformas. A baixa adesão às redes sociais *Facebook* e *X* (antigo *Twitter*), pode refletir uma preferência geracional, pois ainda são plataformas de relevância no uso da internet e

¹⁴ Apesar de existirem outras plataformas de Inteligência Artificial (IA), o *ChatGPT* foi escolhido por ser de fácil compreensão e associação com esse tipo de plataforma.

¹⁵ Este item descreve os fóruns anônimos de internet organizados por postagens de imagens (*imageboards*), que têm por finalidade provocar discussões sobre temas específicos, e, ao mesmo tempo, preservar o anonimato das pessoas que participam da discussão. Esses fóruns são conhecidos como *chans*, proveniente da palavra inglesa *channel*, que significa canal. O uso desses canais já foi associado com diversos crimes, como os ataques às escolas, pedofilia, discursos de ódio, além de ser um trampolim para a organização de grupos de extrema-direita (Meira, 2021).

na disseminação de informações. O pouco uso diário das demais plataformas parece exemplificar a sujeição dos jovens a um monopólio informacional, pelo qual poucas empresas proprietárias monopolizam o mercado. Por exemplo, ao mesmo tempo que o *Facebook* está longe das preferências dos jovens, o aplicativo de mensagens *WhatsApp* e o *Instagram*, que são propriedade da mesma empresa dona do *Facebook* (a Meta), são os mais acessados. Semelhantemente, *YouTube* e *Google* que são da mesma empresa, figuram entre os aplicativos mais utilizados pelos estudantes.

Por outro lado, os estudantes relataram acessar com menos frequência outras plataformas de mídia, o que pode ser visto no item “acesso pouco semanalmente”.

Das plataformas que figuram com pouco acesso diário, algumas possuem acesso semanal mais frequente do que os outros acessos. Sendo assim, dos aplicativos com maior percentual de acessos no item “acesso pouco semanalmente” está o *ChatGPT* com 42,3%, *YouTube* com 29,9%, *Podcast* com 21%, telejornais com 20,3%, *Discord* com 17,9%, *X/Twitter* com 12,7% e fóruns *chans* com 6,2%. Excluindo o *YouTube* e o *Twitter*, os acessos diários para esses aplicativos são menores do que o acesso semanal esporádico, indicando um uso possivelmente planejado para recreação ou pesquisas, como provavelmente é utilizada a Inteligência Artificial.

Se por um lado a frequência no uso de mídias indica o uso diário acentuado para poucas plataformas de mídia pertencentes a grandes empresas de tecnologia, inversamente, os jovens apontaram que desconfiam mais do que confiam nas informações provenientes desses aplicativos, como pode ser observado na Tabela 9.

Tabela 9 – Percentual de confiança em mídias e plataformas de digitais

Mídias	Confio	Confio Muito	Neutro	Des-confio	Des-confio Muito	Não acesso	Total*
<i>Google</i>	47,4	13,4	26,5	7,6	3,1	1,7	99,7
<i>ChatGPT</i>	32,6	3,4	29,2	16,5	11,3	6,2	99,2
Telejornais	24,1	6,9	13,7	6,9	6,5	41,2	99,3
<i>WhatsApp</i>	22	3,1	28,5	27,1	18,2	1	99,9
<i>YouTube</i>	21,6	2,7	49,1	16,8	4,8	4,1	99,1
<i>Instagram</i>	16,2	0,7	37,5	27,1	13,1	5,2	99,8
Jornais impressos	15,1	4,1	12,4	4,5	3,1	60,5	99,7
<i>Podcast</i>	12,7	2,1	24,7	7,2	6,2	46,4	99,3
<i>Tik Tok</i>	7,9	1	26,8	23,7	19,9	20,3	99,6
<i>Twitter</i>	6,9	0	14,4	15,5	19,2	43	99

<i>Discord</i>	3,1	0,7	14,1	7,9	24,7	48,1	98,6
<i>Newsletter</i>	2,7	0	11,3	7,6	6,5	70,4	98,5
<i>Facebook</i>	2,1	0,3	9,6	10,3	29,6	48,1	100
Fóruns de internet .chan	2,1	0,7	11,7	9,6	9,3	65,6	99
<i>Telegram</i>	0,7	0	12,7	7,9	18,6	59,8	99,7

Fonte: O próprio autor.

* Percentual total excluindo respostas em branco

A única plataforma que possui um índice de confiança considerável entre os jovens é o *Google*, alcançando uma confiança total de 60,8%, e se distanciando da desconfiança total que fica em 10,7%. Plataformas tradicionais de mídia, como telejornais e jornais impressos, surgem na sequência com índices altos de confiança e pequenos de desconfiança. Outras plataformas aparecem com diferenças não tão significativas, favoráveis à confiança, como *ChatGPT*, *YouTube* e *Podcast*. A confiança nos demais aplicativos apresenta menor relevância, ao passo que o índice de desconfiança é mais homogêneo em quase todos os itens, com percentual acima de dois dígitos. Dessa forma, as maiores desconfianças proporcionais estão no *WhatsApp* (45,3%), *Tik Tok* (43,6%), *Instagram* (40,2%), *Facebook*, (39,9%), *X/Twitter* (34,7%) e *Discord* (32,6%). Por outro lado, com menor desconfiança aparecem os telejornais (13,4%) e jornais impressos (7,6%), que apesar de serem pouco acessados, aparentam ser mais confiáveis aos estudantes.

Da mesma forma, foi aferida a frequência de acesso em grupos de aplicativos de mensagens, assim como o índice de confiança. Na Tabela 10 observa-se que grupos de amigos prevalecem sobre os outros, com acesso diário de 70,8%, e em segundo lugar verifica-se os grupos de escola com 55,3%. Os grupos de família, igreja e jogos assemelham-se no uso diário, ficando com somas próximas de 20%, enquanto grupos de vizinhos e políticos figuram com pouco acesso.

Tabela 10 – Percentual de acessos em grupos de aplicativos de mensagem

Mídias	Todos os dias			Semanal	Não acessa	Total*
	Pouco	Médio	Muito	Pouco		
Grupos da Família	17,5	2,7	2,7	31,6	45,4	99,9
Grupos da Escola	36,8	14,4	4,1	37,5	7,2	100
Grupos da Igreja	11	5,8	4,1	14,1	64,6	99,6
Grupos políticos	1,4	0,7	0,3	4,8	92,8	100

Grupos de amigos	23	29,9	17,9	18,9	10,3	100
Grupos de jogos	5,8	7,6	6,9	12	67,4	99,7
Grupos de Vizinhos	0,3	0,3	0	0,7	98,6	99,9

Fonte: O próprio autor.

* Percentual total, excluindo respostas em branco

Diferentemente das mídias e plataformas digitais, a desconfiança possui escores menores, mesmo assim, ela prevalece sobre os grupos familiares com 34,4%, grupos políticos, vizinhos e jogos. Os maiores índices de confiança estão nos grupos da escola (58,4%), seguido pelos grupos de amigos (37,5%) e igreja (29,2%), ou seja, os jovens confiam mais nas informações compartilhadas nesses grupos do que nos grupos de família. Por outro lado, é importante observar o campo neutro (não confio e nem desconfio), o que aponta porcentagens altas, indicando certa indiferença para essas informações, como é observado nos grupos de amigos, nos quais a neutralidade (38,5%) é levemente maior do que a confiança.

Tabela 11 – Percentual de confiança em grupos de aplicativos de mensagem

Grupos	Confio	Confio Muito	Não confio e nem desconfio	Desconfio	Desconfio Muito	Não acesso	Total*
Família	15,1	6,5	20,3	16,2	18,2	23,4	99,7
Escola	49,8	8,6	26,5	6,9	4,8	3,1	99,7
Igreja	21,3	7,9	12	4,5	9,3	44	99
Políticos	1,4	0,7	10,7	9,6	13,4	62,9	98,7
Amigos	32	5,5	38,5	7,9	5,8	10	99,7
Jogos	10,7	2,4	15,5	7,2	9,6	54	99,4
Vizinhos	0	0	6,5	6,5	13,1	72,5	98,6

Fonte: O próprio autor.

* Percentual total, excluindo respostas em branco

A perda da confiança nos grupos de família é acompanhada pela menor frequência no acesso, o que pode significar um certo distanciamento das relações familiares e a consequente diminuição da sua relevância entre os jovens, que parecem preferir outras formas de socialização *on-line*.

4.1 FORMAÇÃO DAS ESCALAS

Para analisar as variáveis das escalas enquanto indicadores, utilizou-se como critério a substituição dos valores pela pontuação, conforme apresenta a Tabela 12. Dessa forma, a resposta para cada assertiva respeitou os valores de 1 a 7, eliminando o 4, que seria o ponto neutro, ficando da seguinte maneira: concordo totalmente (7), concordo (6), concordo parcialmente (5), discordo parcialmente (3), discordo (2) e discordo totalmente (1). A escala de propensão à democracia foi a única que teve assertivas invertidas, dessa forma os valores seguem o inverso dessa métrica, começando pelo discordo totalmente. Dessa forma, cada indivíduo gerou um escore, que somados geraram a pontuação do grupo. A soma desses valores deu origem à classificação em níveis: forte, moderado e baixo, conforme apresentado na Tabela 12.

Tabela 12 – Pontuação das escalas

Pontos	Propensão
1 a 3	Baixo
4 a 6	Moderado
7 a 10	Forte

Fonte: O próprio autor.

Seguindo esses critérios foi possível elaborar a propensão de cada escala, como pode ser observado nas Tabelas 13 e 14. É possível observar que há predominância de forte predisposição aos valores apontados em cada uma das escalas. Observando a escala de propensão ao autoritarismo, 57% dos estudantes indicam inclinação para valores fortemente autoritários, que somados com os moderados somam 89,9% dos estudantes. Com as dimensões desagregadas, o convencionalismo e a agressividade autoritária possuem as maiores pontuações, para os altos pontuadores (69,2% e 65,1%, respectivamente), enquanto a submissão autoritária ficou com um percentual maior no nível moderado com 43,5%, ao mesmo tempo que obteve a maior proporção entre os baixos pontuadores, com 19,9%.

Tabela 13 – Proporção da escala de propensão ao autoritarismo

Dimensão	Baixo	Forte	Moderado
Agressividade autoritária	7,5%	65,1%	27,4%
Submissão à autoridade	19,9%	36,6%	43,5%

Convencionalismo	3,1%	69,2%	27,7%
Média Geral	10,2%	57%	32,9%

Fonte: O próprio autor.

A escala de propensão a valores democráticos mostrou que a maioria dos jovens tende a expressar convicções fortemente democráticas. Já a escala de propensão aos valores neoliberais e meritocráticos obteve um resultado próximo ao da escala autoritária, com a pontuação forte ligeiramente maior (58,9%), com os baixos pontuadores levemente menores e os moderados exatamente iguais.

Tabela 14 – Proporções das escalas de Propensão à Democracia e Propensão ao Neoliberalismo e Meritocracia

Escalas	Baixo	Forte	Moderado
Democracia	0,0%	94,5%	5,5%
Neoliberalismo e Meritocracia	8,2%	58,9%	32,9%

Fonte: O próprio autor.

A escala é observada pela soma das assertivas, dessa forma, os itens de cada escala precisam ser vistos em conjunto, ou seja, em relação com as demais. Observar isoladamente, no entanto, contribui para entender as nuances do conjunto dos dados. Por isso, entender as escalas em conjunto e depois pelas assertivas é importante para observar as dinâmicas desse conjunto de opiniões.

Desagregando os itens de todas as escalas, foi possível estabelecer um percentual para cada assertiva. Na Tabela 15 são mostrados os percentuais somados de todas as concordâncias (concordo totalmente, concordo e concordo parcialmente) e de todas as discordâncias (discordo totalmente, discordo e discordo parcialmente) da escala de propensão ao autoritarismo.

Tabela 15 – Percentual de concordância distribuído pelas assertivas da Escala de Propensão ao Autoritarismo

Dimensão	Assertivas	Concordo	Discordo
Submissão à Autoridade	O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé.	64,6	32,3
	A obediência e o respeito à autoridade são as principais coisas que devemos ensinar às nossas crianças.	75	25
	Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais.	61,8	36
	Nenhuma pessoa decente, normal e em seu próprio juízo, pensaria em ofender um amigo ou parente próximo.	68,4	29,5
	O policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas de bem.	38,1	58,4
Agressividade Autoritária	A maioria de nossos problemas estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos perversos.	62,2	37,5
	Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor.	34,7	62,9
	As pessoas que atacam nossa honra, deveriam ser castigadas.	41,6	52,3
	Os crimes sexuais, tais como o estupro ou pedofilia, merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou um castigo pior.	77	20,6
	Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo.	5,2	92,4
	Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para acalmar os seus pensamentos.	67,7	22,6
	Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser somente pessoais e privados.	83,8	12,7
Convencionalismo	A ciência é fundamental, mas há coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender.	83,5	12,7
	Os seres humanos podem ser divididos em duas classes: os fracos e os fortes.	23,4	73,2
	Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes.	54,6	41,9
	Todos devemos ter fé em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos obedecer.	31,6	60,8
	Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar.	10	88,4
	As obras de arte são muito belas, mas a arte abstrata que não representa nada não deve ser considerada arte.	21	75,2
	É possível concordar com o que sai nos jornais, mas nem sempre eles dizem a verdade.	88	9,3
	Hoje em dia não dá para confiar em nenhuma informação.	55	43,7
	Não é difícil imaginar que um grupo pequeno de pessoas poderosas possa estar por trás da crise que vivemos.	84,5	10,3

Fonte: O próprio autor.

As duas assertivas com maior concordância foram de nossa elaboração: “É possível concordar com o que sai nos jornais, mas nem sempre eles dizem a verdade” (88%), que busca identificar a predisposição à desinformação e “Não é difícil imaginar que um grupo pequeno de pessoas poderosas possa estar por trás da crise que vivemos” (84,5%), que procura reconhecer a tendência à aceitação de teorias conspiratórias, as duas estão no espectro do convencionalismo. Das seis assertivas mais fortes na concordância com mais de 75% das respostas, três estão no convencionalismo, duas na agressividade autoritária e uma na submissão à autoridade. Nesse sentido, a terceira assertiva que reflete valores convencionais foi “A ciência é fundamental, mas...”, que demonstra valores anti-intelectuais e negacionistas da ciência, além de expressar crença em misticismo e forças sobrenaturais. A alta pontuação dessas assertivas convencionais ajudam a compreender a força das convicções anti-intelectuais, o que predispõe os jovens às teorias de conspiração, à desinformação e à negação do pensamento científico. Das assertivas mais fortemente ranqueadas estão duas da dimensão agressividade autoritária: “Hoje em dia, as pessoas se intrometem...” (83,8%), e “os crimes sexuais, tais como estupro ou pedofilia...” (77%), que refletem a tendência à aceitação de discursos violentos baseados na negação de regras morais socialmente estabelecidas, no castigo e na humilhação, como formas de punição. Na dimensão da agressividade prevalece o princípio da força, do justicamento e, implicitamente, representa uma falta de confiança nas leis democráticas, vistas como fracas.

Por outro ângulo, observando as quatro assertivas com menor percentual de concordância temos duas da dimensão violência autoritária e quatro da dimensão convencionalismo. A afirmativa com menor percentual foi “os homossexuais são quase criminosos...” (5,2%), que expressa abertamente a violência homofóbica, o que indica uma aceitação maior de valores relacionados à inclusão de minorias. Em seguida, estão três itens do convencionalismo: “Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar” (10%), o que pode evidenciar a compreensão da pobreza mais como fenômeno social do que como responsabilidade social; “as obras de arte são muito belas, mas a arte abstrata que não representa nada não deve ser considerada arte” (21%), item este de nossa elaboração, que demonstra uma menor disposição dos jovens ao preconceito intelectual contra as formas de arte mais

complexas, que exigem capacidade de abstração; e, por último, “os seres humanos podem ser divididos em duas classes: os fracos e os fortes” (23,4%).

A propensão à democracia teve os valores mais altos das três escalas testadas. Na Tabela 16 encontra-se a soma do percentual de concordância e discordância distribuída pelas assertivas. Sendo assim, os dois itens mais altos foram “o povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais...” e “o povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia”, com 96,9% e 96,6%, respectivamente.

Tabela 16 – Percentual de concordância distribuído pelas assertivas da Escala de Propensão à Democracia

Assertivas	Concordo	Discordo
Para conseguir prender criminosos, às vezes as autoridades podem agir sem respeitar a lei.	40,2	56,7
Num momento de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas.	30,6	64,6
Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	81,1	10,3
O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia.	96,6	2
O povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais é essencial para a democracia.	96,9	2,4
É difícil acreditar no resultado de uma eleição quando os votos não batem com o desejo do povo nas ruas.	67,4	27,4
Os juízes devem ter capacidade de impedir o governo de agir além de sua autoridade.	79,4	14,1

Fonte: O próprio autor.

O terceiro maior percentual de concordância foi “apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível...” com 81,1%. Dos sete itens, só um ficou abaixo dos 50%: “É difícil acreditar no resultado de uma eleição quando os votos não batem com o desejo do povo nas ruas” (27,4%), assertiva invertida que procurou expressar, pela discordância, a aceitação do sistema eleitoral e do resultado das eleições, o que pode indicar, mesmo com um índice alto de propensão à democracia, uma tendência à aceitação de discursos deslegitimadores do processo eleitoral. O segundo menor item, “Para conseguir prender criminosos, às vezes as autoridades podem agir sem respeitar a lei” (56,7), igualmente invertido, evidencia uma menor

predisposição à aceitação dos limites legais no uso da força do Estado contra a criminalidade, o que pode corroborar discursos autoritários.

A escala de neoliberalismo e meritocracia foi a que teve menor intensidade, comparada com as outras duas. Na Tabela 17 pode ser observado que dos oito itens, metade tem percentual de discordância predominante na distribuição percentual. Isso significa que, em conjunto, não existe uma convicção predominante sobre as ideias neoliberais e meritocráticas, mostrando que elas possuem uma força relativa quanto à predisposição.

Tabela 17 – Percentual de concordância distribuído pelas assertivas da Escala de Propensão ao Neoliberalismo e à Meritocracia

Assertivas	Concordo	Discordo
Quanto mais livre é o mercado, mais livres são as pessoas.	54	33,7
A única responsabilidade social de uma empresa deveria ser lucrar para crescer e gerar empregos.	37,8	60,2
Saúde é importante para todos, mas aqueles que podem pagar mais devem ter o direito de receber um melhor tratamento médico.	21	76,2
A escola tem várias funções, mas a principal é preparar as pessoas para conseguir empregos.	50,9	48,1
Aqueles que são capazes de trabalhar, mas recusam a oportunidade, não devem esperar o apoio da sociedade.	52,6	43,6
O que é bom para as empresas mais bem-sucedidas é sempre bom para todos nós.	13,7	81,8
Os artistas têm o seu lugar na sociedade, mas os empreendedores são mais importantes, pois geram empregos.	39,5	55,7
Devemos trabalhar para dar a todo mundo uma chance igual de sucesso.	67,7	23,8

Fonte: O próprio autor.

Das quatro assertivas com maior concordância, três possuem escores próximos dos 50%, e apenas uma se destaca com o valor de 67,7% (“Devemos trabalhar para dar a todo mundo uma chance igual de sucesso”), que representa, de maneira subjacente, a vinculação do trabalho individual com a ideologia meritocrática de sucesso e deste com a igualdade. Em seguida, sobressai o item “Quanto mais livre é o mercado, mais livres são as pessoas” (54%), que ressalta uma predisposição dos estudantes a apoiar a suposição de que a liberdade econômica se traduziria diretamente em liberdade individual, entendendo o Estado como superficial e desnecessária.

A terceira premissa mais bem pontuada foi “Aqueles que são capazes de trabalhar, mas recusam a oportunidade, não devem esperar o apoio da sociedade”, com 52,6%, o que reflete uma capacidade em potencial de deslegitimar programas e

benefícios sociais. E por último, a quarta assertiva melhor pontuada foi “A escola tem várias funções, mas a principal é preparar as pessoas para conseguir empregos” (50,9%), com uma divisão quase exata entre aqueles que apoiam a visão neoliberal sobre a função social da escola e os que reprovam.

Por outro lado, as discordâncias aparecem com maior relevância do que as concordâncias. O item com maior discordância (“O que é bom para as empresas mais bem-sucedidas...”), obteve 81,8%, enquanto o segundo ficou com 76,2% e o terceiro com 60,2%, revelando uma reprovação mais acentuada das ideias neoliberais que colocam a lógica empresarial acima de direitos sociais.

De maneira geral, os dados das escalas refletiram uma forte inclinação ao autoritarismo, sustentada por valores altos de convencionalismo e agressividade autoritária, e médios de submissão à autoridade. Os valores convencionais reforçaram um perfil de jovem mais propenso ao anti-intelectualismo, à desinformação, à crença em forças sobrenaturais e às teorias de conspiração. Esses valores prevalecem mesmo em contato diário com um ambiente escolar e acadêmico, o que evidencia a sua possível consolidação na visão de mundo.

A forte predisposição ao engajamento em discursos violentos e agressivos, na dimensão da agressividade autoritária, constata, de modo similar, a estruturação de um senso comum que imagina a sociedade dividida entre fracos e fortes, na qual os primeiros precisam se submeter aos segundos. O sadismo do castigo para criminosos é uma consequência dessa lógica, que aparece fortemente organizada na orientação dos jovens e aponta também para a desconfiança com relação ao sistema penal.

Ao mesmo tempo que existe uma tendência mais evidente à agressividade e ao convencionalismo, encontraram-se indícios levemente menores de submissão à autoridade, mas que mantiveram a relevância, indicando potencial apoio e fidelidade a líderes fortes, com poder e capacidade para passar por cima das leis.

A escala de propensão à democracia, por sua vez, apresentou uma cultura fortemente democrática, guiada por princípios de cidadania e participação política. Em suas nuances, é possível ver uma corrosão desses princípios, principalmente na desconfiança com o resultado das eleições, que se contradiz com a alta conformação presente nas afirmativas sobre eleições transparentes e a participação ativa do povo no processo político, ou seja, essa contradição pode indicar que a percepção dos jovens sobre a democracia está sofrendo influência de discursos deslegitimadores.

Por último, a escala que mede valores neoliberais e meritocráticos, indicou a

leve inclinação dos jovens para estas concepções, indicando contradições, como o forte apoio aos direitos sociais de um lado e o entendimento do mercado como condicionante da liberdade individual, de outro. Ao mesmo tempo que negam a centralidade da lógica mercadológica na sociedade, levemente se inclinam para a concepção de escola voltada para o mercado de trabalho. A observação das assertivas dessa escala permitiu entender que essas concepções estão em disputa e que, por isso, não existe unanimidade no direcionamento dessa propensão. Por outro lado, os dados podem refletir, como tendência, o avanço da compreensão neoliberal de sociedade, que desgasta, lentamente, os valores relacionados aos direitos humanos e sociais.

Para observar detalhadamente as implicações dessas escalas com os outros dados, a próxima seção discutirá algumas comparações com a propensão ao autoritarismo, relacionando com os dados já observados.

4.2 AS DINÂMICAS DA PREDISPOSIÇÃO AO AUTORITARISMO

Para demarcar a gradação da propensão aos valores autoritários entre os jovens, foram relacionadas as variáveis com maior relevância com a escala de autoritarismo. Em primeiro lugar foram comparadas as escalas de democracia e de neoliberalismo com o autoritarismo, e, em segundo, as variáveis dos dados gerais. Na Tabela 18 aparecem os dados relativos à comparação com a escala democrática, na qual pode ser observado que 61% dos que são altamente favoráveis aos princípios democráticos, possuem forte pontuação nos valores autoritários. Os valores são altos e confirmam a persistência de convicções autoritárias, independentemente da aceitação de premissas democráticas.

Tabela 18 – Comparação dos índices de propensão à democracia com a propensão ao autoritarismo

Autoritarismo	Democracia					
	Forte	%	Moderado	%	Total	%
Baixo	20	7	1	0	21	7
Forte	177	61	13	4	190	65
Moderado	78	27	2	1	80	27
Total Geral	275	95	16	5	291	100

Fonte: O próprio autor.

Forjada historicamente no autoritarismo, a sociedade brasileira consolidou uma

percepção autoritária sobre as relações políticas, reflexo de sucessivos governos autoritários e da frustração das experiências democráticas (González, Baquero, Grohmann, 2021). Dessa forma, a redemocratização do final dos anos 1980 possibilitou a criação de instituições que reproduzem valores democráticos e entram em disputa com convicções autoritárias formadas pelas experiências históricas (González, Baquero, Grohmann, 2021). As experiências históricas do clientelismo, a devoção a líderes carismáticos, o forte moralismo, assim como a cultura de violência e repressão policial, são princípios que prejudicaram a formação de uma identidade democrática no Brasil (González, Baquero, Grohmann, 2021). Com o ressurgimento de movimentos políticos de extrema direita, os discursos autoritários contrários aos valores democráticos começaram a ser propagados por lideranças com grande popularidade, principalmente nas redes sociais da internet. Diante disso, os jovens, mesmo aceitando as ideias democráticas como pressupostos da convivência civil, interpretam-nas sob princípios autoritários mais estruturados e coesos. A ambiguidade encontrada no interior do comportamento subjetivo reflete as contradições da sociedade brasileira e os conflitos decorrentes de processos históricos.

A ambiguidade, na opinião dos estudantes, também pode ser verificada na Tabela 19, que mostra a comparação entre as escalas de neoliberalismo/meritocracia e autoritarismo.

Tabela 19 – Comparação entre propensão ao neoliberalismo/meritocracia e propensão ao autoritarismo

Autoritarismo	Neoliberalismo/Meritocracia							
	Baixo	%	Forte	%	Moderado	%	Total	%
Baixo	6	2	3	1	12	4	21	7
Forte	7	%	140	48	43	15	190	65
Moderado	10	3	29	10	41	14	80	27
Total Geral	23	8	172	59	96	33	291	100

Fonte: O próprio autor.

Os indivíduos que manifestaram opinião pró-mercado de maneira enfática possuem pontuação alta em autoritarismo, representando 48% dos jovens. Somando-se os valores fortes e moderado dos estudantes mais convictos nas convenções neoliberais temos 58% da população. Por outro lado, 15% dos estudantes com inclinações moderadas ao neoliberalismo/meritocracia, mantêm relação alta com o índice de autoritarismo. Nesse sentido, não só os valores neoliberais e meritocráticos são compatíveis com a escala F, mas também visões de mundo não tão convictas

desses ideais e que expressam, concomitantemente, preceitos mais favoráveis ao papel do Estado na garantia dos direitos sociais. Assim, o apoio ao estado protetor não indica, necessariamente, a conformação aos ideais democráticos, mas pode estar associado com o seu oposto. Para Nilsson e Jost (2020), é comum encontrar, nas pesquisas que utilizam a escala F, a correlação com valores tipicamente capitalistas, porém, em sociedades nas quais existam aparatos estatais consolidados, a predisposição autoritária se associa, de maneira positiva, a direitos humanos ou sociais (Nilsson; Jost, 2020).

Por outro lado, a predileção majoritária dos altos pontuadores da escala neoliberal-meritocrática pelo autoritarismo evidencia a expansão dessa ideologia, que acompanha a consolidação hegemônica dessa forma de capitalismo. A implementação de políticas neoliberais gerou um tipo de ideologia que tende a fortalecer os aspectos autoritários na subjetividade (Gandesha, 2018). Essa ideologia se orienta pelo individualismo e pela meritocracia, se identificando com indivíduos bem-sucedidos, como empresários e celebridades. Gandesha (2018) argumenta que a personalidade neoliberal é uma resposta às pressões e incertezas da sociedade contemporânea, onde as formas tradicionais de segurança e estabilidade são corroídas.

A ideologia do neoliberalismo meritocrático divide as pessoas entre “fortes” e “fracos”, “vencedores” e “perdedores”, reforçando privilégios de *status*, desigualdade social e uma estratificação social rígida, que vê na mobilidade social ascendente a degeneração da sociedade. Quem não vence por conta própria é considerado perdedor, trapaceiro ou aproveitador de auxílios governamentais. São essas formas desumanizadoras e naturalizadoras do asco social elitizado que, internalizadas, podem se associar a convicções autoritárias (Gandesha, 2018, p. 3).

Com relação às comparações entre as escalas, é possível compreender, em resumo, que as convicções autoritárias se consolidam independentemente da aceitação formal de valores democráticos, ao passo que estes últimos são interpretados pela visão de mundo estereotipada que está em processo de sedimentação na personalidade. A coexistência de forte propensão à democracia com a alta predisposição ao autoritarismo, somadas ao contexto político de radicalização e ao contexto de degradação socioeconômica do neoliberalismo, pode indicar um declínio da aceitação de processos democráticos, como fica aparente na menor aceitação de concepções centrais à democracia dentro da própria escala de

democrático, como a capacidade de aceitar processos eleitorais. Comparando as escalas observa-se que, além da aparente natureza híbrida da cultura política, existe um processo de corrosão do caráter democrático. O provável desgaste de convicções pode ser compreendido também na ambiguidade da distribuição dos valores meritocráticos e neoliberais, onde observa-se um declínio da aceitação de valores que representam direitos sociais, atingindo lentamente o âmago da constituição brasileira, ou seja, a ideia de cidadania condicionada pelo acesso aos direitos sociais.

A resiliência da subjetividade autoritária aparece entre os altos e médios pontuadores da escala neoliberal-meritocrática, indicando que não só os indivíduos claramente convencidos das ideias neoliberais são predispostos ao autoritarismo, mas também aqueles que declaram apoio à concepção de Estado protetor. Dessa forma, a forte relação entre autoritarismo e ideologia neoliberal sinaliza um processo que ainda está se estruturando e não está formado completamente na identidade dos jovens. Assim, as imagens de força e culto aos ricos ou poderosos supõe uma inclinação que pode estar em ascendência, gerando um caráter cada vez mais predisposto a classificar as pessoas em categorias maniqueístas de superioridade e inferioridade, que estão inseridas nas dimensões de agressividade autoritária e submissão à autoridade da predisposição ao autoritarismo.

Continuado as comparações, após verificar as relações entre as três escalas, foram selecionadas outras variáveis que contribuem com a compreensão do autoritarismo entre jovens. Assim sendo, na Tabela 20, a relação com a identidade de gênero mostra resultados similares entre meninos e meninas, os valores apontam uma diferença pequena entre os dois gêneros dominantes, na qual os meninos aparecem na frente com 33% de aceitação forte dos valores da escala F e as meninas com 31%.

Tabela 20 – Comparação entre o índice de propensão ao autoritarismo e identidade de gênero

Sexo	Autoritarismo							
	Baixo	%	Forte	%	Moderado	%	Total Geral	%
Feminino	11	4	91	31	40	14	142	49
Masculino	8	3	97	33	37	13	142	49
Sem resposta	2	1	2	1	3	1	7	2
Total Geral	21	7	190	65	80	27	291	100

Fonte: O próprio autor.

Numa análise longitudinal realizada por Chiodi (2023), observou-se um aumento no índice de autoritarismo entre estudantes do Ensino Médio, com base em pesquisas realizadas em 2001, 2015 e 2019 em Porto Alegre, destacando que a diferença entre os dois gêneros, igualmente, não foi relevante estatisticamente (Chiodi, 2023, p. 37).

No entanto, diversas pesquisas que medem posicionamentos políticos entre homens e mulheres têm evidenciado que o gênero masculino tem se identificado, preponderantemente, com valores autoritários e de extrema direita em detrimento do gênero feminino (Burn-Murdoch, 2024; Campbell *et al.*, 2024; Klüppel; Cruz; Cerri, 2021; Severo; Weller; Araújo, 2021). Em uma pesquisa sobre a orientação política de estudantes do Ensino Médio, aplicada nacionalmente, o gênero masculino se mostrou mais inclinado à direita autoritária, com 63,6%, em contraste com 36,4% das respostas femininas (Klüppel; Cruz; Cerri, 2021, p. 5). Como contraponto dos respondentes identificados com a esquerda democrática, 63% eram mulheres e 37% homens (Klüppel; Cruz; Cerri, 2021, p. 5). Dessa forma, esses dados apontam para um perfil predominante de homens, de classe média, com vínculo forte em religiões cristãs e nacionalistas (Klüppel; Cruz; Cerri, 2021).

Em outra pesquisa com estudantes do Ensino Médio, realizada nas cidades de Pelotas, Caxias do Sul e Porto Alegre, em 2019, foram constatados valores correspondentes ao apoio majoritário de homens à extrema direita em comparação com as mulheres (Severo; Weller; Araújo, 2021). Esse estudo apontou a maior probabilidade dos homens se identificarem com a ideologia de extrema direita, sendo 3,56 vezes a mais do que as mulheres, isto é, dos 1.567 respondentes da questão sobre identificação política, 5,5% se declararam pertencentes à extrema direita, sendo 50 mulheres e 197 homens (Severo; Weller; Araújo, 2021, p. 8). Sendo assim, essa pesquisa conclui o perfil de maneira similar com Klüppel, Cruz e Cerri (2021), identificando homens brancos, estudantes de escola privada e com forte identificação com a religião cristã com perfil de extrema direita (Severo; Weller; Araújo, 2021, p. 18-19).

Essa divergência ideológica de gênero já foi percebida pelos institutos de pesquisa nas últimas eleições presidenciais no Brasil, com um predomínio masculino na intenção de votos para Bolsonaro, chegando a 16 pontos percentuais em 2018 e 9 pontos percentuais em 2022 (Lima, 2022). Abarcando esse processo existe uma tendência mundial para o aumento da distância ideológica de gênero entre jovens até

30 anos, na qual mulheres se identificam cada vez mais com valores progressistas e liberais, enquanto homens se predispõem mais para valores conservadores e autoritários (Burn-Murdoch, 2024). Em uma reportagem do *Financial Times*, foi observado um aumento desta discrepância em diversos países, indicando uma tendência mundial entre os jovens, chamados na reportagem de geração Z (Burn-Murdoch, 2024). Os valores dessa divergência variam acima dos 25 pontos em países como Estados Unidos, Alemanha, Polônia, Coreia do Sul, Reino Unido, China e Tunísia, evidenciando que a divisão na qual homens tendem mais a valores conservadores e autoritários do que as mulheres, aumenta drasticamente entre os jovens do que entre outras faixas etárias (Campbell *et al.*, 2024; Burn-Murdoch, 2024). Esses dados indicam que as mulheres jovens têm ampliado uma percepção progressista de mundo, diferentemente das mulheres de outras gerações, que mantêm uma identificação política mais próxima dos homens. Essa disparidade pode estar relacionada com dois fatores: o aumento da socialização *on-line* — que dificulta a socialização intergênero e provoca a hiperconectividade baseada em bolhas algorítmicas; e com a diminuição da capacidade de consumo provocadas pelas crises econômicas neoliberais, o que nutre ressentimento, principalmente do gênero masculino, que apresenta mais dificuldade de lidar com a perda de *status* (Reeves, 2022). Consequentemente, as redes internacionais de extrema direita têm manipulado essa divergência para aumentar a polarização entre gêneros, com o intuito de fortalecer suas pretensões políticas.

Por outro lado, a convergência dos gêneros masculino e feminino em nossa amostra indica o efeito contrário, ou seja, que as mulheres estão tão propensas ao autoritarismo quanto os homens. Dessa forma, as novas formas de socialização podem ter efeito inverso entre as mulheres, reforçando e consolidando valores cada vez mais autoritários. Por outro lado, outros fatores podem estar relacionados, como a socialização religiosa que pode ser um fator igualmente impactante na predisposição das mulheres ao autoritarismo.

Se a relação entre identidade de gênero e autoritarismo mostrou equivalência, o mesmo não ocorreu com a variável cor/raça, como pode ser observado na Tabela 21 a seguir.

Tabela 21 – Comparação entre o índice de propensão ao autoritarismo e raça

Cor/raça	Autoritarismo							
	Baixo	%	Forte	%	Moderado	%	Total Geral	%
Amarelo(a) (de origem oriental)	0	0	14	5	3	1	17	6
Branco(a)	13	4	99	34	56	19	168	58
Negro(a)		0	14	5	4	1	18	6
Pardo(a)/moreno(a)	7	2	63	22	17	6	87	30
Preto(a)	1	0	0	0	0	0	1	0
Total Geral	21	7	190	65	80	27	291	100

Fonte: O próprio autor.

Na proporção geral, os jovens que se declararam brancos possuem a maior predisposição ao autoritarismo com 34%, enquanto os pardos ficam em segundo com 22%, e negros e amarelos/asiáticos aparecem empatados em terceiro, com 5% dos pesquisados. Se os dados forem observados a partir do percentual de cada estrato, verifica-se que 82% de todos que se declararam amarelos/asiáticos, se identificam com valores fortes de autoritarismo, 77% dos negros, 72% dos pardos/morenos e 59% dos que se declararam brancos. Dessa forma, percebe-se que a propensão ao autoritarismo segue caminhos desiguais entre as raças, sendo que a raça mais significativamente afetada, proporcionalmente pelas convicções fortemente autoritárias, é a população negra, que representa 36% dos estudantes que participaram da pesquisa, somando-se pardos e negros/pretos, o que pode pressupor que a desigualdade mais abrangente que acompanha esse estrato aumenta a propensão ao autoritarismo. Todavia, os maiores pontuadores foram os autodeclarados amarelos/asiáticos – que compuseram um percentual perto da unanimidade, em conformidade com a crença autoritária – indicando a necessidade de pesquisas complementares para compreender melhor esse índice.

Em contrapartida, a pesquisa realizada pelo FBSP em 2017, demonstrou uma pequena diferença percentual entre as raças no Brasil, com pardos alcançando 8,3 pontos, pretos 8,1 e brancos com 7,9, numa escala que vai de 1 a 10, na qual acima de 7 é considerado alto pontuador na escala F. No entanto, a mesma pesquisa realizada em 2022, mostrou uma igualdade entre as três raças diagnosticadas, o que evidencia que a alta propensão, em nível nacional, pode não ter diferenças significativas nessa variável.

Em seguida, a autodeclaração religiosa foi cotejada com o índice de autoritarismo. Não obstante, os dados mostraram que 33% dos indivíduos fortemente predispostos ao autoritarismo, se declararam católicos, enquanto 17% se

consideraram evangélicos. Entre os altos pontuadores, as outras formas de expressão religiosa ficaram com valores menos significativos, como é o caso daqueles que se declararam não ter religião e dos agnósticos, com 4,8% e 4,5%, respectivamente. Se isolarmos os indivíduos que se declaram católicos, 71,36% de todos eles pontuaram alto na escala de autoritarismo, ao passo que entre os evangélicos esse valor representa 68,5% dos indivíduos, indicando uma forte predisposição ao autoritarismo neste estrato. Entre os que declararam não possuir religião, os valores alto e moderado para autoritarismo ficaram melhor distribuídos, com 50% dos sem religião, afirmando valores altamente autoritários, e 39% valores moderados. Entre os agnósticos observou-se um fenômeno similar, com 48% dos indivíduos pontuando alto, 29,6% médio e 22% baixo, mostrando um valor percentual alto para baixos pontuadores. As demais expressões religiosas não tiveram valores expressivos e a forma como os jovens descreveram-nas foi mantida.

Tabela 22 – Comparação entre o índice de propensão ao autoritarismo e religião

Religião	Autoritarismo							
	Baixo	%	Forte	%	Moderado	%	Total Geral	Total %
Africana e afro-brasileira		0	4	1,4	3	1,	7	2,4
Agnóstico	6	2	13	4,5	8	2,7	27	9,3
Ateísta	1	0,3	1	0,3	3	1	5	1,7
Budismo de Nichiren Daishonin					1	0,3	1	0,3
Budista					1	0,3	1	0,3
CCB			1	0,3			1	0,3
Cristã	1	0,3					1	0,3
Cristã – Católica	7	2,4	96	33	31	10,7	134	46,2
Cristã – Protestante/ Evangélica	2	0,7	50	17	21	7,2	73	25,2
Cristã – Testemunha de Jeová			1	0,3			1	0,3
Cristão – apenas acredito em Deus.			1	0,3			1	0,3
Cristão não praticante			1	0,3			1	0,3
Espiritista			3	1	1	0,3	4	1,4
Hinduísta			1	0,3			1	0,3
Não possui religião	3	1,0	14	4,8	11	3,8	28	9,7
Não tenho religião específica, mas acredito na espiritualidade			1	0,3			1	0,3
Oriental			1	0,3			1	0,3
Paganismo			1	0,3			1	0,3
Satanismo			1	0,3			1	0,3
Total Geral	20	6,9	190	65,5	80	27,6	290	100

Fonte: O próprio autor.

Os dados mostram, dessa forma, que os cristãos (71,36% dos católicos e 68,5% dos evangélicos) foram mais propensos ao autoritarismo do que os jovens que professaram devoção em outras religiões, revelando que o cristianismo está fortemente relacionado com convicções autoritárias. De outra forma, os valores mais baixos para a predisposição ao autoritarismo estão representados entre os que não possuem religião e os que se declararam agnósticos. Essa relação entre cristianismo e autoritarismo também foi diagnosticada, numa pesquisa anterior, identificando os cristãos com pontuações altas na escala F, e os que professam outras religiões ou são ateus, com valores mais baixos (FBSP, 2022).

A configuração ideológica autoritária e a sua capacidade de criar convicções rígidas exerce, assim, uma influência forte sobre a religiosidade cristã. Se no início do século XX havia a percepção de que as instituições sociais estavam perdendo a sua autonomia, como foi percebido pelo *Institut* nos estudos sobre a família, hoje é possível supor que tais instâncias se tornaram cada vez mais espaços vazios de sentido próprio e abertos para propaganda conformadora da configuração ideológica vigente. O caráter autoritário do jovem cristão revelaria, assim, a consolidação de uma visão dogmática do mundo que ajudaria a validar não somente o tradicionalismo na forma de convicções rígidas baseadas na fé, mas, sobretudo, a aceitar a violência como um traço normal do comportamento e a submissão rigorosa à autoridade como uma legitimação cega de líderes políticos que dissimulam valores similares.

O cristianismo autoritário encontrado no perfil desses jovens revela ainda uma sedimentação, que pode estar relacionada com a cristalização de dogmas do nacionalismo cristão que promovem uma visão estereotipada de mundo, favorecendo a intolerância e valores antagônicos com os direitos humanos.

A relação intrincada entre identidade nacional e crenças religiosas pode fortalecer perspectivas fundamentalistas que marginalizam grupos sociais que não aderem às mesmas doutrinas religiosas ou que mantêm ideologias políticas divergentes (Brancoli, 2024). Esses princípios subjacentes refletem uma ideologia fascista em relação à organização social, que se esforça para criar um senso de coesão social excluindo ativamente todos os indivíduos e coletivos que estão fora dos parâmetros do grupo específico, ao qual os fundamentalistas reivindicam lealdade. Consequentemente, a influência religiosa reforça a identificação com valores rigidamente definidos e muitas vezes estereotipados, ao mesmo tempo que pode exercer controle sobre a socialização familiar. Em última análise, esse fenômeno pode

contribuir para a erosão e desintegração de ideais que promovem o multiculturalismo e a tolerância. Portanto, as identidades juvenis que expressam valores cristãos e ao mesmo tempo são predispostas ao autoritarismo, possuem o potencial de aceitar de maneira dogmática a agenda de políticos de extrema direita que defendem os mesmos ideais aceitos pela comunidade religiosa.

Por último, o índice de autoritarismo foi comparado com as classes sociais (Tabela 23), e o resultado mostra uma distribuição heterogênea do autoritarismo entre as classes, com menores índices de pontuação alta nas extremidades (classes DE, C2 e A), e com valores melhor distribuídos entre as classes C1 e B1, ou seja, nas classes médias e médias-altas.

Tabela 23 – Comparação entre o índice de propensão ao autoritarismo e classes sociais

Classes Sociais	Autoritarismo						Total Geral
	Baixo	%	Forte	%	Moderado	%	
A	0	0	10	3	6	2	16
B1	3	1	29	10	12	4	44
B2	8	3	75	26	33	11	116
C1	4	1	52	18	14	5	70
C2	6	2	22	8	14	5	42
DE	0	0	2	1	1	0	3
Total Geral	21	7	190	65	80	27	291

Fonte: O próprio autor.

Comparando a distribuição dos dados em cada estrato, observou-se um arranjo mais homogêneo entre os pontuadores fortes: 63% dos jovens que pertencem à classe A obtiveram pontuação alta na escala F, enquanto 66% da classe B1 ficaram com resultados fortes, 65% da B2, 74% da C1, 52% da C2 e 67% da DE. Nessa comparação, os resultados que mais destoam são os dos jovens da classe C1, com valores mais altos e os da classe C2 com valores mais baixos. A discrepância nessas duas classes continua por outro ângulo, a classe C1 possui a menor proporção de pontuadores moderados com 20% dos indivíduos, enquanto os jovens da classe C2, que fizeram um movimento oposto, possuem um valor alto de pontuadores moderados, 33%, e o valor mais alto entre os baixos pontuadores, com 14% dos indivíduos deste segmento. É importante destacar que a sub-representação das classes D/E dificulta a comparação com as demais, mesmo com resultados similares,

pois os dados, no geral, não são representativos. Contudo, se observarmos a estimativa de renda média de R\$ 2.403,04 para a classe C2 (ABEP, 2024), o valor estimado representaria menos de dois salários mínimos, o que indica a proximidade deste estrato com os setores mais pobres da classe média. Logo, a menor propensão ao autoritarismo não estaria numa classe média tradicional, mas numa classe média formada por trabalhadores, provavelmente com rendas menores que dois salários mínimos. Esse dado destoa de outro levantamento nacional, que indica valores maiores de autoritarismo entre as classes mais pobres e menores entre as classes mais abastadas (FBSP, 2017).

Mesmo considerando a diferença da relação com o autoritarismo nas classes C1 e C2, ainda é mais provável afirmar que ocorre uma distribuição mais uniforme dos valores fortes de autoritarismo entre as classes sociais, pois os índices abarcam mais da metade da população de cada estrato, ou seja, a maioria dos jovens em cada estrato está mais predisposta ao autoritarismo.

Resumidamente, observando as comparações realizadas até aqui, observa-se que jovens autodeclarados negros, pardos e asiáticos possuem maior propensão ao autoritarismo do que aqueles que se declaram brancos. Não existe diferença consistente com relação à identidade de gênero, indicando que as mulheres são tão predispostas ao autoritarismo quanto os homens. Meninos e meninas cristãos (católicos e evangélicos) são mais predispostos ao autoritarismo do que os devotos de outras religiões e, igualmente, dos que não possuem religião. O autoritarismo está distribuído de maneira mais uniforme entre as classes sociais médias, com uma distribuição levemente menor para a classe média pobre, mas que não é significativa, pois a população de cada uma das classes permanece com valores altos de autoritarismo.

Os resultados do estudo, de maneira geral, apontaram para a existência de forte predisposição ao autoritarismo entre os jovens da amostra. Como os sujeitos nessa média de idade ainda estão em processo de estruturação da personalidade e de suas convicções, foi possível pressupor que a socialização gerou posições ambíguas que refletiram as dinâmicas contraditórias da sociedade brasileira na individuação, mas que, provavelmente, ainda não são permanentes na subjetividade.

As antinomias da estrutura material formam a configuração ideológica, que subsiste de maneira tácita e possibilita a integração social dos indivíduos pela conformação com as relações materiais e objetivas da sociedade capitalista. Os

indivíduos, por sua vez, reinterpretem os valores propagados pelas agências de socialização, condicionando a formação da personalidade. Existe, sobretudo, uma estruturação seletiva da materialidade social caracterizada pela escolha de valores que melhor condizem com as carências inconscientes, que são importantes para a individuação.

O sofrimento causado pelo acesso direto à materialidade contraditória provoca um cálculo seletivo nos sujeitos, que ao mesmo tempo em que compreendem a necessidade de ignorar processos sociais que causam desconforto, entendem que projetar as aflições no “outro” gera alívio. Dessa forma, a mediação evidencia que a predisposição ao autoritarismo não é um processo unilateral que assujeita os jovens, pelo contrário, a escolha racional de não se confrontar com valores culturais dominantes mostra que existe responsabilidade e que ela ainda está se consolidando no processo de transição para a vida adulta. A reprodução de valores estereotipados, portanto, pode servir de paliativo para as tensões socioeconômicas, pois a figura do bode expiatório favorece a integração dos indivíduos no todo social, desviando a capacidade de compreensão do problema em si.

Os resultados também apontaram que o caráter autoritário é resiliente diante do contexto social e dos princípios morais vigentes, mesmo que estes sejam opostos. A coexistência de valores fortemente democráticos com autoritários indica não somente a existência da ambiguidade, mas a tendência de que as opiniões democráticas são reinterpretadas pelo viés autoritário que condiciona esse processo por ser dominante, isto é, por ser estruturado na personalidade dos estudantes. O que motiva essa interpretação são dois fatores inerentes da teoria crítica de Adorno: o primeiro está associado à concepção da escala de autoritarismo, que foi criada para captar opiniões mais profundas que conduzem ao inconsciente; o segundo se refere ao contexto sócio-histórico, que reflete as condições autoritárias do processo de produção e da configuração ideológica hegemônica, que é acentuada pela dinâmica dos movimentos de extrema direita. Dessa forma, as escalas de democracia e de neoliberalismo suscitam opiniões mais formais, condizentes com as convenções “moralmente aceitas” pelo consenso social vigente, enquanto a escala de autoritarismo expõe valores mais sólidos que podem ser consolidados na personalidade dos indivíduos após a transição etária. Somando as escalas ao contexto político de radicalização de extrema direita e de degradação socioeconômica do processo produtivo neoliberal, é possível supor um declínio da legitimação da

cultura democrática. A ambiguidade, dessa forma, é entendida como um efeito que indica a corrosão do caráter democrático, um movimento processual, condicionado pelas contradições sociais. Por outro lado, essa corrosão não é absoluta, apenas mostra que, mesmo com o forte apoio aos princípios democráticos, esses valores estão em disputa e que consensos como os que entendem a disputa eleitoral como justa, estão se decompondo frente às tensões sociais vigentes.

Em contrapartida, a adesão aos preceitos neoliberais e meritocráticos indica um aprofundamento dos valores de superioridade e legitimação da lógica de mercado, o que dificulta a capacidade de reconhecimento dos direitos sociais e do papel do Estado no bem-estar dos sujeitos. O autoritarismo da lógica neoliberal fortalece as convicções sadomasoquistas que depreendem a estrutura social de maneira estática, na qual as pessoas “certas” estariam no topo e o “outro”, aquele que não pertence ao grupo de referência, estaria condicionado às posições subalternas. Assim, o direito é visto como privilégio e legitimado para os indivíduos “bem-sucedidos” e deslegitimado para os “fracassados”, formando uma compreensão de estratificação social rígida. A desigualdade social estaria na lógica da estereotipia e da personalização, enquanto os mais poderosos são exaltados, os mais pobres ou aqueles que estão “fora do grupo de referência” são desprezados, e o culpado pela riqueza ou da pobreza é o indivíduo e não a sociedade. No estudo é possível perceber que os valores neoliberais e meritocráticos estão em disputa contra a crença no direito social. É possível, assim, entender o avanço de ideais de mercado acompanhados por uma gradual descrença no Estado como indutor de direitos sociais.

Observando mais atentamente os dados, a predisposição ao autoritarismo aparece homogênea na diferenciação entre duas variáveis sociais. Praticamente não existe diferença na identificação de gênero, com valores equivalentes entre meninos e meninas, ao passo que na variável de cor/raça observa-se que os jovens negros, pardos e asiáticos, são levemente mais inclinados ao autoritarismo do que os brancos. Entretanto, existe uma diferença acentuada na variável religião, onde os que se declaram cristãos possuem maior propensão ao autoritarismo do que os jovens que indicam outras crenças.

Por outro lado, foi observada uma distribuição levemente heterogênea do autoritarismo entre as classes sociais. Todavia, levando em conta a sub-representação das classes D e E, assim como o predomínio das classes médias na amostra, é mais apropriado compreender o perfil dos jovens como

predominantemente de classe média, do que tentar comparar com as classes que tiveram pouca representação. Dessa forma, as dinâmicas da predisposição ao autoritarismo são o retrato de um grupo social que está concentrado entre as classes C e B, e que evidencia, ao mesmo tempo, a possível elitização do ensino público federal que não consegue atingir a população, que depende mais do acesso à política pública gratuita. É possível deduzir, assim, que ter mais posses e recursos não favorece uma cultura cidadã.

Em síntese, os resultados apresentados até aqui permitem indicar tendências acerca da predisposição ao autoritarismo entre jovens do IFPR. No entanto, é fundamental ressaltar que esse estudo é limitado, uma vez que se baseia em uma amostra não representativa, o que induz a necessidade de estudos com amostragem mais abrangente. As análises realizadas nessa pesquisa partem de pressupostos teóricos dos estudos de Adorno e de seus colegas do *Institut*, ou seja, são hipóteses em desenvolvimento. Mesmo entendendo que essa teoria não possui tradição na Sociologia, requisitá-la na pesquisa possibilitou aumentar a compreensão sobre a complexidade da predisposição ao autoritarismo na sociedade capitalista. Foi possível sugerir, nesse sentido, que os freios que impedem a manifestação completa da subjetividade autoritária estão se decompondo, fruto das contradições sociais e da disputa ideológica. Portanto, a teoria frankfurtiana abre novos caminhos para a interpretação sociológica, que podem ser explorados para contribuir com esse debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi identificar a predisposição ao autoritarismo entre os estudantes do IFPR que participaram de um estudo exploratório. A amostra obteve 291 respostas de jovens matriculados em Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da instituição citada, que responderam a um questionário fechado distribuído por formulário *on-line* em 9 campi, com prevalência dos campi situados nas cidades de Londrina, Jacarezinho e Astorga. A predisposição ao autoritarismo foi medida a partir de escala Likert de concordância elaborada com base na escala F de Adorno, mas com alterações nas assertivas. Para analisar as opiniões dos estudantes foram construídas outras duas escalas de opinião, uma que mediu o apoio à democracia e outra que aferiu o apoio à ideologia neoliberal/meritocrática. O resultado mostrou forte predisposição ao autoritarismo entre os jovens, cuja personalidade ainda está em formação. Os dados ajudaram a compreender que existe uma socialização autoritária que produz posições contraditórias, refletindo as tensões da sociedade brasileira, mas que tais traços ainda não são definitivos, pois os jovens estão em transição para a vida adulta. Essa análise só foi possível pela interpretação do processo histórico de formação de estruturas autoritárias na sociedade brasileira feita no primeiro capítulo.

Dessa forma, no primeiro capítulo foi apresentada a trajetória do fascismo, desde suas raízes clássicas na Europa até a sua manifestação contemporânea no Brasil. Em geral, os movimentos de extrema direita, caracterizados pelo radicalismo ou pela institucionalização, foram apresentados como uma continuação das ideologias fascistas que surgiram na primeira metade do século XX. A compreensão dessa continuidade facilitou a identificação, tanto das transformações quanto da permanência do fascismo na contemporaneidade. A natureza mutável do fascismo, que se adapta de acordo com os contextos históricos, persiste nos movimentos contemporâneos de extrema direita, que se adaptam às estruturas sociais de cada país. A política de massa, servindo como fundamento da atividade política, é outra característica duradoura dentro da estrutura da extrema direita, que emprega mecanismos sofisticados de disseminação ideológica, como o uso de redes sociais da internet. Sendo assim, esses movimentos se reestruturaram sem alterar significativamente suas ideologias fundamentais, mudando narrativas, elaborando novos traços ideológicos, mas mantendo a coerência em seu formato avesso ao multiculturalismo, aos direitos humanos e aos princípios democráticos.

No Brasil, desde a colonização portuguesa, uma construção social autoritária e racialmente discriminatória foi estabelecida, caracterizada por uma classe burguesa iliberal. Como o processo de democratização, que forjou a estrutura política atual, não freou os impulsos autoritários estruturados historicamente, a ascensão do bolsonarismo pôde ser vista não como algo raro e desconectado das tendências autoritárias subjacentes. O bolsonarismo no poder levou a cabo táticas fascistas de ação política, entrelaçando pautas moralistas e metodologias de propaganda nas redes sociais que ampliaram o tensionamento das massas de apoiadores contra as instituições políticas.

O nexos entre a estrutura social e a predisposição autoritária revelou que o fascismo latente é um processo basilar da cultura política brasileira. Dessa forma, o autoritarismo hegemônico embutido nos valores normalizados dos indivíduos foi interpretado como um reflexo da dinâmica contraditória inerente ao capitalismo.

A pesquisa teve como foco o potencial permanente do fascismo, entendido como um processo social intrínseco ao capitalismo, capaz de prosperar em democracias devido à cultura autoritária. Assim, atitudes preconceituosas podem revelar predisposição ao autoritarismo. A abordagem sociológica da teoria frankfurtiana de Adorno, buscou compreender a subjetividade autoritária a partir da relação dialética entre indivíduo e sociedade. Os sujeitos não são meros reprodutores de normas nem agentes isolados, mas estão ligados estruturalmente à sociedade que os forma e por eles é também estruturada.

O estudo revelou uma significativa predisposição ao autoritarismo entre os jovens da amostra, especialmente entre aqueles de classe média, cristãos e, de forma mais discreta, entre negros, pardos e asiáticos. Nesse sentido, observou-se valores elevados de convencionalismo e agressividade autoritária, e valores médios de submissão à autoridade. O convencionalismo mostrou jovens mais propensos ao anti-intelectualismo, à desinformação, à crença em forças sobrenaturais e a teorias da conspiração, mesmo em contato diário com o ambiente escolar e acadêmico, sugerindo que esses valores já estão consolidados em sua visão de mundo.

A agressividade autoritária indicou forte predisposição a discursos violentos, refletindo uma visão de sociedade dividida entre fracos e fortes, onde os primeiros devem se submeter aos segundos. O sadismo em relação ao castigo de criminosos é uma consequência dessa lógica, indicando também desconfiança com o sistema penal. Por fim, a submissão à autoridade, embora ligeiramente menos expressiva que

as outras duas dimensões, manteve relevância, apontando para apoio e lealdade a líderes fortes, capazes de agir acima das leis.

Por outro lado, a escala de propensão à democracia identificou uma cultura fortemente democrática entre os jovens, baseada em princípios de cidadania e participação política. Entretanto, notou-se contradições, especialmente na desconfiança em relação aos resultados das eleições. Isso sugere que a visão dos jovens sobre a democracia pode estar sendo influenciada por discursos que deslegitimam as instituições democráticas.

Já a escala de valores neoliberais e meritocráticos apontou uma inclinação média a essas concepções, evidenciada pelo apoio simultâneo aos direitos sociais e à ideia de que o mercado condiciona a liberdade individual. Apesar de rejeitarem a centralidade da lógica mercadológica na sociedade, os jovens demonstram certa concordância com uma educação voltada ao mercado de trabalho.

Quando as escalas foram comparadas, os resultados indicaram que o autoritarismo permanece resistente mesmo em contextos marcados por princípios democráticos, revelando a coexistência contraditória entre valores democráticos e autoritários. Opiniões democráticas podem, assim, ser reinterpretadas por um viés autoritário já estruturado na personalidade dos indivíduos e reforçado pelas condições sociais. Enquanto as escalas de democracia e neoliberalismo refletiram opiniões mais formais e socialmente aceitas, a escala de autoritarismo expôs valores mais profundos e em processo de consolidação. Nesse contexto, na comparação entre a predisposição autoritária e o apoio à democracia, observou-se uma possível corrosão gradual da cultura democrática.

Ao mesmo tempo, a escala que mediu a adesão a valores neoliberais e meritocráticos, quando comparada com a de propensão ao autoritarismo, apontou que as ideias de superioridade social e legitimação da lógica de mercado, geram um enfraquecimento do reconhecimento dos direitos sociais e do papel do Estado. Essa visão autoritária tende a reforçar uma compreensão rígida da estratificação social, ampliando a descrença nas políticas sociais.

A alta predisposição ao autoritarismo entre os jovens não pode ser vista como uma determinação em si, mas como um indicador, não significando que as convicções estejam consolidadas. Os estudantes estão em transição para a vida adulta, um processo que estrutura a personalidade e forma visões de mundo. Portanto, a ambiguidade observada nos resultados é fruto da complexa rede de processos

socializadores que o jovem está inserido e reflete a dinâmica contraditória da sociedade brasileira. Isso não os isenta de responsabilidade, pois os indivíduos se orientam racionalmente. A dinâmica entre o impulso emocional e a escolha racional nutre posições ambíguas que induzem o indivíduo a se orientar de maneira aparentemente incoerente, mas que estrutura escolhas e gera o esclarecimento da ação desenvolvida e a justificação do posicionamento ideológico. A mediação é um processo dialético que mostra, assim, o elo contraditório da convicção individual com a estrutura social, pois os processos sociais da configuração ideológica produzem resultados emocionais.

Essa tendência não se manifesta de maneira absoluta ou acabada, mas como um processo ambíguo e em formação, reflexo das contradições estruturais da sociedade capitalista e da socialização ainda em curso. A escolha racional por não confrontar valores autoritários e a projeção das aflições em bodes expiatórios revelam um mecanismo de alívio das tensões socioeconômicas, evidenciando que o autoritarismo é resiliente e adaptável a diferentes contextos sociais.

As análises observadas até aqui são hipóteses em desenvolvimento, pois elas não trazem respostas definitivas, mas indicam possíveis interpretações. Os estudos sobre o autoritarismo são importantes para a compreensão dos limites da sociedade capitalista e suas contradições. Porém, a abordagem, tanto do autoritarismo como da teoria sociológica de Adorno, não possui tradição na sociologia contemporânea. O resgate deste tema pode contribuir, no entanto, com o entendimento das contradições imanentes do processo de socialização. A ação humana, por força da dialética, é ao mesmo tempo reprodutora e emancipatória, no entanto, a tendência autoritária latente, quando exacerbada pelo contexto social, produz, predominantemente, uma socialização alienante, que serve de conformação acrítica da lógica social, predispondo o indivíduo ao autoritarismo. Denunciar as dinâmicas da socialização autoritária é um papel da sociologia crítica, que procura desnudar as contradições sociais e produzir um debate que pode contribuir com a superação dessa lógica.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre Psicologia Social e Psicanálise**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organização Virginia Helena Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia**. Tradução de W. L. Maar. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- ARANTES e SILVA, Fernanda. **Coletivos juvenis e transição para vida adulta: desafios vividos por jovens da cidade de São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ARAÚJO, Angélica Lyra de; LIMA, Ângela Maria de Sousa. LENPES e Ensino Médio: diálogos com as juventudes nas escolas públicas. **Ensino de Sociologia em Debate**. Londrina, v. 1, n. 6, jan./dez. 2016.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Golpe na cultura: Intelectuais, universidade pública e contextos de crise no Brasil. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 32-4, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP): **Critério de Classificação Econômica Brasil 2024**. Disponível em https://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2022.pdf. Acesso em: 25 jan. 2026.
- AVRITZER, Leonardo; RENNO, Lucio. The Pandemic and the Crisis of Democracy in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 442-457, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/home/pla>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute Vivian Angelo; MORAIS, Jennifer Azambuja de. Os jovens estão mais assertivos politicamente no Brasil? Uma análise da cultura política. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 71-94, maio/ago. 2016.
- BLOCH, B. The origins of Adorno's psycho-social dialectic: psychoanalysis and neo-Kantianism in the young Adorno. **Modern Intellectual History**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 1-29, 2017. DOI: 10.1017/S147924431700049X.
- BRANCOLI, Fernando. **Bolsonarismo: the global origins and future of Brazil's far right**. [S. l.]: Rutgers University Press, 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, DF, 2019a. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf

f> Acesso em: 08 jan. 2019.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008a. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 05 mar. 2019.

BURN-MURDOCH, John. A new global gender divide is emerging. **Financial Times**, [s. l.], 26 jan. 2024. Disponível em: <https://www.ft.com/content/29fd9b5c-2f35-41bf-9d4c-994db4e12998>. Acesso em: 19 jul. 2024.

CAMPBELL, R.; MAY, G.; DUFFY, B.; SKINNER, G.; GOTTFRIED, G.; HEWLETT, K. **Emerging tensions?** How younger generations are dividing on masculinity and gender equality. Relatório de Pesquisa. London, King's College, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18742/pub01-167>.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Conduzindo pesquisas com questionários *on-line*: uma introdução às questões metodológicas. In: SILVA, Tarcízio; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro (org.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, 2018. p. 31-55.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLI GATTINARA, Pietro; PIRRO, Andrea L. P. The far right as social movement. **European Societies**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 1-31, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616696.2018.1494301>. Acesso em: 10 maio 2024.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-571, 2019.

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 26 jun. 2024. DOI: 10.5007/2175-8034.2021.e75630.

CHIODI, Alexsander Dugno. **Valores conservadores e autoritários na juventude brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

COHN, Gabriel. O fascismo latente. **Lua Nova**. São Paulo, n. 116, p. 37-52, 2022.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). TIC Kids Online Brasil 2023: **Crianças estão se conectando à Internet mais cedo no país**. 18 jul. 2023. Disponível em: <https://cgi.br/noticia/releases/tic-kids-online-brasil-2023-criancas-estao-se-conectando-a-internet-mais-cedo-no-pais/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). TIC Kids Online Brasil 2023: **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos**

domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2025. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/publicacoes/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. **A personalidade autoritária:** antropologia crítica e psicanálise. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019b.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da (org.). Apresentação à edição brasileira. *In:* ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária.** São Paulo: Editora Unesp, 2019a.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Observações sobre ‘A Personalidade Autoritária’ de Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson e Sanford. **Trans/Form/Ação**, Marília, SP, v. 44, n. 2, p. 345-384, 2022. DOI: 10.1590/0101-3173.2021.v44n2.24.p345. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/9878>. Acesso em: 24 mar. 2025.

CROCHÍK, José Leon. Tecnologia e individualismo: um estudo de uma das relações contemporâneas entre ideologia e personalidade. **Análise Psicológica**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 529-543, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v18n4/v18n4a08.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes: reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007. Edição especial.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>.

DE MARIA, Fábio. **Crítica da autoridade:** dominação e emancipação na obra de Max Horkheimer. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DRUMMOND, Daniela; MANGINELLI, Francieli. **O ataque de 8 de janeiro nos editoriais dos jornais brasileiros.** Scielo Pre. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7040>. Acesso em: 28 jun. 2024.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Apresentação à edição brasileira. *In:* ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

DYRENDAL, Asbjørn; KENNAIR, Leif Edward Ottesen; BENDIXEN, Mons. Predictors of belief in conspiracy theory: The role of individual differences in schizotypal traits, paranormal beliefs, social dominance orientation, right wing authoritarianism and conspiracy mentality. **Personality and Individual Differences**, [s. l.], v. 173, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.110645>.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FAUSTINO, Deivison. O que veio antes do fascismo? O racismo e a via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro. **Revista Estilhaço**, São Paulo, n. 1, jan. 2023. Disponível em: <https://www.estilhaço.com.br/violenciaselibido>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Relatório: **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil**: Índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. São Paulo – SP, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Relatório: **Violência e democracia**: panorama brasileiro pré-eleições 2022 – percepções sobre medo de Violência, Autoritarismo e Democracia. São Paulo – SP, 2022.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FREITAS, Rômulo Provasi; TARÁBOLA, Felipe de Souza. O lawfare como máquina de guerra: o caso Lula. **Princípios**, São Paulo, v. 42, n. 168, p. 217–232, set./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.168.011>

G1. Grupo de bolsonaristas faz círculo com luzes em Porto Alegre e pede para que general olhe por eles. **G1**, Rio Grande do Sul, 21 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/11/21/grupo-de-bolsonaristas-faz-circulo-com-luzes-em-porto-alegre-e-pede-para-que-general-olhe-por-eles.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

GANDESHA, Samir. “Identifying with the aggressor”: From the authoritarian to neoliberal personality. **Wiley Constellations**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 1-18, 15 jan. 2018, <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12338>.

GIMENES, Éder Rodrigues. Cultura Política e democracia: resultados empíricos sob a perspectiva local. **Caderno eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 88-112, 2014.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin; BAQUERO, Rute. O contexto social da internet no processo de socialização juvenil. In: BAQUERO, Marcello (org.). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Editora Escritos, 2018.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo Mello. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 9-44, maio/ago. 2021.

GORDON, P. E. Introduction. In: ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWICK, E.; LEVINSON, D. J.; SANFORD, R. N. **The authoritarian personality**. [1950]. London: Verso, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Censo 2022 aponta que católicos e evangélicos são maioria entre as religiões no Paraná**. Agência Estadual de Notícias, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Censo-2022-aponta-que-catolicos-e-evangelicos-sao-maioria-entre-religioes-no-Parana>. Acesso em: 10 dez. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Censo 2022: proporção de pretos e pardos cresce no Paraná e chega a 34,3%**. Agência Estadual de Notícias, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Censo-2022-proporcao-de-pretos-e-pardos-cresce-no-Parana-e-chega-343>. Acesso em: 10 dez. 2025.

GROPPO, Luís Antônio. **Introdução à Sociologia da Juventude**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO EQUIPE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. Relatório: **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil**: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. Brasília, 2022.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antônio. Escola sem Partido — elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-23, 2018.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

INCT-DSI. **Disinformation and 2022 elections in Brazil**: lessons learned from a south-to-south context. INCT-DSI, 2023. Disponível em: <http://inctdsi.uff.br/wp-content/uploads/sites/699/2023/11/Disinformation-and-2022-Elections-in-Brazil.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022**. Agência de Notícias IBGE, 2 ago. 2023a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>. Acesso em: 5 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Política de cotas**. [s.d.]. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/estude-conosco/politicas-de-inclusao/politica-de-cotas/>. Acesso em: 20 ago. 2024a.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **INFO portal de informações do IFPR**. Painel de Informações. [s.d.]. Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 13

ago. 2024b.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **Conheça os campi do IFPR**. Curitiba, 29 dez. 2017. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/mapa-unidades-2/>. Acesso em: 17 jun. 2026.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná tem maior aumento na renda per capita entre estados do Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste**. Curitiba: IPARDES, 9 maio 2025. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/Parana-tem-maior-aumento-na-renda-capita-entre-estados-do-Sul-Sudeste-Norte-e-Centro-Oeste>. Acesso em: 20 jan. 2026.

JAY, Martin. A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

JESUS, Jorge Martins de; SIMÕES, Eduardo. Uma nação sob Deus: o sonho do fundamentalismo cristão nos EUA. Rio de Janeiro: Fonte Editorial, 2017. p. 71-87. Disponível em: encurtador.com.br/aqsCU. Acesso em: 12 jan. 2021.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **The Far-right in Latin America**: Definitions and Explanations. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2023. Disponível em: <https://www.fes.de/abteilung-internationale-zusammenarbeit/artikelseite-internationale-arbeit/the-far-right-in-latinamerica>. Acesso em: 10 maio 2024.

KLÜPPEL, Giuvane de Souza; CRUZ, Matheus Mendanha; CERRI, Luís Fernando. Jovens, uma nova “nova direita” e suas esquerdas: um estudo sobre a posição política de jovens brasileiros. **Revista de História UEG**, Morrinhos, v. 10, n. 2, p. 1-24, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/xyz12345678>. Acesso em: 1 ago. 2024.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo**. 2017. 145 f. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02062017-103551/publico/2017_FabioLacerda_VCorr.pdf. Acesso em: 24 nov. 2021.

LIMA, Caroline Oliveira Neves de. **Socialização política juvenil e adesão a valores antidemocráticos em tempos de pandemia**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

LIMA, Sérgio Roxo. Lula ou Bolsonaro: racha entre homens e mulheres é o segundo maior da história e expõe divergências entre casais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/lula-ou-bolsonaro-racha-entre-homens-e-mulheres-e-o-segundo-maior-da-historia-e-expoe-divergencias-entre-casais.ghtml>. Acesso em: 6 ago. 2024.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 79-97, nov. 2017.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.044>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MEIRA, Luís Antônio. **Infiltrado no Chan**: economia e linguagem do ódio. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) – Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

MONZÓ, J. G. La sociología como interpretación. Una lectura de la sociología de Theodor W. Adorno. **Constelaciones**: Revista de Teoría Crítica, [s. l.], n. 14, p. 381-403, 2022.

MORAES, Alexandre Lara de. Sobre a negatividade do conceito de indivíduo em Adorno: a resistência possível. **Psicologia USP**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 127-144, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/14333>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. Emergência e institucionalização da intolerância política como valor político numa cultura híbrida. In: BAQUERO, Marcello (org.). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Editora Escritos, 2018.

MORELOCK, Jeremiah; SULLIVAN, Daniel. Frankfurt School Methodologies. In: MORELOCK, Jeremiah. (org.). **How to critique authoritarian populism: methodologies of the Frankfurt School**. Boston: Brill, 2021.

MUDDE, Cas. A extrema direita hoje. Tradução Thiago Dias da Silva. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contracorrente, 2022. E-book.

NAMISE, D. K.; RIZZOTTO, C. C. Trollando em tempos de crise: uma análise dos discursos de Bolsonaro durante a pandemia. **Revista Eco-Pós**, [s. l.], v. 26, n. 01, p. 168-189, 2023. DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28019. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/28019. Acesso em: 18 nov. 2024.

NILSSON, Artur; JOST, John T. The authoritarian-conservatism nexus. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, Elsevier: Amsterdam, Netherlands, v. 34, p. 148-154, 2020.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros**: um estudo sobre o preconceito sutil. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

O'CONNELL, Pamela LiCalzi. Online Diary. **The New York Times**, [s. l.], 4 dez. 2003. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2003/12/04/technology/online-diary.html>. Acesso em: 1 ago. 2024.

OLIVEIRA, Albertina Lima de; VIEIRA, Cristina C.; AMARAL, Marco Antônio. O questionário online na investigação em educação: reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas. In: NOBRE, Ana; MOURAZ, Ana; DUARTE, Marina. **Portas que o Digital abriu na Investigação em Educação**. Lisboa: Portugal: Ed. Universidade Aberta, 2021. p. 30-50.

O'MALLEY, Roberta Liggett; HOLT, Karen; HOLT, Thomas J. An exploration of the

involuntary celibate (Incel) subculture online. **Journal of Interpersonal Violence**, [s. l.], p. 1-28, 2020. DOI: 10.1177/0886260520959625. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/home/jiv>. Acesso em: 9 maio 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira.; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Educação profissional e tecnológica: das escolas de aprendizes e artífices aos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. **T&C Amazônia**, Manaus, AM, ano 7, n.16, 2009.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PERALVA, Angelina Teixeira. O jovem como modelo cultural. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 05-06, p. 15-24, dez. 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 30 jul. 2024.

PIOVANI, L. P.; LANZA, F.; BREVILHERI, U. B. L.; LIMA, A. M. de S. O impacto da pandemia de Covid-19 nos cursinhos populares da região de Londrina. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. e3892, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n4-057. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/3892>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João. Em nome do Pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, 5 fev. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.17666/339603/2018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3Psf6N/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2021.

REEVES, Richard V. Of boys and men: Why the modern male is struggling, why it matters, and what to do about it. **Brookings Institution Press**, [s. l.], 2022.

REIS, Juliana Batista dos; DAYRELL, Juarez. Experiências juvenis contemporâneas: reflexões teóricas e metodológicas sobre socialização e individualização. **Educação**, Santa Maria, v. 45, 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442020000100261&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 6 ago. 2024. Epub 23-Ago-2023. <https://doi.org/10.5902/1984644439944>.

RENNÓ, Lucio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 106, p. 147-163, set./out. 2022.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Cham: Springer, 2021.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria crítica e psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

SAFATLE, Vladimir. Violências e libido: fascismo, crise psíquica e contrarrevolução molecular. **Revista Estilhaço**, São Paulo, n 1, jan. 2023. Disponível em: <https://www.estilhaço.com.br/violenciaselibido>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SELL, C. E. O que é teoria social contemporânea? In: SELL, C. E.; MARTINS, C. B. (org.). **Teoria sociológica contemporânea**: autores e perspectivas. Petrópolis: Vozes, 2022.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; WELLER, Wivian; ARAÚJO, Gabrielle Caseira. Jovens de direita e extrema direita: posicionamentos políticos no ensino médio. **Linhas Críticas**, [s. l.], v. 27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/36319>. Acesso em: 4 set. 2024. <https://doi.org/10.26512/lc27202136319>

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. **Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil**: uma história interna do 8 de janeiro de 2023. Recife: Editora da Universidade de Pernambuco, 2023.

SINGER, André. Regime autocrático e viés fascista: um roteiro exploratório. **Lua Nova**, São Paulo, n. 116, p. 53-82, 2022.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 705–729, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>. Acesso em: 28 maio 2026.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

VILLAZÓN, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In: VELASCO e CRUZ; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 163-75.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Instrumento de pesquisa utilizado na coleta de dados

Título do Projeto: Análise do perfil sociopolítico dos estudantes do Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná

Pesquisador: Rogério Martins Marlier

Local da Pesquisa: Universidade Estadual de Londrina

Endereço: Rodovia Celso Garcia Cid, PR-445, Km 380 – Campus Universitário, Londrina – PR, 86057-970

INFORMAÇÕES GERAIS

01) No processo seletivo para entrar no Instituto Federal do Paraná, você optou pelo sistema de cotas?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não informado

02) Qual o seu campus?

03) Você mora em qual cidade?

04) Qual o seu curso?

05) Qual o seu ano de nascimento?

06) Qual a sua série?

☐ 1º

☐ 2º

☐ 3º

☐ 4º

07) Qual Período você estuda?

☐ Matutino

☐ Vespertino

☐ Noturno

VALORES SOCIOCULTURAIS

Sendo 1 concordo totalmente e 5 discordo totalmente, classifique as seguintes afirmações, de acordo com aquilo que você acredita

1 (Concordo Totalmente)

2 (Concordo)

3 (Concordo parcialmente)

4 (Discordo

parcialmente) 5 (Discordo)

6 (Discordo totalmente)

08) O que este país necessita, principalmente, antes de leis ou planos políticos, é de alguns líderes valentes, incansáveis e dedicados em quem o povo possa depositar a sua fé.

09) A obediência e o respeito à autoridade são as principais coisas que devemos ensinar às nossas crianças.

10) Não há nada pior do que uma pessoa que não sente profundo amor, gratidão e respeito por seus pais.

11) Nenhuma pessoa decente, normal e em seu próprio juízo, pensaria em ofender um amigo ou parente próximo.

12) O policial é um guerreiro de Deus para impor a ordem e proteger as pessoas de bem.

VALORES POLÍTICOS

Sendo 1 concordo totalmente e 5 discordo totalmente, classifique as seguintes afirmações, de acordo com aquilo que você acredita

1 (Concordo Totalmente) 2 (Concordo) 3 (Concordo parcialmente) 4 (Discordo parcialmente) 5 (Discordo) 6 (Discordo totalmente)

- 13) Para conseguir prender criminosos, às vezes as autoridades podem agir sem respeitar a lei.
- 14) Num momento de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas.
- 15) Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.
- 16) O povo escolher seus líderes em eleições livres e transparentes é essencial para a democracia.
- 17) O povo ter voz ativa e participar nas principais decisões governamentais é essencial para a democracia.
- 18) É difícil acreditar no resultado de uma eleição quando os votos não batem com o desejo do povo nas ruas.
- 19) Os juízes devem ter capacidade de impedir o governo de agir além de sua autoridade.

VALORES SOCIOCULTURAIS

Sendo 1 concordo totalmente e 5 discordo totalmente, classifique as seguintes afirmações, de acordo com aquilo que você acredita

1 (Concordo Totalmente) 2 (Concordo) 3 (Concordo parcialmente) 4 (Discordo parcialmente) 5 (Discordo) 6 (Discordo totalmente)

- 20) A maioria de nossos problemas estaria resolvida se pudéssemos nos livrar das pessoas imorais, dos marginais e dos perversos.
- 21) Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor.
- 22) As pessoas que atacam nossa honra, deveriam ser castigadas.
- 23) Os crimes sexuais, tais como o estupro ou pedofilia, merecem mais que prisão; quem comete esses crimes deveria receber punição física publicamente ou um castigo pior.
- 24) Os homossexuais são quase criminosos e deveriam receber um castigo severo.
- 25) Às vezes, os jovens têm ideias rebeldes que, com os anos, deverão superar para acalmar os seus pensamentos.
- 26) Hoje em dia, as pessoas se intrometem cada vez mais em assuntos que deveriam ser somente pessoais e privados

VALORES ECONÔMICOS

Sendo 1 concordo totalmente e 5 discordo totalmente, classifique as seguintes afirmações, de acordo com aquilo que você acredita

1 (Concordo Totalmente) 2 (Concordo) 3 (Concordo parcialmente) 4 (Discordo parcialmente) 5 (Discordo) 6 (Discordo totalmente)

- 27) Quanto mais livre é o mercado, mais livres são as pessoas.
- 28) A única responsabilidade social de uma empresa deveria ser lucrar para crescer e gerar empregos.
- 29) Saúde é importante para todos, mas aqueles que podem pagar mais devem ter o direito de receber um melhor tratamento médico.
- 30) A escola tem várias funções, mas a principal é preparar as pessoas para conseguir empregos.
- 31) Aqueles que são capazes de trabalhar, mas recusam a oportunidade, não devem esperar o apoio da sociedade.

- 32) O que é bom para as empresas bem-sucedidas é sempre bom para todos nós.
 33) Os artistas têm o seu lugar na sociedade, mas os empreendedores são mais importantes, pois geram empregos.
 34) Devemos trabalhar, para dar a todo mundo uma chance igual de sucesso.

VALORES SOCIOCULTURAIS

Sendo 1 concordo totalmente e 5 discordo totalmente, classifique as seguintes afirmações, de acordo com aquilo que você acredita

1 (Concordo Totalmente) 2 (Concordo) 3 (Concordo parcialmente) 4 (Discordo parcialmente) 5 (Discordo) 6 (Discordo totalmente)

- 35) A ciência é fundamental, mas há coisas importantes que a mente humana jamais poderá compreender.
 36) Os seres humanos podem ser divididos em duas classes: os fracos e os fortes.
 37) Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizade com pessoas decentes.
 38) Todos devemos ter fé em um poder sobrenatural, cujas decisões devemos obedecer.
 39) Pobreza é consequência da falta de vontade de querer trabalhar.
 40) As obras de arte são muito belas, mas a arte abstrata que não representa nada não deve ser considerada arte.
 41) É possível concordar com o que sai nos jornais, mas nem sempre eles dizem a verdade.
 42) Hoje em dia não dá para confiar em nenhuma informação.
 43) Não é difícil imaginar que um grupo pequeno de pessoas poderosas possa estar por trás da crise que vivemos.

PERFIL SOCIOECONÔMICO

44) Qual é o seu sexo?

- ☐ Masculino
☐ Feminino
☐ Sem resposta

45) Qual a sua orientação sexual?

- ☐ Heterossexual (me sinto atraído pelo sexo oposto ao meu)
☐ Homossexual (me sinto atraído pelo sexo igual ao meu)
☐ Outros

46) Como você se considera?

- Branco(a)
 Negro(a)
 Preto
 Pardo(a)/moreno(a)
 Amarelo(a) (de origem oriental)
 Indígena ou de origem indígena

47) Se possui religião, qual/quais é/são a(s) matriz(es) pertencente(s) à sua religião?

- Cristã – Católica
 Cristã – Protestante/ Evangélica
 Judaica
 Islâmica
 Oriental
 Ateísta
 Hinduísta

Africana e afro-brasileira
 Esotérica
 Indígena
 Espiritista
 Agnóstico
 Não possui religião
 Outros: _____

48) Algum membro de sua família (que mora com você) recebe ou foi beneficiado por algum programa governamental listado:

Por favor, escolha as opções que se aplicam: (Pode ser mais de uma)

- ☐ Não recebe
- ☐ Bolsa Família
- ☐ ProUni
- ☐ Auxílio Emergencial
- ☐ Benefício de Prestação Continuada (BPC)
- ☐ Aposentadoria
- ☐ Outro. Qual?

49) Qual é a estimativa de renda mensal da sua família (casa)? (Ex.: 1.000)

Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente a renda familiar na sua casa?

50) Assinale a quantidade de itens de conforto que existem na sua casa

- ☐ não possui ☐ 01 ☐ 02 ☐ 03 ☐ +04
- ☐ Quantidade de automóveis de passeio exclusivamente para uso particular
- ☐ Quantidade de empregados mensalistas, considerando apenas os que trabalham pelo menos cinco dias por semana
- ☐ Quantidade de máquinas de lavar roupa, excluindo tanquinho
- ☐ Quantidade de banheiros
- ☐ DVD/*Bluetooth*, incluindo qualquer dispositivo que leia DVD/*Bluetooth* e desconsiderando DVD de automóvel
- ☐ Quantidade de freezers independentes ou parte da geladeira duplex
- ☐ Quantidade de microcomputadores, considerando computadores de mesa, laptops, notebooks e netbooks e desconsiderando tablets, palms ou smartphones
- ☐ Quantidade de lavadora de louças
- ☐ Quantidade de fornos de micro-ondas
- ☐ Quantidade de motocicletas, desconsiderando as usadas exclusivamente para uso profissional
- ☐ Quantidade de máquinas secadoras de roupas, considerando lava e seca

51) A água utilizada neste domicílio é proveniente de?

- ☐ Rede geral de distribuição
- ☐ Poço ou nascente
- ☐ Outro meio

52) O trecho da rua do seu domicílio é:

- ☐ Asfaltado / Pavimentado
- ☐ Terra / Cascalho

53) Qual é o grau de instrução da chefia da sua família (Considere como chefia da família a pessoa que contribui com a maior parte da renda do domicílio)

- ☐ Analfabeto / Fundamental-1 incompleto

☐ Fundamental-1 completo / Fundamental-2 incompleto

☐ Fundamental completo/Médio incompleto

☐ Médio completo/Superior incompleto

☐ Superior completo

54) Quem mantém financeiramente a família (casa)?

Por favor, escolha as opções que se aplicam: (Pode ser mais de uma)

☐ Mãe

☐ Madrasta

☐ Pai

☐ Padrasto

☐ Companheiro/Esposo/Esposa

☐ Avô/Avó

☐ Tio/Tia

☐ Irmão(s)/Irmã(s)

☐ Você mesmo

☐ Todos contribuem financeiramente

☐ Outros:

55) Atualmente, você trabalha?

☐ sim

☐ não

56) Se você trabalha, qual é a sua condição de ocupação principal?

Assalariado registrado

Assalariado sem registro

Funcionário Público

Autônomo regular

Profissional Liberal(Autônomo)

Empresário

Freelancer / Bico

Estagiário/aprendiz (Remunerado)

Desempregado (Procura emprego)

Só dona/dono de casa

Só estudante

Só vive de rendas

Desempregado (Não procuro emprego)

Outros:

CULTURA DIGITAL E MÍDIAS

57) Classifique a QUANTIDADE DE TEMPO que você acessa as seguintes mídias no seu dia a dia.

1 (não acessa)

2 (acessa poucas vezes por semana)

3 (acessa pouco todos os dias)

4 (acessa médio todos os dias)

5 (acessa muito todos os dias)

Facebook

YouTube

WhatsApp

Instagram

Twitter

Tik Tok

Telegram

Discord

Google

ChatGPT
Telejornais
Jornais impressos

58) Classifique A CONFIANÇA que você dá às INFORMAÇÕES recebidas nas seguintes mídias:

1 (desconfio muito) 2 (desconfio um pouco) 3 (não confio e nem desconfio) 4
(confio um pouco) 5 (confio muito) 6 (não acesso)

Facebook
YouTube
WhatsApp
Instagram
Twitter
Tik Tok
Telegram
Discord
Google
ChatGPT
Telejornais
Jornais impressos

59) Cite 3 canais/influencers que você segue nas redes sociais:

Digite aqui a sua resposta:

60) Classifique a QUANTIDADE DE TEMPO que você acessa grupos em redes sociais (ex.: WhatsApp, Telegram, Discord etc.).

1 (não acessa) 2 (acessa poucas vezes por semana) 3 (acessa pouco todos os dias) 4 (acessa médio todos os dias) 5 (acessa muito todos os dias)

Grupos da Família
Grupos da Escola
Grupos da Igreja
Grupos políticos
Grupos de amigos
Grupos de jogos
Grupos de Vizinhos

61) Classifique A CONFIANÇA que você dá às INFORMAÇÕES recebidas em grupos de redes sociais (ex.: WhatsApp, Telegram, Discord etc.).

1 (desconfio muito) 2 (desconfio um pouco) 3 (não confio e nem desconfio) 4
(confio um pouco) 5 (confio muito) 6 (não acesso)

Grupos da Família
Grupos da Escola
Grupos da Igreja
Grupos políticos
Grupos de amigos
Grupos de festas
Grupos de Vizinhos

Muito obrigado por contribuir com a nossa pesquisa!

Enviar questionário